

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação

Felipe Lopes Alves

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA DE
INFORMAÇÃO:**

**o povoamento do repositório institucional da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri**

Diamantina - MG

2017

Felipe Lopes Alves

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA DE
INFORMAÇÃO:
o povoamento do repositório institucional da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGED) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação e Tecnologias Aplicadas em Instituições Educacionais

Orientador: André Luiz Covre

Diamantina - MG

2017

Ficha Catalográfica – Bibliotecário Felipe Lopes Alves, CRB-6/2897.

A474d Alves, Felipe Lopes

Diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação: o povoamento do repositório institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / Felipe Lopes Alves. – Diamantina, 2017.

168 p. : il.

Orientador: André Luiz Covre

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Repositórios Institucionais. 2. Comunicação Científica. 3. Acesso Aberto. 4. Políticas de Informação. I. Covre, André Luiz. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 020

FELIPE LOPES ALVES

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA DE
INFORMAÇÃO: O POVOAMENTO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI.**

Dissertação apresentada ao
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO - STRICTO SENSU,
nível de MESTRADO como parte dos
requisitos para obtenção do título de
MAGISTER SCIENTIAE EM
EDUCAÇÃO

Orientador : Prof. Dr. André Luiz Covre

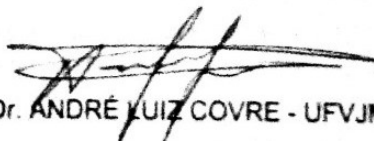
Data da aprovação : 07/11/2017



Prof.Dr. JUAN PEDRO BRETAS ROA - UFVJM



Prof.Dr. ALTAMIR FERNANDES DE OLIVEIRA - UFVJM



Prof.Dr. ANDRÉ LUIZ COVRE - UFVJM

A minha mãe que sempre me mostrou que o estudo transforma o
homem.

AGRADECIMENTOS

A minha amiga e colega de profissão, Aline Costa, que me incentivou a ingressar nessa caminhada e ainda por seu ombro nos momentos de angústia acadêmica.

Aos meus colegas de trabalho, Beth, Jorge, Kátia, Rachel e Val, pela compreensão durante meus afastamentos para estudo.

Ao meu amigo Perini, pela ajuda nas traduções dos artigos.

Ao meu amigo Rodrigo Martins, pelas normalizações nos horários mais improváveis.

Ao Prof. Dr. André Covre pela orientação, mas principalmente pela parceria e compreensão no percurso deste trabalho.

Agradeço finalmente a UFMG, por proporcionar e incentivar a qualificação de seus servidores.

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. (ROSA, 1994, p.86)

RESUMO

Atualmente os repositórios institucionais destacam-se como uma das ferramentas que fortalece a comunicação científica, diminuindo as barreiras por meio do acesso livre. Para a consolidação dos repositórios institucionais, é fundamental que se implementem políticas de informação a fim de garantir o depósito das publicações científicas por parte dos pesquisadores, favorecendo assim o povoamento do repositório. Este trabalho propõe desenvolver um estudo, por meio de uma análise comparativa, das políticas de informação dos repositórios institucionais de universidades públicas brasileiras que se encontram nas melhores posições no *Ranking Web of World Repositories (Webometrics)* da edição de janeiro de 2017. Nessa edição o repositório institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri encontra-se na posição quadragésima oitava. Como resultado, este estudo aponta cinco diretrizes (depósito obrigatório, exceções da obrigatoriedade, auto-arquivamento, *marketing* e direito autoral) para o desenvolvimento de uma política de informação com a finalidade de aumentar e melhorar o povoamento do repositório institucional da UFVJM. Por fim, conclui-se que a adoção de uma política de informação é um instrumento que visa assegurar a preservação, a visibilidade e o acesso à produção acadêmica e científica da universidade.

Palavras-chave: Repositórios Institucionais. Comunicação Científica. Acesso Aberto. Políticas de Informação.

ABSTRACT

Current, institutional repositories stand out as one of the most important tools to strengthen scientific communication, reducing barriers through open access to academic publication. To consolidate institutional repositories, adopting appropriate information policies are fundamental to guarantee self-archiving of scientific publications by researchers. This dissertation analyses comparatively, the information policies regarding Institutional Repositories of Brazilian public universities best ranked in the “Web of World Repositories”, (Webometrics) published in January 2017 edition. In this ranking, the Institutional Repository of the "Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri" is at the forty-eighth position. As a result, this essay points out five guidelines (mandatory deposit, except for mandatory, self-archiving, marketing and copyright) for the development of an information policy with the purpose of increasing and improving the settlement of the institutional repository of UFVJM. Finally, it is concluded that the adoption of an information policy is an instrument that aims to ensure preservation, visibility and access to the university's academic and scientific production.

Keywords: Institutional Repositories. Scientific Communication. Open Access. Information Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação simplificada do processo de comunicação científica	32
Figura 2 - Modelo Tradicional da Comunicação Científica (elaborado por Garvey e Griffith 1979, adaptado por Hurd, 1996).	34
Figura 3 - Modelo em evolução da Comunicação Científica de Garvey e Griffith, adaptado por Hurd, 1996.	34
Figura 4 - Modelo funcional do <i>Open Archive</i>	41
Figura 5 - Repositório Digital LUME	69
Figura 6 - RI FURG.....	72
Figura 7 - Biblioteca Digital da Produção Intelectual da USP	75
Figura 8 - RI da UFPA	77
Figura 9 - RI da UnB	80
Figura 10 - RI da UFG	83
Figura 11 - RI da UFPA	85
Figura 12 - RI da UFBA	88
Figura 13 - RI da UFC.....	91
Figura 14 - RI da UFVJM.....	93
Figura 15 - Elementos <i>Creative Commons</i>	105
Figura 16 - Licenças <i>Creative Commons</i>	105
Gráfico 1 - Repositórios no Mundo	49
Gráfico 2 - Repositórios no Brasil	50
Gráfico 3 - Representação quantitativa das questões nas políticas analisadas	96
Gráfico 4 - Similaridade entre as políticas dos RIs pesquisados com relação às variáveis.....	97
Gráfico 5 - Similaridade em relação a presença e ausência das questões nos RIs	98
Quadro 1 - Análise da política mandatória do repositório	24
Quadro 2 - <i>Ranking</i> dos melhores RIs brasileiros.....	26
Quadro 3 - Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação	33
Quadro 4 - Cores do Projeto SHERPA/RoMEO.....	60
Quadro 5 - Políticas de depósito brasileiras cadastradas no ROARMAP.....	64
Quadro 6 - <i>Ranking</i> dos melhores RIs brasileiros por região geográfica.....	65
Quadro 7 - Questões que serão analisadas nas Políticas dos RIs	67
Quadro 8 - Avaliação da Política do Repositório de Digital LUME	70

Quadro 9 - Avaliação da Política do RI da FURG	73
Quadro 10 - Avaliação da Política da BDPI da USP	75
Quadro 11 - Avaliação da Política da RIUFLA.....	79
Quadro 12 - Avaliação da Política do RIUnB	81
Quadro 13 - Avaliação da Política do RI da UFG	83
Quadro 14 - Avaliação da Política do RIUFPA.....	86
Quadro 15 - Avaliação da Política do RI da UFBA	89
Quadro 16 - Avaliação da Política do RI da UFC	92
Quando 17 - Avaliação da Política do RI da UFVJM.....	94
Quadro 18 - Análise Comparativa das Políticas dos RIs.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 METODOLOGIA	23
3 MARCO TEÓRICO	30
3.1 A comunicação científica	30
3.2 A crise dos periódicos e as novas tecnologias aplicadas à comunicação científica	35
3.3 A Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Livre à Informação	39
3.4 Repositórios Institucionais	46
3.5 Políticas para repositórios institucionais	51
3.6 Políticas mandatórias para o povoamento dos repositórios institucionais	56
3.7 Conceito de Diretriz.....	63
4 MARCO EMPÍRICO	64
4.1 Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LUME	68
4.2 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande	71
4.3 Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo	74
4.4 Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras	76
4.5 Repositório Institucional da Universidade de Brasília	80
4.6 Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás	82
4.7 Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará	84
4.8 Repositório Institucional da Universidade Federal do Bahia	87
4.9 Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará	90
4.10 Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	93
4.11 Análise Comparativa das Políticas dos Repositórios Institucionais.....	95
5 PROPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO A – RESOLUÇÃO DA UFRGS	123
ANEXO B – RESOLUÇÃO DA UnB.....	127
ANEXO C – RESOLUÇÃO DA UFBA.....	129
ANEXO D – RESOLUÇÃO DA UFC	131
ANEXO E – RESOLUÇÃO DA USP	135
ANEXO F – RESOLUÇÃO DA UFG.....	139
ANEXO G – RESOLUÇÃO CUNI Nº 082 UFPA	143
ANEXO H – RESOLUÇÃO CUNI Nº 083 UFPA	147
ANEXO I – RESOLUÇÃO DA FURG	151
ANEXO J – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA	153
ANEXO L – RESOLUÇÃO DA UFPA	159
ANEXO M – DIRETRIZES PARA ACESSO E USO (UFPA).....	163
ANEXO N – RESOLUÇÃO DA UFVJM.....	167

1 INTRODUÇÃO

O tradicional sistema de comunicação científica sofreu significativas mudanças no final do século XX. Nesse contexto pode-se destacar os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que implicaram grandes mudanças ao ampliar os meios de acesso por intermédio da *internet*, alterando a forma como os pesquisadores trocavam a informação entre seus pares. Outro fator desencadeador de mudanças foi a crise dos periódicos científicos, em meados da década de 1980, cujos altos preços das assinaturas comprometeram sobremaneira a manutenção e aquisição por parte das bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa, afetando o acesso e a divulgação científica.

Com os avanços das tecnologias da informação iniciados na segunda metade do século XX, tendo maior expressão na década de 1990, observou-se conforme apontam Rosa e Toutain (2009), o surgimento de redes de comunicação eletrônica, revolucionando os fluxos de informação, as formas de acesso e a troca de informações. A *internet* propiciou acesso a diferentes fontes de informação, dinamizando a disseminação da produção científica e as relações de comunicação no ambiente acadêmico. Segundo Castells (*apud* NUNES, 2012), a *internet* e a *web* tiveram grande influência nas transformações sociais, gerando uma sociedade na qual a informação pode ser produzida e armazenada em diferentes espaços e acessada por usuários distantes geograficamente, facilitando o desenvolvimento de pesquisas e a preparação de trabalhos em redes de colaboração.

Diante desses fatos e levando-se em consideração que a informação é a matéria-prima indispensável para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de um país, a comunidade científica começou a buscar alternativas que possibilitassem o acesso imediato e o uso da literatura científica.

Apesar dessas mudanças, as bibliotecas não perderam seu *status* de importância e de arcabouço do conhecimento, mas não são mais os únicos meios de acesso à informação. Com o surgimento dos movimentos da "filosofia aberta" (*Open Archives Initiative* e *Open Access Movement*), novos meios de disseminação da produção científica foram incorporados, como os repositórios digitais e as revistas científicas de acesso livre.

O movimento do *Open Archives Initiative* - OAI tem seu marco em 1999 durante a Convenção de Santa Fé, realizada no Novo México. Conforme destacam Triska e Café (2001), nessa Convenção foram definidos os princípios básicos para a publicação científica, dos quais três destacam-se como os mais importantes: o auto-arquivamento, a revisão pela comunidade e a interoperabilidade. De acordo com Kuramoto (2015) o *Open Access* - OA,

também conhecido como Movimento Acesso Livre, teve seu início em 2001 e introduziu novas alternativas de acesso à informação científica aos pesquisadores. Tais movimentos contribuíram para o surgimento dos repositórios digitais, "local apropriado ao recebimento de depósitos da produção científica dos pesquisadores de uma ou mais organizações de ensino e pesquisa." (KURAMOTO, 2015, p. 8).

A definição de Repositórios Institucionais - RIs está presente no *Institutional Repository Checklist & Resource Guide* da *The Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition* (SPARC, 2002), onde os RIs são coleções digitais, construídas para capturar e preservar os resultados de pesquisas científicas de uma única universidade ou de múltiplas instituições que compõem uma comunidade de faculdades ou universidades. Expandindo um pouco mais a definição, os RIs são base de dados de acesso aberto, desenvolvida para o armazenamento de arquivos em diversos formatos, organização e disseminação da produção científica, intelectual e artística dos centros produtores de conhecimento como universidades, centros de pesquisas e unidades de informação (arquivos, bibliotecas e museus). Sendo assim, os RIs constituem uma série de benefícios tanto para pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, pois têm o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, demonstrando a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa e seus resultados, aumentando a visibilidade da instituição, o seu *status*, valor público e a preservação da memória institucional.

Os RIs destacam-se pelo gerenciamento e ampliação da visibilidade da informação científica, artística e cultural produzida pelas instituições. De acordo com Rosa e Toutain (2009), essa visibilidade promove uma salutar competitividade entre as instituições, permite o acesso e a divulgação, com maior rapidez, às conquistas e inovações nas áreas artísticas e técnico-científicas, através da gestão do patrimônio documental e iconográfico relativo à produção dessas instituições'.

Segundo Kuramoto (2015), para o sucesso na implantação de RIs no Brasil faz-se necessário o estabelecimento de políticas próprias e criativas. Tendo em vista este novo contexto, muitos autores (CARVALHO, 2009; SWAN, 2008; SAYÃO E MARCONDES, 2009; RODRIGUES, 2004; KURAMOTO, 2015) também têm convergido estudos acerca dos repositórios e o acesso aberto.

De acordo com o relatório de gestão 2011-2015¹, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (2016), existem na universidade 48 cursos de

¹ Informações mais recentes disponibilizadas na página da UFVJM.

graduação presencial e 4 cursos de graduação a distância, totalizando uma oferta de 2890 e 435 vagas, respectivamente. Em relação a pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com esse relatório, a UFVJM oferece 22 cursos, estando com 402 discentes matriculados e 242 docentes vinculados aos programas de pós-graduação. Com base nesses dados, observa-se que o patrimônio acadêmico-científico da UFVJM vem se consolidando, pois há uma infinidade de documentos sendo produzidos diariamente: dissertações, teses, artigos científicos, livros, relatórios de pesquisa, trabalhos apresentados em eventos, etc. A guarda e o tratamento desses documentos estão em sua grande maioria sob responsabilidade do Sistema de Bibliotecas (Sisbi) da UFVJM.

A consolidação dos RIs, nesse contexto, está colocada na medida em que se necessita priorizar a preservação do patrimônio acadêmico-científico da universidade e o seu acesso. A partir da observação empírica do RI da UFVJM nota-se o baixo povoamento do repositório, não refletindo atualmente a produção acadêmica da universidade. Nesse sentido, o presente estudo se dedicará à questão do depósito das produções acadêmicas e científicas da UFVJM a partir da conceituação de RIs, políticas mandatórias, auto-arquivamento e da resolução N° 23 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, de 15 de outubro de 2010.

Embora muitos países já tenham implementado suas políticas de depósito mandatórias para RIs, no Brasil ainda não existe uma política nacional de informação que alicerce as ações e diretrizes acerca do depósito da produção científica em repositórios, a fim de promover o povoamento e o acesso à informação. Segundo Kuramoto (2015, p. 7), “o país não conta com uma legislação tornando obrigatório às instituições de ensino e pesquisa construir os seus repositórios institucionais e, tampouco, existe uma legislação tornando obrigatório aos pesquisadores o depósito de sua produção científica nesses repositórios”.

Outra questão a se destacar é o fato de muitos pesquisadores considerarem como “perda de tempo” o auto-arquivamento em repositórios, visto que a produção científica se encontra disponível em canais formais, como os periódicos científicos. Nunes (2012) aponta que a necessidade de quebrar a concepção por alguns pesquisadores como “perda de tempo” em fazer o auto-arquivamento de uma produção científica é o grande desafio para a ampla consolidação dos repositórios. Sobre a importância do auto-arquivamento para o acesso livre, Harnad *et al.* (2008a) destaca que:

[...] apenas cerca de 10 a 20% dos artigos são auto-arquivados. Para alcançar 100% de acesso livre, o auto-arquivamento precisa tornar-se obrigatório por parte dos

empregadores e financiadores dos pesquisadores, que já estão cada vez mais começando a fazer. (HARNAD *et al.*, 2008a, p. 1, tradução nossa).

No que tange a gestão dos RIs, Kuramoto (2015), aponta quatro razões para o não funcionamento adequado de um repositório institucional no Brasil:

(1) nem todas as instituições de ensino e pesquisa conseguiram ter a sua política institucional de informação aprovada, de maneira a convocar os seus pesquisadores e demais funcionários a fazerem os depósitos de sua produção científica; (2) a manutenção dos repositórios é entregue aos setores de informática, ou aos famosos Centros de Processamentos de Dados que, historicamente, tem o domínio de todas as tarefas relativas à automação dentro dessas instituições e, obviamente, nesses centros, a prioridade obedece a critérios específicos desses setores e que, nem sempre são os repositórios; (3) o processo de depósito da produção científica dos pesquisadores nem sempre é realizado pelo próprio pesquisador, na maioria das vezes esse depósito fica à cargo das bibliotecas e, por isto dependem de uma autorização do pesquisador; (4) não há qualquer mecanismo de estímulo ao pesquisador para que ele faça o auto-depósito, pelo menos não se conhece nenhum estímulo aos pesquisadores para se fazer o auto-depósito. Até o momento, não se viu aqui no Brasil, qualquer relato de algum mecanismo. (KURAMOTO, 2015, p. 14).

Desse modo, denota-se ao **problema** de pesquisa: a implantação de uma política de informação pode contribuir para promover o povoamento do RI da UFVJM, possibilitando que todas as produções acadêmicas da universidade estejam disponíveis em acesso aberto?

Apesar de não existir ainda uma legislação que obrigue às instituições de ensino e pesquisa construir os seus RIs, está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 387 de 2011 do senador Rodrigo Rollemberg, no qual dispõe no 1º artigo:

Art. 1º As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores. (ROLLEMBERG, 2011, não paginado).

A UFVJM possui um RI que está sob responsabilidade do Sisbi/UFVJM, todavia observa-se que este não contempla toda a produção acadêmica e científica da universidade, não refletindo também as determinações da resolução Nº 23 do CONSEPE de 2010. Apesar da existência do RI, é possível encontrar nas páginas dos cursos de pós-graduação da UFVJM artigos publicados e/ou referenciados, mas os mesmos não estão disponíveis no RI da universidade, inviabilizando o acesso e a ampla disseminação da produção científica da UFVJM.

Tal conjuntura fez o que a UFVJM figurasse em uma baixa classificação, ficando na 42ª posição na edição de janeiro de 2016 do *Ranking Web of World Repositories*² (*Webometrics*), estando muito atrás de outras universidades mineiras. Na edição de julho desse mesmo ano, o repositório institucional da UFVJM não figurou em nenhuma posição, estando ausente nessa edição do *ranking*. Contudo, na edição de janeiro de 2017 o repositório institucional da UFVJM voltou a aparecer no *ranking*, ocupando no Brasil a 48ª posição. A ausência do depósito das produções acadêmicas no RI é outro fator a ser considerado, pois está em desacordo com o referido Projeto de Lei 387/2011.

Sayão e Marcondes (2009a) afirmam que:

a implantação de um repositório institucional é o reconhecimento de que as atividades intelectuais e acadêmicas das instituições de pesquisa e ensino estão crescentemente representadas, documentadas e compartilhadas em formato digital; e que uma das principais responsabilidades dessas instituições de conhecimento é exercitar a custódia sobre esses conteúdos no sentido de torná-los disponíveis para o acesso e para preservá-los por longo prazo. (SAYÃO; MARCONDES, 2009a, p. 23).

Um estudo feito por Carvalho (2009, p. 8) revelou que o acesso aberto e a implantação de RIs são temas ainda pouco discutidos, afirmando que “o movimento do acesso aberto e sua concretização por meio da implantação de repositórios institucionais, conforme os modelos apresentados na literatura, contam apenas com iniciativas isoladas”.

O contexto apresentado nessa introdução **justifica** a pesquisa apresentada nessa dissertação, ou seja, a importância dos repositórios para o acesso aberto a publicação científica. Levantou-se, dessa forma, uma questão mais ampla, visando analisar a questão do povoamento do RI e a produção científica e acadêmica da UFVJM no contexto do acesso aberto a informação: Existem iniciativas na UFVJM voltadas para o acesso aberto à suas produções?

Tal questionamento pode ainda ser desdobrado nas questões abaixo:

- a) Como a comunidade acadêmica e o público externo teriam acesso à ampla produção científica e acadêmica da UFVJM?;
- b) Como a UFVJM se adequaria para cumprir os pressupostos do Projeto de Lei 387/2011?;
- c) Como aumentar o povoamento do repositório institucional da UFVJM?

² http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil. Este *ranking* é editado duas vezes ao ano, nos meses de janeiro e julho.

Um repositório que consiga contemplar toda a produção técnico-científica da instituição a que serve, certamente constituirá na criação de serviços de valor agregado para os pesquisadores, como "a geração de relatórios de avaliação, citações e estatísticas que recompensará os minutos adicionais gastos no auto-arquivamento", conforme Rodrigues (2004, p. 32).

Considerando isso, define-se como **objetivo geral** desta pesquisa a análise de políticas de informação dos RIs para subsidiar uma política de informação para o RI da UFVJM. Já os **objetivos específicos** são:

- 1) Evidenciar a importância das políticas de informação para o povoamento dos RIs;
- 2) Analisar políticas aplicadas em RIs das universidades públicas brasileiras melhor posicionadas no *ranking Webometrics*;
- 3) Definir diretrizes visando propor a elaboração de uma política de informação para o RI da UFVJM.

Considerando que o RI se constitui como uma tecnologia de informação e comunicação, este trabalho está inserido na linha de pesquisa “Educação e Tecnologias Aplicadas em Instituições Educacionais”, a qual realiza estudos e pesquisas sobre os aspectos que alicerçam questões da educação em interações do uso de tecnologias de informação e comunicação aplicadas na educação básica e na educação superior, suas relações no contexto interno e externo das instituições.

2 METODOLOGIA

Visando atingir aos objetivos propostos, o presente estudo utilizou-se de métodos de pesquisa para sistematizar os trabalhos e assim obter respostas para os problemas propostos. Segundo Marconi e Lakatos (1991, p. 83) "o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo".

Para que uma pesquisa tenha um *status* científico, faz-se necessário definir a metodologia a ser aplicada, isso é corroborado pela afirmação de Marconi e Lakatos (1991, p. 83), quando as autoras dizem que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e qualitativa, que tem por objeto as políticas de informação dos RIs de universidades públicas brasileiras. Foi adotado o método comparativo para analisar tais políticas, fazendo uso das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica.

Para alcançar o primeiro objetivo específico - *evidenciar a importância das políticas de informação para o povoamento dos RIs*, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (1991) a pesquisa bibliográfica considera toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, como boletins, jornais, livros, teses etc., até meios de comunicação oral e audiovisuais. Segundo as autoras a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito e publicado sobre determinado assunto. Para isso, procurou-se elencar um conjunto de conceitos inerentes à temática do trabalho, a saber: comunicação científica, crise dos periódicos, a iniciativa de arquivos abertos e o movimento de acesso livre à informação, repositórios digitais e institucionais, política de autoarquivamento, política de depósito mandatória e o conceito de diretriz.

Visando atender o segundo objetivo específico - *analisar políticas aplicadas em RIs das universidades públicas brasileiras melhor posicionadas no ranking Webometrics*, foi adotado o método comparativo. Segundo Gil (2008, p. 17) o método comparativo "procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo". Marconi e Lakatos (1991, p. 107) afirmam que o método comparativo "permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais", sendo muito empregado para estudos qualitativos.

Para os autores Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 32) “a comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares”. Barros (2007) ao descrever o método comparativo levanta três importantes indagações a serem feitas para nortear a pesquisa: (1) o que observar? (2) como observar? e (3) como tratar os resultados observados? Assim, respondendo à essas perguntas, serão observadas as políticas dos RIs; comparando tais políticas a partir dos critérios estabelecidos por Nunes (2012); verificando a posição dos repositórios no *ranking* a partir da presença dos critérios em suas políticas.

Observando as questões recorrentes de vários autores que apoiam e estudam o movimento de acesso livre a informação, Nunes (2012) elencou dez questões, dispostas no Quadro 1, para avaliar e comparar as políticas aplicadas nos repositórios.

Quadro 1 - Análise da política mandatória do repositório

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.		
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?		
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?		
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados		
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?		
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros? (NUNES, 2012, p. 93).		

Fonte: Nunes, 2012, p. 93. Adaptado.

O estudo comparativo se concentrará nas políticas de informação dos RIs das universidades públicas brasileiras. A escolha dos RIs se dará a partir de dois critérios, a saber: possuir política cadastrada no *The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies*³ (ROARMAP) e constar na última edição do *Ranking Web of World Repositories (Webometrics)* de janeiro de 2017.

O ROARMAP é um diretório de políticas relacionadas a repositórios de acesso aberto, criado e administrado pela *University of Southampton*, no Reino Unido, disponível para pesquisa, que traça o crescimento de mandatos e políticas de acesso aberto por universidade, instituições de pesquisa e agências de fomento que exigem ou solicitem aos seus pesquisadores que disponibilizem em acesso aberto os artigos de suas pesquisas.

O *Webometrics* é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa pertencente ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, o maior organismo público de pesquisa da Espanha, cujo objetivo é classificar os repositórios de universidades e institutos de pesquisa de todo o mundo de acordo com a sua presença na web, sendo elaborado semestralmente. O *ranking* existe desde 2008 e adota como critérios de classificação de repositórios um conjunto de métricas que avaliam sua presença na web, seu impacto e seu uso, a partir de quatro indicadores: tamanho (*size*) do repositório na web, considerando o número de páginas disponíveis online, o que determina sua presença; quantidade de arquivos PDF disponíveis (*rich files*); visibilidade (*visibility*), que leva em conta o número de links externos recebidos pelo repositório, que determina impacto e uso; e o número de itens indexados no banco de dados *Google Acadêmico (Google Scholar)*. O objetivo do *Webometrics* é dar suporte às iniciativas de acesso aberto e, além disso, o acesso livre a publicações científicas em formato eletrônico e a outros materiais acadêmicos. Considerando a lista divulgada pelo *ranking Webometrics*, edição de janeiro de 2017, foram classificadas 52 instituições brasileiras, conforme demonstra o Quadro 2.

³ *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies*. Disponível em: <http://roarmap.eprints.org>. Acesso em: 08 jul. 2017.

Quadro 2 - Ranking dos melhores RIs brasileiros

(continua)

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO
1	17	Universidade de São Paulo Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
2	42	Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul LUME
3	47	Repositório Digital Fundação Getúlio Vargas
4	125	Repositório Institucional Universidade Federal de Santa Catarina
5	162	Repositório Institucional UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
6	181	Repositório da Universidade de Brasília
7	258	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia
8	322	Universidade Federal do Paraná Acervo Digital
9	407	Maxwell Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
10	470	Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará
11	515	Alice Repository Open Access to Scientific Information Embrapa
12	515	Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo
13	520	Repositório da Universidade Federal de Pernambuco
14	521	Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização Universidade de Brasília
15	556	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte
16	585	Repositório Institucional Fundação Oswaldo Cruz
17	614	Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
18	637	Repositório Institucional Universidade Federal de Goiás
19	664	Repositório Institucional Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
20	698	Repositório Institucional Universidade Federal de Lavras
21	778	Repositório Institucional Centro Universitário de Brasília

Quadro 2 - Ranking dos melhores RIs brasileiros.

(continua)

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO
22	790	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande
23	799	Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará
24	885	Repositório de Outras Coleções Abertas Universidade Tecnológica Federal do Paraná ROCA
25	984	Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto
26	998	Repositório Institucional da Universidade Federal de São Paulo
27	1047	Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo
28	1071	Repositório Institucional Escola Nacional de Administração Pública
29	1074	Repositório da Produção Científica e Intelectual Universidade de Campinas
30	1096	Biblioteca Digital da Universidade de Campinas
31	1114	Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
32	1138	Repositório Institucional Universidade Tecnológica Federal do Paraná RIUT
33	1191	Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação RABCI
34	1331	CBPF Index Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
35	1415	Repositório Universidade de Caxias do Sul
36	1453	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
37	1463	Repositório Institucional Digital Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
38	1478	Repositório Digital Universidade Municipal de São Caetano do Sul
39	1519	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares Repositório Institucional
40	1569	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão
41	1631	Repositório Institucional Instituto Nacional de Tecnologia
42	1645	Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Quadro 2 - Ranking dos melhores RIs brasileiros.

(conclusão)

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO
43	1650	CarpeDIEN Instituto de Engenharia Nuclear
44	1657	Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá
45	1712	Biblioteca Digital do Desenvolvimento
46	1749	MIRAGE Universidade Nove de Julho UNINOVE
47	1758	Memoria Repositório Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte
48	1823	Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
49	1830	Produção Científica da Universidade Estadual de Londrina
50	1860	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Eletrônicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
51	2197	RIUNI Repositório Institucional Unisul
52	2263	Repositório Digital da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Fonte: Adaptado do *Ranking Web of Repositories*, 2017.

Para o presente estudo, optou-se apenas pelos repositórios das universidades públicas, excluindo-se assim os institutos e/ou órgãos de pesquisa. Visando uma amostragem que trouxesse uma representatividade nacional, selecionou-se dois RIs de cada região geográfica brasileira, considerando a melhor posição no *ranking Webometrics*.

As questões adotadas para comparação serão as definidas por Nunes (2012), conforme o Quadro 1 e também de outros autores que defendem o movimento de acesso aberto a informação. Nesta etapa do estudo também será usado o método da pesquisa documental, visto que serão analisadas as resoluções das universidades para os seus respectivos repositórios. De acordo com Gil (2008) a pesquisa documental vale-se de materiais originais que não receberam ainda um tratamento analítico por nenhum autor. Lüdke e André (1986) ressaltam que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Por fim, o último objetivo específico - *definir diretrizes visando propor a elaboração de uma política de informação para o RI da UFVJM*, foi atingido por meio do aporte da análise comparativa. A partir dos resultados dessa análise, apresentou-se o elenco das diretrizes a serem propostas. Nesta etapa, as variáveis, ou seja, as questões elencadas para avaliação das políticas, foram analisadas pelo programa estatístico PAST 2.0, disponibilizado por Hammer, Harper e Ryan (2001), por meio do método UPGMA (*Unweighted Pair-Group Method using Arithmetic Averages*) com valores significativos de correlação Euclidiana. Segundo Cruz e Regazzi (2014), o método UPGMA utiliza as médias aritméticas, não ponderadas, das medidas de dissimilaridade, o que evita caracterizar a dissimilaridade por valores extremos entre os objetos considerados. Esta análise foi representada por meio da construção de dendrogramas, estabelecida pelos modelos ajustados de menor dissimilaridade.

3 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico que alicerçou esta pesquisa, evidenciando os conceitos que irão subsidiar a análise e posteriormente a interpretação dos dados e assim alcançar os objetivos propostos.

3.1 A comunicação científica

Em seu livro *A Comunicação Científica*, Meadows (1999) relata a dificuldade de precisar ao certo quando se começou a fazer pesquisa científica e, conseqüentemente, quando, pela primeira vez houve comunicação científica. Contudo, as atividades mais remotas que representaram impacto na comunicação científica moderna foram as dos gregos antigos. A principal forma de se comunicar a pesquisa científica é a escrita e os gregos tinham esse domínio. Segundo Gomes (2014) a invenção da imprensa por Gutemberg, por volta do ano de 1450, propiciou a proliferação dos livros e, conseqüentemente, a difusão de informações, estando entre as primeiras raízes para o desenvolvimento e divulgação da comunicação científica.

A literatura científica é o que confere notoriedade e alicerça uma determinada área do conhecimento. De acordo com Ziman (1979):

A forma pela qual a investigação é apresentada à comunidade científica, o trabalho escrito em que são comunicados pela primeira vez os resultados, as críticas subsequentes, as citações de outros autores, o lugar em que o trabalho irá afinal ocupar na mente das gerações futuras – tudo isso constitui uma parte tão importante de sua vida quanto o germe da ideia que deu origem a tudo ou a aparelhagem altamente especializada na qual foi testada e aprovada a hipótese. (ZIMAN, 1979, p. 116).

A literatura e a comunicação científica são as molas propulsoras para o desenvolvimento da ciência. Em 1958 o autor Herbert Menzel no artigo “*The flow of information among scientists: problems, opportunities, and research questions*” (apud ROSA; GOMES, 2010, p. 18), definiu a comunicação científica como: “a totalidade das publicações, recursos, oportunidades, sistemas institucionais e costumes que afetam a transmissão direta ou indireta de mensagens científicas entre os cientistas”. Rosa e Gomes (2010) destacam que este autor fez uma síntese das funções da comunicação científica, realçando o seu papel para o desenvolvimento da ciência e das atividades dos cientistas. São elas:

1. fornecer respostas a perguntas específicas;
2. contribuir para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
3. estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
4. divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;
5. testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhas e verificações;
6. redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
7. fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do cientista.

Garvey e Griffith (1979 *apud* TARGINO, 2000, p. 10) também contribuíram para a conceitualização da comunicação científica ao definirem como a comunicação que “incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos”.

A comunicação científica é fundamental às atividades científicas, é através da comunicação científica que os resultados de uma pesquisa ganham publicidade e contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Neste sentido, Le Coadic (1996) destaca que:

As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas. Mas, de modo inverso, essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações. A informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente. (LE COADIC, 1996, p. 27).

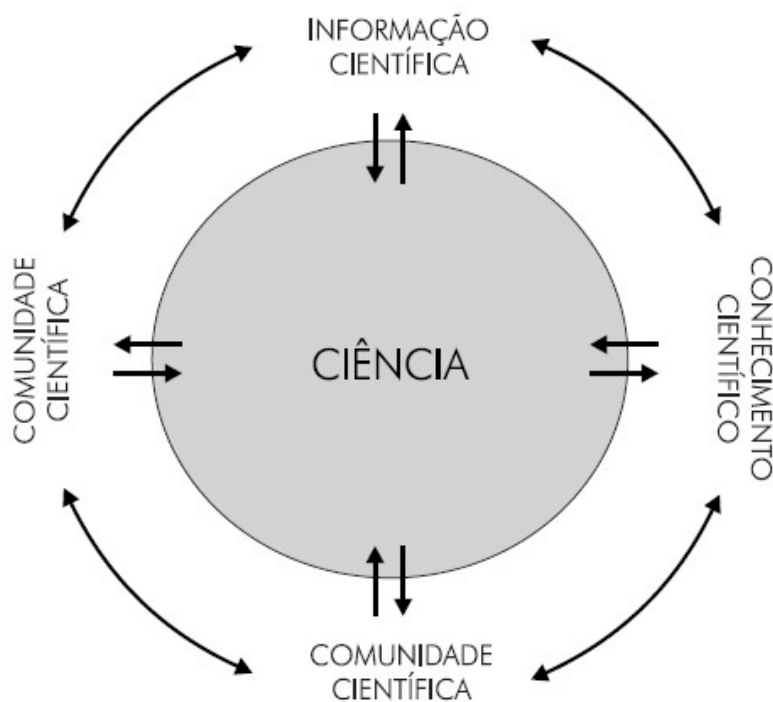
Corroborando com Le Coadic, Targino (2000, p. 10) assegura que a comunicação científica “favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem”. Assim, demonstra-se que a disseminação da produção científica por parte dos pesquisadores é tão fundamental quanto a própria pesquisa, visto que ao disseminá-la, também se submete ao crivo pelos seus pares, buscando a validação e legitimidade deste

conhecimento como científico. A comunicação científica favorece a troca de informações entre os pares, permitindo o intercâmbio de conhecimentos e ideias entre os cientistas.

Segundo Targino (2007) a comunicação científica fundamenta-se na informação científica (FIG.1), a comunicação científica gera o conhecimento científico e este representa um acréscimo ao entendimento universal até então existente sobre algum fato ou fenômeno. A autora justifica que:

a ciência possui caráter evolutivo e mutável, o que faz da pesquisa científica seu instrumento-mor e da comunicação científica seu elemento básico. A informação é, em última instância, o insumo básico da comunicação científica. Cada pesquisador é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de informação. Só a comunicação científica permite somar esforços, intercambiar experiências, evitar duplicação de tarefas. O pesquisador, sistematicamente, permuta informação com seus pares. Como um computador, recebe (*input*), processa/apreende (*processing*) e repassa informações (*output*), consolidando um ciclo contínuo de recepção e transmissão de dados. É esse ciclo que, efetivamente, dá conta do acesso e do uso da informação científica. (TARGINO, 2007, p. 97).

Figura 1 - Representação simplificada do processo de comunicação científica



Fonte: TARGINO, 2007.

De acordo com Mueller (2003), a produção intelectual dos cientistas necessita de um intrincado sistema de comunicação, que compreende os canais formais e informais, os quais os cientistas utilizam tanto para comunicar os resultados que obtêm quanto para se

informar dos resultados alcançados por outros pesquisadores. Os canais formais são constituídos, geralmente, de publicações com divulgação mais ampla, como periódicos e livros, sendo os artigos publicados em periódicos científicos o mais importante para a ciência. Já os canais informais possuem um caráter mais pessoal, são constituídos de relatórios de pesquisas em andamento, trabalhos apresentados em congressos etc. No quadro abaixo, Targino (1998) sintetiza as principais diferenças entre os canais formais e informais, ficando evidente as vantagens e desvantagens de cada um, tendo em vista a acessibilidade e uso, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação

CANAIS FORMAIS	CANAIS INFORMAIS
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
<i>Feedback</i> irrisório para o autor	<i>Feedback</i> significativo para o autor

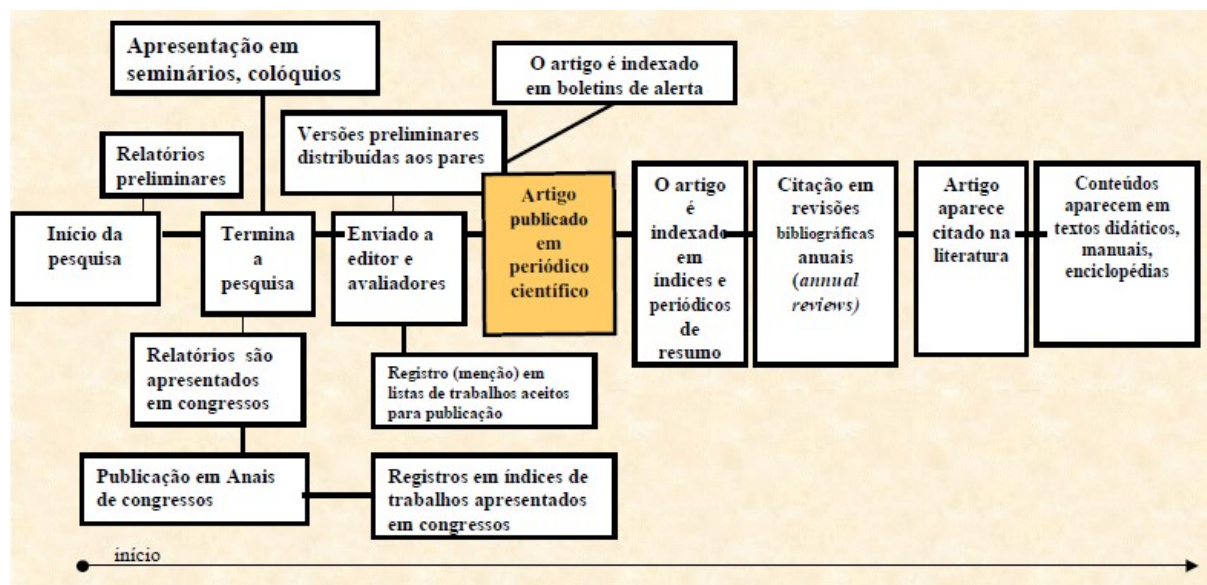
Fonte: TARGINO, 1998.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, especialmente da *internet*, a questão da explosão da literatura científica tornou-se ainda mais complexa, visto que novos formatos e canais de comunicação se tornaram disponíveis, expandindo-se de maneira nunca vista. Neste contexto, Meadows (1999) destaca que a partir da década de 1980, o desenvolvimento da tecnologia de informação começou a competir com a impressão em papel como meio universal para difundir informações científicas, sendo razoável analisar a possibilidade da transferência das informações científicas do meio impresso para o meio eletrônico.

A introdução das tecnologias de informação no ambiente acadêmico vem provocando mudanças no processo de comunicação entre pesquisadores. De acordo com Costa (2005) uma dessas mudanças diz respeito às interações no seio das comunidades científicas, segundo a autora faz parte dessas comunidades os pesquisadores, os bibliotecários, os provedores de acesso à *internet*, os centros de computação, editores, agências de fomento etc.

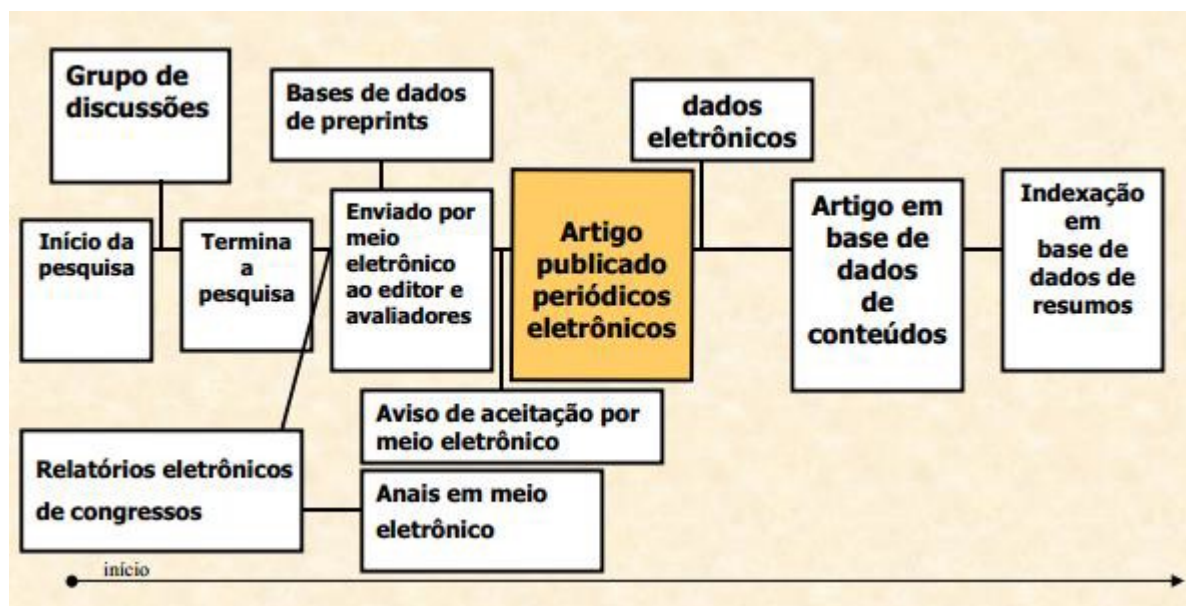
Pode-se observar a notável evolução da comunicação científica com o advento das tecnologias de informação e comunicação. Para ilustrar essa evolução, segue abaixo as figuras (FIG. 2 e FIG. 3) que evidenciam as mudanças do modelo tradicional de comunicação científica, surgindo dessa forma um novo modelo, que se encontra ainda em evolução.

Figura 2 - Modelo Tradicional da Comunicação Científica (elaborado por Garvey e Griffith 1979, adaptado por Hurd, 1996).



Fonte: MORENO; ARELLANO, 2005.

Figura 3 - Modelo em evolução da Comunicação Científica de Garvey e Griffith, adaptado por Hurd, 1996.



Fonte: MORENO; ARELLANO, 2005.

Pode-se observar que o surgimento do periódico eletrônico gerou uma considerável mudança no fluxo tradicional, visto que o número de etapas entre o início, conclusão e a disseminação do artigo diminuiu notavelmente. Consequentemente, houve uma diminuição do tempo para se ter acesso ao artigo.

De acordo com Meadows (1999) os primeiros periódicos científicos surgiram na segunda metade século XVII, atendendo a uma necessidade de informação mais eficiente, visto que os meios de comunicação até então vigentes, como as cartas utilizadas para divulgar relatos e resultados de pesquisas, já não se mostravam adequados à disseminação das novas descobertas científicas, sendo necessário um novo sistema que além de normatizar, ampliasse a divulgação da comunicação entre os cientistas. Neste cenário podemos destacar os dois primeiros periódicos que surgiram simultaneamente em 1665, o *Journal des Sçavants* (França) e *Philosophical Transactions of the Royal Society of London* (Inglaterra). Kuramoto (2008b) destaca que essas publicações consolidaram as comunidades de intelectuais e estabeleceu as primeiras redes de intercâmbio dos avanços científicos.

A criação dos periódicos pode ser considerada um divisor na história da ciência, pois proporcionou que um número maior de cientistas tivesse acesso ao que estava sendo produzido em termos de pesquisa por seus pares, contribuindo para uma evolução muito mais rápida e dinâmica da própria ciência, acelerando, portanto, sua comunicação e amadurecimento. Neste contexto Ziman (1979) evidencia a vantagem dos periódicos por ser uma publicação regular, proporciona uma divulgação rápida e garantida dos resultados de um número maior de pesquisas, fomentando assim a geração de novos trabalhos e, consequentemente, o surgimento de avanços científicos.

3.2 A crise dos periódicos e as novas tecnologias aplicadas à comunicação científica

A consolidação dos periódicos contribuiu para o avanço da comunicação científica e da própria ciência, uma vez que as comunidades científicas passaram a ter um canal para publicitar suas pesquisas e também tiveram maior acesso à divulgação do conhecimento gerado através dos trabalhos e estudos realizados pelos seus pares.

Segundo Kuramoto (2008b), os periódicos científicos exercem um papel primordial, quando se pensa na constituição de uma ciência oficial, validada entre os pares e sobre a qual se apoiam as pesquisas subsequentes. Isso faz com que os periódicos se tornem objeto de uma classificação. Sendo assim, periódicos de maior status coexistem com

periódicos de menor *ranking*. Quando o trabalho de um pesquisador é publicado em um periódico de grande prestígio significa não apenas ser aceito e reconhecido por uma elite, mas, às vezes, ser aceito pelo conselho editorial do periódico. Mueller (2006) também observa este processo ao afirmar que:

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e deu-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica. As revistas indexadas estão, dessa forma, no centro do sistema tradicional de comunicação científica. Mas é consenso, também, entre os membros da comunidade, que este sistema está longe de perfeito. Além dos problemas ligados ao processo da publicação dos artigos, o custo extremamente alto de manutenção de coleções atualizadas pelas bibliotecas provoca dificuldade de acesso para o leitor. (MUELLER, 2006, p. 27).

Pode-se observar a importância dos periódicos científicos no fluxo da informação científica. Kuramoto (2008b), historiciza como o *ranking* de revistas científicas surgiu ao relatar que nos anos 60 o *Institute for Scientific Information* (ISI), criado pelo americano Eugene Garfield, que teve a ideia de analisar as citações bibliográficas presentes nos artigos de revistas convenientemente escolhidas, para criar a base de referência: o *Science Citation Index* (SCI). Esta base tornou-se referência mundial para definir as métricas para classificação das revistas segundo o seu fator de impacto.

O fator de impacto indica a visibilidade e notoriedade de um periódico, sendo calculado utilizando técnicas bibliométricas, a partir da análise das citações dos artigos publicados em determinado período. Os periódicos que possuem o maior número de citações dos artigos publicados, consequentemente possuem um maior fator de impacto. Nunes (2012) destaca que com a constante divulgação do fator de impacto dos periódicos no SCI, as bibliotecas começaram a selecionar suas assinaturas anuais de periódicos baseadas neste instrumento, priorizando, obviamente, por periódicos que possuísem os maiores índices de impacto na comunidade científica.

O uso generalizado do SCI polarizou a atenção dos editores comerciais (*publishers*) sobre as revistas selecionadas a partir do SCI, acarretando, ao longo dos últimos anos, no aumento exacerbado dos preços de assinatura de tais periódicos. Nota-se, assim, que as bibliotecas das instituições de ensino passaram a ter dificuldade para conseguir manter as assinaturas desses periódicos. Segundo Kuramoto (2008b) essa situação não ocorreu apenas nas bibliotecas brasileiras, mas também nas bibliotecas de países desenvolvidos, que do mesmo modo não conseguiram manter suas assinaturas, dificultando o acesso à informação contida nesses periódicos.

Essa conjuntura favoreceu à ascensão das grandes editoras comerciais, que logo começaram impor preços abusivos e a dominar todo o mercado de publicações científicas, fragilizando o tradicional sistema de comunicação científica. É interessante observar que muitos pesquisadores entregam seus resultados de trabalho – com verbas oriundas das instituições onde estão vinculados ou com bolsas de agências de fomento, como CAPES, CNPq, FAPEMIG – às editoras, que em seguida vendem as assinaturas dessas publicações, muitas vezes a preços exorbitantes, às bibliotecas dessas instituições. Assim, os cientistas doam gratuitamente os seus artigos, financiados com verbas públicas, aos editores das revistas e posteriormente as instituições onde esses cientistas trabalham não tem condições financeiras para assinar.

Com o passar dos anos, os custos dos periódicos foram se tornando cada vez mais proibitivos, impedindo às bibliotecas manterem ou renovarem suas assinaturas. Este processo ficou conhecido como a crise dos periódicos, afetando todo o sistema de comunicação científica então vigente. A fim de elucidar o problema, Harnad (2008a) destaca:

Segundo o Ulrichsweb⁴, existe cerca de 25.000 revistas científicas revisadas pelos pares no Mundo, cobrindo todas as disciplinas e línguas, publicando por volta de 2.5 milhões de artigos por ano. Mas como os preços das revistas continuam elevando-se e os orçamentos das bibliotecas são limitados, cada universidade pode adquirir somente uma pequena porção daquele total. Isto significa que seus usuários têm acesso somente a uma fração daqueles artigos, no entanto, esperávamos o contrário na era *online*. (HARNAD, 2008a, p. 36, tradução nossa).

A crise dos periódicos limitou as possibilidades das bibliotecas manterem suas coleções atualizadas. Em face dessa situação, Mueller (2006) relata:

A aparente estabilidade de que gozava o sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980, que já vinha se anunciando desde a década de 70. O gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas, mas a crise só detonou quando atingiu as universidades norte-americanas. (MUELLER, 2006, p. 31).

Para continuar atendendo as necessidades informacionais de seus usuários, novas alternativas para acesso aos periódicos científicos foram procuradas pelas bibliotecas,

⁴ O Ulrichsweb é um diretório mundial de periódicos. Disponível em: <<http://ulrichsweb.com/ulrichsweb/analysis/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

podemos destacar: o Sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT), geração de listas de duplicatas, criação de redes de bibliotecas, permutação bibliográfica, entre outros.

Conforme visto, a aparente estabilidade do fluxo da comunicação científica, que inclui a publicação formal dos resultados da pesquisa, a recuperação e acesso à informação, foi abalada com o advento da crise dos periódicos. Contudo, no início da década de 1990, este cenário começa a mudar com o surgimento da *World Wide Web* (WWW), alterando de sobremaneira a forma de divulgação, comunicação e acesso ao conhecimento científico. Neste contexto, Ortellado (2008) relata que:

[...] pelo menos dois outros fatores foram relevantes para a emergência do movimento pelo acesso aberto à literatura científica: a crise dos periódicos que tomou as bibliotecas universitárias a partir do final dos anos 1980 e o advento da *World Wide Web*. (ORTELLADO, 2008, p. 187).

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação contribuíram para as mudanças no modelo clássico da comunicação científica e minimizou os efeitos da crise dos periódicos causada pelo alto preço das assinaturas. É nesse momento que começa a ser publicados e disponibilizados os primeiros periódicos científicos em formato digital. Observando este novo cenário Rosa e Gomes (2010), relatam que muitos periódicos científicos já nascem com um endereço eletrônico e possuindo uma existência unicamente *on-line*, e muitos outros passaram a ser oferecidos tanto na versão impressa quanto na *on-line*.

Segundo Barros (2010, p. 53), reportando-se a publicações impressas, esses avanços direcionam para o seguinte: “a publicação de resultados em periódicos científicos pode estar perdendo seu status no que se refere à velocidade de disseminação de resultados de pesquisa”. Para a referida autora, a adoção e expansão das redes digitais de comunicação e publicação *on-line*, geram uma alteração no fluxo informacional na esfera da comunicação científica, visando otimizar o acesso aos resultados de pesquisa e atender necessidades da própria comunidade.

A criação da rede mundial de computadores, em meados da década de 1980, acelerou as mudanças na forma de publicação da produção do conhecimento. Observou-se a alteração no fluxo da comunicação científica e também mudanças no tipo de suporte, antes exclusivamente em papel e depois passando para o uso do meio digital com o advento da *internet*. Assim, Castro (2006) ressalta que:

Nas últimas décadas do século XX, a Internet alterou não apenas a dinâmica do fluxo da comunicação científica, mas também o modo de fazer ciência, com a integração da comunidade científica com outros setores da sociedade, atuando em redes transdisciplinares e heterogêneas de colaboração entre instituições de natureza

variada. A evolução dessas redes de colaboração foi facilitada pelos avanços dos meios de comunicação e da Internet. O processo de produção do conhecimento científico passou a ser não-linear, com participação de todos os interessados, desde o momento da concepção das pesquisas até a aplicação de seus resultados, trazendo consequências tanto para as etapas de redação como de validação. (CASTRO, 2006, p. 59).

Percebe-se que a evolução do fluxo da comunicação científica na era eletrônica vai além da publicação eletrônica de documentos. De acordo com Nunes (2012), esta conjuntura contribuiu para a adoção de transformações nos padrões de comportamento da comunidade científica e sua relação com a sociedade, surge a dimensão de caráter político que preconiza o conhecimento científico como bem público, indispensável para o desenvolvimento social e econômico.

Pode-se observar que a comunicação científica não é inerte, encontra-se em constante evolução, assim como suas formas de divulgação. Esta evolução é de suma importância, visto que a informação científica alicerça todo o desenvolvimento científico e tecnológico de um país.

3.3 A Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Livre à Informação

Na literatura percebe-se que os termos acesso livre e acesso aberto aparecem sempre com as mesmas definições, sendo assim pode-se considerá-los sinônimos, visto que Rodrigues (2004, p. 25) de forma sucinta definiu acesso livre como sendo a “disponibilização livre na *internet* da literatura de caráter acadêmico ou científico, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos”. Observa-se também a mesma definição para acesso aberto da *Budapest Open Access Initiative*:

Acesso aberto para a literatura significa estar disponível livremente na Internet, permitindo qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto completo dos artigos, bem como capturá-los para indexação, passá-los como dados para o software ou usá-los para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas ou outras além daquelas próprias e inseparáveis do acesso à Internet. As únicas restrições na reprodução e distribuição e a única função do *copyright* neste contexto, deve ser o controle dos autores sobre a integridade de seus trabalhos e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados. (BUDAPEST, 2002, não paginado, tradução nossa).

As barreiras e dificuldades em acessar a informação científica, agravada sobretudo pela crise dos periódicos, fez surgir iniciativas entre os cientistas do mundo inteiro, impulsionados pela preocupação com o aumento da visibilidade e do acesso aos resultados de

suas pesquisas, visando ampliar o impacto e a produtividade e assim, maximizar o progresso da ciência e da tecnologia.

A primeira dessas iniciativas surgiu em 1991, no laboratório de Física de Los Alamos, Novo México (EUA), sob a coordenação do físico Paul Ginsparg que teve a iniciativa de criar o *arXiv*⁵, um repositório digital de acesso livre, sendo considerado o primeiro repositório *e-print*. Este sistema tinha a capacidade de hospedar e recuperar trabalhos de pesquisadores de qualquer parte do mundo, com destaque para física e outras áreas afins, permitindo também aos pesquisadores o auto-arquivamento de sua produção científica. Segundo Basptista *et al.* (2007) essa nova experiência trouxe mudança no fluxo da comunicação científica tradicional, ao considerarem que:

Os artigos depositados somente são liberados para acesso público após passar por um filtro. Essa filtragem é realizada por um moderador, alguém que seleciona os artigos mediante critérios muito simplificados. A existência desse moderador, no entanto, não substitui o processo de revisão pelos pares, como acontece na comunicação científica tradicional. Em contrapartida, os usuários, nessa experiência, têm a possibilidade de comentar os trabalhos depositados e os seus autores possuem, também, a oportunidade de submeter uma nova versão com base nesses comentários. (BASPTISTA *et al.*, 2007, p. 9).

Este cenário favoreceu o surgimento de dois grandes movimentos internacionais que preconizavam o acesso aberto, são eles: a Iniciativa dos Arquivos Abertos - *Open Archives Initiative*⁶ (OAI) e o Movimento de Acesso Livre à Informação - *Open Access Movement*⁷ (OA).

Em julho de 1999, Paul Ginsparg, Rick Luce e Herbert Van de Sompel organizaram o evento *The Santa Fe Convention on the Open Archives Initiative*, no qual promoveram a realização de uma reunião exploratória com os responsáveis por repositórios de *e-prints* acadêmicos, conforme Lagoze e Sompel (2000). Esse evento consolidou a *Open Archives Initiative* (OAI), cuja meta principal foi contribuir para a transformação da comunicação científica. De acordo com Ortiz (2002), a Convenção de Santa Fé promoveu mecanismos técnicos e estruturas organizadas que assegurassem a interoperação dos repositórios, facilitando assim a conversão dos vários sistemas já existentes em um modelo inovador de comunicação científica. Os saldos dessa convenção foram as soluções técnicas e operacionais que pudessem ser usadas como recomendações para os arquivos abertos, tanto os existentes quanto os futuros e também os diversos pacotes de *softwares open source* que foram pensados e desenvolvidos, tais como: *Open Journal Systems* (OJS), E-prints, D-Space,

⁵ Disponível em: <<http://www.arxiv.org/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

⁶ <http://www.openarchives.org/organization/>

⁷ <http://www.eprints.org/uk/index.php/open-access/>

Fedora, conforme Nunes (2012). Lagoze e Sompel (2000) apontam os elementos considerados essenciais pela Convenção para o modelo de arquivos abertos:

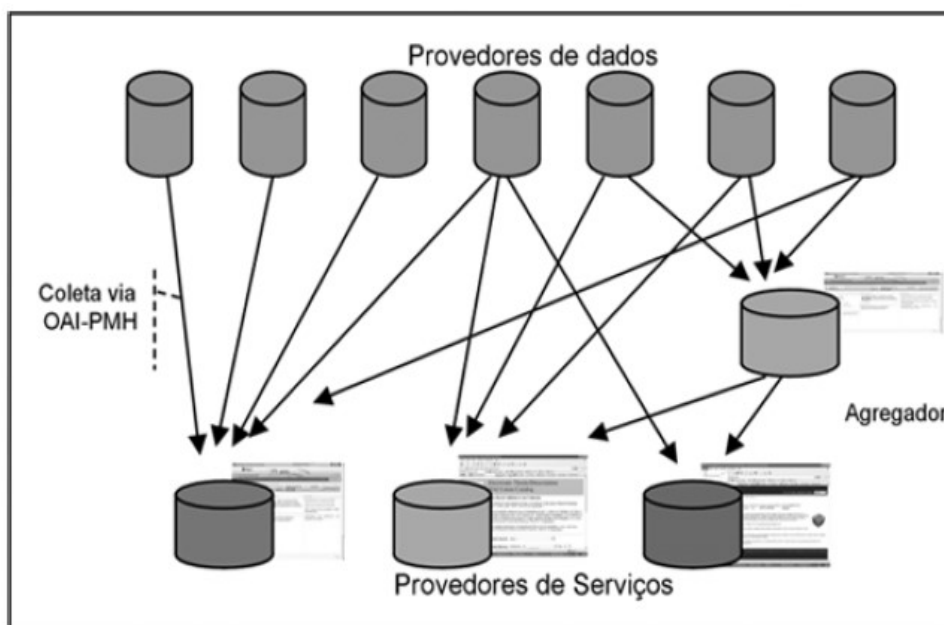
- mecanismo de submissão;
- sistema de armazenamento a longo prazo;
- uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos;
- uma interface aberta que permita a terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos.

Ainda nessa Convenção, Kuramoto (2006) evidencia dois atores que foram estabelecidos: os provedores de dados e os provedores de serviços. Os provedores de dados são os próprios repositórios e os provedores de serviço são responsáveis por fazer a coleta dos metadados nos provedores de dados, proporcionando uma busca integrada. Outro desdobramento da Convenção de Santa Fé foi a criação do protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH). De acordo com Kuramo (2006):

Trata-se de um protocolo de comunicação que possibilita a coleta de metadados a partir de determinado provedor de dados. O provedor de serviços, para realizar a coleta de metadados, deve utilizar um programa chamado Harvester (mecanismo de colheita), o qual implementa esse protocolo, o OAI-PMH. O Harvester, ao visitar um provedor de dados, dialoga com o programa desse provedor, o qual deve estar preparado para atender a uma demanda do Harvester e expor os metadados solicitados por esse mecanismo de colheita. (KURAMOTO, 2006, p. 95).

O esquema do modelo *Open Archive* (FIG. 4) pode ser observado abaixo.

Figura 4 - Modelo funcional do *Open Archive*.



Fonte: KURAMOTO, 2006.

Conforme destaca Machado (2006, p. 54) “o OAI-PMH não é um protocolo de pesquisa, mas sim um sistema baseado em um modelo de colheita de metadados”. Para Kuramoto (2006), metadados podem ser definidos como dados que descrevem os documentos digitais, são imprescindíveis para a localização e recuperação da informação. Os metadados devem também constituir um padrão, sendo que o mais utilizado pelos mecanismos de colheita é o padrão *Dublin Core*. Como exemplo de metadados, pode-se citar: título, autor, data, assunto, editor, etc.

O estabelecimento do modelo OAI propiciou que outros movimentos ganhassem consistência para a criação de repositórios de forma que as produções científicas estivessem em acesso aberto. Nesse sentido, pode-se destacar, também conhecidas como as 3 B's, as declarações de Budapeste, *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) de 2002; Bethesda, *Bethesda Statement on Open Access Publishing* de 2003 e Berlim, *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* de 2003. Abaixo segue um breve histórico sobre essas declarações:

- *Budapest Open Access Initiative* (BOAI)

Realizada em dezembro de 2001 em Budapeste pela *Open Society Institute* (OSI), o encontro teve como propósito discutir a questão do acesso à literatura científica através da *internet*. O resultado foi a Declaração de Budapeste, considerada o primeiro documento oficial do Movimento do Acesso Aberto, apresentando os princípios e estratégias para concretização e garantia de acesso livre à informação científica. Esta Declaração, lançada em fevereiro de 2002, teve como responsáveis pela sua elaboração professores e pesquisadores de universidades norte-americanas (dos EUA e Canadá) e britânicas, sociedades científicas, associações e editores. (BOAI, 2002).;

- *Bethesda Statement on Open Access Publishing*

No dia 11 de abril de 2003 reuniram-se na sede do *Howard Hughes Medical Institute* em Maryland (EUA) representantes de agências de fomento, sociedades científicas, bibliotecários, editores, etc., ligados à informação na área biomédica, com o objetivo de estimular a discussão sobre os procedimentos necessários para assegurar o acesso livre à literatura científica. A declaração contribuiu para a definição de acesso aberto, indicando duas condições, que deve ser atendidas, para que uma publicação seja considerada de acesso

aberto: (1) que os autores e detentores de direitos autorais concedam a todos usuários o direito de acesso gratuito, bem como a licença para copiar e distribuir em qualquer meio digital, sujeita à atribuição apropriada da autoria, (2) que uma versão completa do trabalho publicado seja depositada em um repositório online. (BETHESDA, 2003).;

- *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*

Realizada entre 20 e 22 de outubro de 2003, em Berlim, sob o apoio do *Max Planck Institute*. Esta conferência reuniu representantes de instituições científicas europeias no intuito de reforçar as reuniões de Budapeste e de Bethesda, e teve como principais objetivos: discutir formas que encorajassem os seus pesquisadores e bolsistas a publicar seus trabalhos de acordo com os princípios do acesso aberto; desenvolver meios de avaliação e reconhecimento das contribuições em canais de acesso aberto. Em concordância com os princípios descritos nas Declarações de Budapeste e de Bethesda, os participantes desse encontro assinaram a Declaração de Berlim, que definiu acesso livre como “uma fonte universal do conhecimento humano e do patrimônio cultural que foi aprovada pela comunidade científica”. A Declaração de Berlim foi assinada por várias instituições e universidades, totalizando 55 instituições, entre elas: *Max Planck Society*, que sozinha envolve 80 institutos públicos alemães; *Centre National de la Recherche Scientifique*, na França; Academia Europeia; *Open Society Institute*; entre outros institutos de pesquisa, universidades e agências de fomento localizadas na Austrália, Índia, Itália, Portugal, Reino Unido e outros países. (BERLIN, 2003).

Em referência a essas três declarações, Santos (2010) destaque que:

Todas essas iniciativas internacionais têm surgido com um objetivo comum: melhorar o sistema tradicional de comunicação científica e facilitar o livre acesso as publicações científicas por meio da internet. Essa eliminação de barreiras favorece a visibilidade e a difusão da pesquisa, enriquece a educação, quebra as barreiras entre países pobres e ricos e faz com que parte do financiamento seja recuperada com fundos públicos dedicado a pesquisa científica. (SANTOS, 2010, p. 69).

Segundo Targino (2007), o movimento mundial pelo acesso livre à informação, envolve quatro segmentos essenciais à produção e à disseminação da informação científica: a própria comunidade científica, as instituições acadêmicas, as agências de fomento e as editoras. Diante das facilidades na divulgação de informações científicas, favorecida pelo

advento das novas tecnologias de informação e comunicação, como a *internet*, estes movimentos destacam-se por priorizar, entre outras questões, a ampliação da visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência. Nesse sentido, Baptista *et al.* (2007) complementam que o acesso aberto surgiu como resultado:

(1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos preços de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso. (BAPTISTA *et al.*, 2007, p. 2).

As publicações em acesso aberto além de possibilitar o acesso e uso da informação pela comunidade científica contribuem para acelerar o impacto das pesquisas, visto que os pesquisadores têm o acesso praticamente imediato aos resultados de pesquisas e estudos em andamento. Contudo, Silva (2014) destaca que o termo acesso aberto,

não significa necessariamente que a literatura científica é totalmente livre de custos de publicação e que pode ser acessada imediatamente, mas que ela pode ser disponibilizada livremente na internet, às vezes após um prazo pré-determinado por cláusulas contratuais, sendo os direitos dos autores respeitados. (SILVA, 2014, p. 42).

Em relação ao custo de publicação, Targino (2007) esclarece que os periódicos científicos de acesso aberto comportam duas modalidades: aqueles gratuitos tanto para o leitor quanto para o autor e que envolvem iniciativas não comerciais entre instituições acadêmicas e profissionais e aqueles gratuitos para o leitor, mas pagos pelo autor. Nesse segundo caso, a publicação nesses canais de comunicação é custeada pelos autores ou pelas instituições em que estão vinculados.

A fim de implantar o acesso aberto à informação científica, a BOAI, estabeleceu duas estratégias para alcançar seus objetivos: a via verde (*green road*) e a via dourada (*golden road*). A primeira refere-se ao auto-arquivamento, pelos autores ou seus representantes, de uma cópia de seus artigos em um repositório de acesso aberto. Nunes (2012) reforça que a via verde deve constituir no auto-arquivamento de artigos publicados nas revistas científicas com acesso restrito (ou seja, que cobram assinaturas) nos repositórios temáticos ou institucionais, disponibilizando uma versão digital do mesmo, sendo esta de acesso gratuito. Já a segunda refere-se à publicação de artigos em revistas científicas de acesso aberto. Ainda de acordo com Nunes (2012, p. 47) a via dourada “se dá através de revistas de acesso livre que não fazem uso dos direitos de reprodução para restringir o acesso e uso do material que publicam,

assim como não cobram assinaturas nem taxas de acesso em suas versões on-line”. O autor esclarece que as revistas utilizam outros métodos para cobrir suas despesas, como taxa para versão impressa e taxas de publicação. Essas duas estratégias, em relação ao nosso país, Kuramoto (2015, p. 20) destaca que o Brasil “pode ser considerado um dos poucos representantes dos países em desenvolvimento no contexto do movimento do acesso livre à informação científica, tendo forte presença, tanto na implementação da via verde, quanto da via dourada”.

Como vimos, o movimento do acesso aberto incentivou a comunidade científica no intuito de criar um pensamento de abertura ampla e irrestrita do conhecimento científico, excluindo as barreiras que o protegiam e promovendo soluções técnicas a fim de viabilizar o domínio dos arquivos abertos (*open archives*). No Brasil o movimento do acesso aberto teve impulso em setembro de 2005 com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica⁸, lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse Manifesto, segundo o IBICT (2005) teve como objetivo:

- promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica (IBICT, 2005, p. 1).

Esse movimento reforça o anseio por parte da comunidade científica em função das dificuldades para se ter acesso à informação produzida. Nesse contexto, Kuramoto (2008b, p. 865) faz uma importante consideração ao afirmar que “todo resultado de pesquisa financiada com recursos públicos deveria estar disponível para acesso público”. Assim, as instituições de pesquisa, as agências de fomento, os pesquisadores e os governos devem se responsabilizar e implementar ações para que as informações e o conhecimento produzido estejam acessível a toda sociedade.

Kuramoto (2008a) ressalta que além do papel desempenhado pelo IbiCT, é importante lembrar o pioneirismo da iniciativa da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) que tornou disponível, em meio eletrônico, revistas científicas brasileiras. Para o autor essas ações facilitaram o registro e a disseminação da produção científica brasileira e também integraram a produção científica brasileira com a internacional, gerando uma maior visibilidade às pesquisas brasileiras.

⁸ <<http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>>

3.4 Repositórios Institucionais

Conforme visto na seção anterior, os movimentos em prol do acesso aberto à informação (OAI e OA) representaram uma importante estratégia para frear os altos preços impostos pelos editores dos periódicos científicos e através das políticas propostas nas declarações desses movimentos, a comunicação científica experimentou novas mudanças, o acesso às publicações científicas expandiu-se com o surgimento dos repositórios digitais.

Para Sayão e Marcondes (2009a) as transformações decorridas pela apropriação por parte da comunidade acadêmica de conhecimentos, tecnologias e padrões das áreas de TI para constituição de novos patamares de publicação, comunicação e cooperação, contribuíram para o surgimento dos repositórios. Como evidência desse fenômeno os autores destacam o protocolo *Open Archive* voltado para interoperabilidade de repositórios digitais acadêmicos que tem origem no próprio seio da comunidade acadêmica.

Antes de conceituar o termo repositório institucional, é importante tecer considerações acerca de um conceito mais amplo: repositórios digitais. De acordo com Leite *et al.* (2012, p. 7) os repositórios digitais “são criados para facilitar o acesso à produção científica. São bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores”. Segundo os autores os repositórios digitais podem ser institucionais ou temáticos:

- Repositórios temáticos: lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.
- Repositórios institucionais: lidam com a produção científica de uma determinada instituição.

Ainda em de acordo com Leite *et al.* (2012):

Todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital. Entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa). Contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição. (LEITE *et al.*, 2012, p. 7).

Costa e Leite (2009), apontam que não há na literatura uma discussão conceitual aprofundada acerca das diferenças ou similaridades entre RIs e bibliotecas digitais. Contudo, alguns autores nos trazem algumas conceituações importantes para explicitar a diferença entre os termos repositório digital, biblioteca digital e repositório institucional. Do ponto de vista conceitual, bibliotecas digitais e repositórios digitais são conceitos sinônimos, tratando-se de plataformas para armazenamento e gestão de documentos digitais. Nesse sentido Kuramoto (2008c) esclarece:

Existem diversas definições para repositórios digitais e repositórios institucionais. Em princípio, a definição de repositórios digitais pode ser estabelecida como uma infraestrutura de banco de dados capaz de armazenar coleções de documentos em meio eletrônico. Nada impede de se chamar um repositório digital de uma biblioteca digital. São termos sinônimos. (KURAMOTO, 2008c, não paginado).

Segundo Costa e Leite (2009, p. 163) RI “foi o termo utilizado para representar um novo serviço bibliotecário cuja ênfase é constituir, gerenciar e, sobretudo, disseminar amplamente coleções digitais de informação científica, de modo que a comunicação, acesso e uso de resultados de pesquisa fossem expandidos”. Crow (2002) estabeleceu quatro atributos que devem nortear os RIs, são eles: institucionalmente definido, conteúdo acadêmico, cumulativo e perpétuo, aberto e interoperável. Costa e Leite (2009), consideram que esses atributos exprimem a capacidade dos RIs constituírem duas funções: uma nova alternativa para gestão da informação científica e também um componente do atual e complexo sistema de comunicação científica.

Segundo Sayão e Marcondes (2009a) os RIs são serviços vinculados organicamente aos seus ambientes institucionais; são cumulativos e persistentes e, portanto, têm compromissos fortes com a formação da memória digital acadêmica, com a preservação de longo prazo de materiais de valor contínuo e com os movimentos de livre acesso. Para isso, os repositórios alicerçam-se tecnologicamente em sistemas abertos e interoperáveis e possui uma conexão com os princípios das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação.

Outra definição ser considerada é apresentada por Crow (2002, p. 1, tradução nossa), que define RIs como “coleções digitais contendo a produção intelectual de uma ou mais comunidades universitárias”. De acordo com Crow (2002) os RIs fornecem respostas a duas questões estratégicas relacionadas às instituições acadêmicas:

- Fornecem um componente essencial à reforma do sistema de comunicação científica, um componente que amplia o acesso à investigação, proporciona maior governança à academia sobre bolsas e auxílios à pesquisa, aumenta a concorrência e reduz o poder de monopólio das revistas científicas, além de trazer economia e reforçar a importância das instituições e bibliotecas que os suportam; e
- Têm potencial para fornecer indicadores concretos sobre a qualidade de uma universidade e demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa. Além disso, aumenta a visibilidade da instituição, o seu status e valor público. (CROW, 2002, p. 1, tradução nossa).

Costa e Leite (2009) destacam que com base no *Digital Repositories Infrastructure Vision for European Research* (DRIVER), os repositórios digitais podem ser de três tipos:

1. Repositórios disciplinares ou temáticos: voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular;
2. Repositórios de teses e dissertações: repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações;
3. Repositórios institucionais: dedicados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa.

Kuramoto (2011) também classifica os repositórios em três tipos, considerando a abrangência do material armazenado:

1. Repositório institucional: armazena a produção científica de uma instituição;
2. Repositório temático ou disciplinar: armazena a produção científica de uma área do conhecimento ou disciplina.
3. Repositório central: armazena a produção científica de uma ou mais agência de fomento.

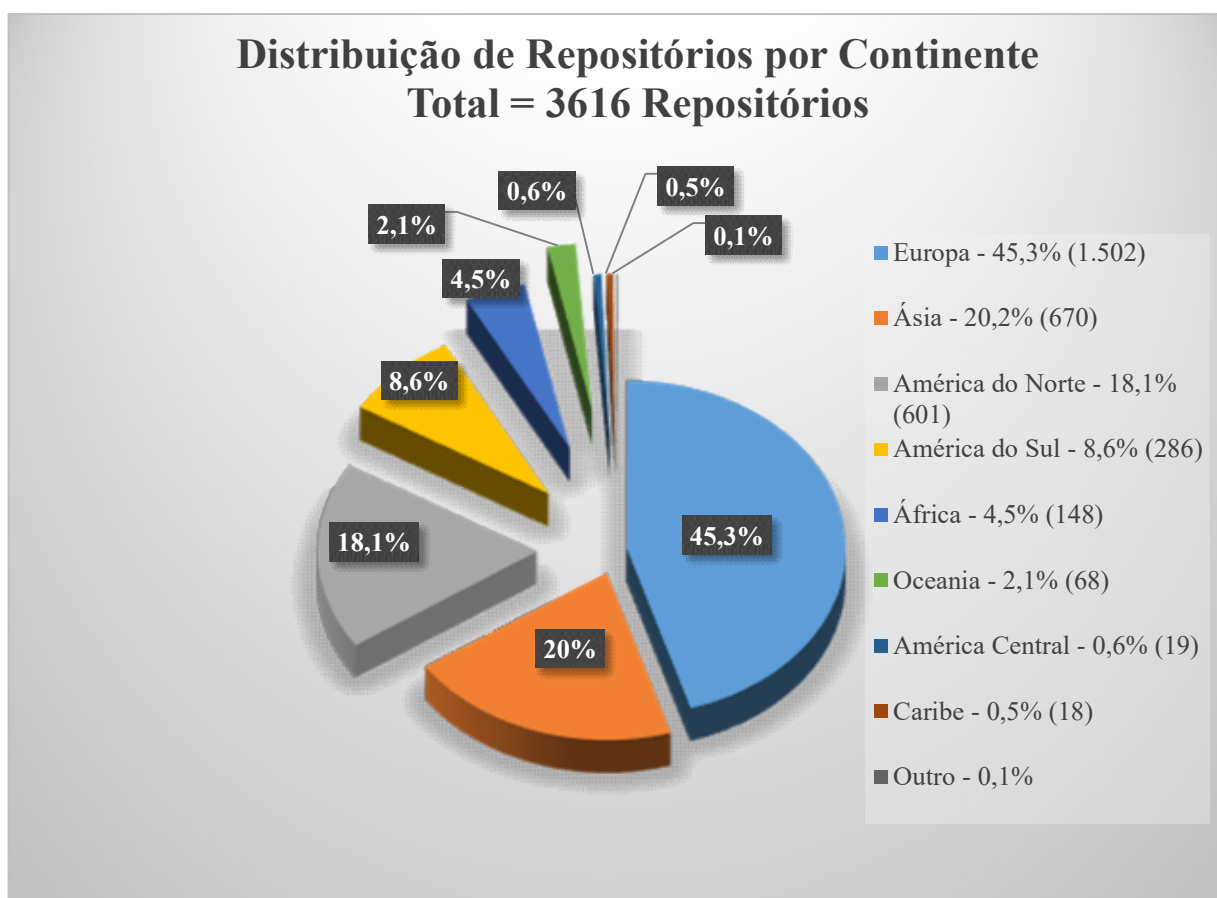
Pode-se observar uma proximidade entre as classificações sugeridas pelos autores, na opinião de Kuramoto (2011) apesar das diferentes conceituações e classificações cabe aos pesquisadores ter o bom senso de utilizar aquelas que guardam uma coerência em termos de definição.

O depósito dos resultados de uma pesquisa em um repositório institucional garante maior visibilidade para o pesquisador e também à instituição ao qual está vinculado. Segundo Nunes (2012) as instituições, assim como os autores, beneficiam-se de diversas maneiras, tais como:

- 1) Ampliação da interação entre seus pesquisadores com os de outras instituições, favorecendo a autoria coletiva, a discussão, enfim, o intercâmbio de informações entre cientistas, que é de vital importância para o progresso científico;
- 2) O repositório da instituição serve como uma ferramenta de *marketing*, pois ao disponibilizar na Internet sua produção científica, a instituição está divulgando à sociedade tudo que é produzido por seus pesquisadores, servindo como uma espécie de propaganda da instituição. Em se tratando de instituições privadas ou de órgãos que necessitam de captar recursos junto a agências de fomento, a divulgação de sua produção num repositório de acesso livre é um ótimo parâmetro de promoção;
- 3) Através da implantação de um repositório institucional, é possível reunir em um só lugar todo o conhecimento gerado por aquela instituição, favorecendo a gestão da informação naquele ambiente (controle bibliográfico e memória institucional);
- 4) Em se tratando de universidades, é possível concentrar em uma única ferramenta toda a produção científica do corpo docente e discente, que muitas vezes encontra-se dispersa em inúmeros livros, revistas, anais de congressos, dentre tantas outras fontes de informação;
- 5) As ferramentas de acesso livre oferecem aos gestores a opção de obter estatísticas de acesso, *download* e *upload* dos documentos depositados. (NUNES, 2012, p. 56)

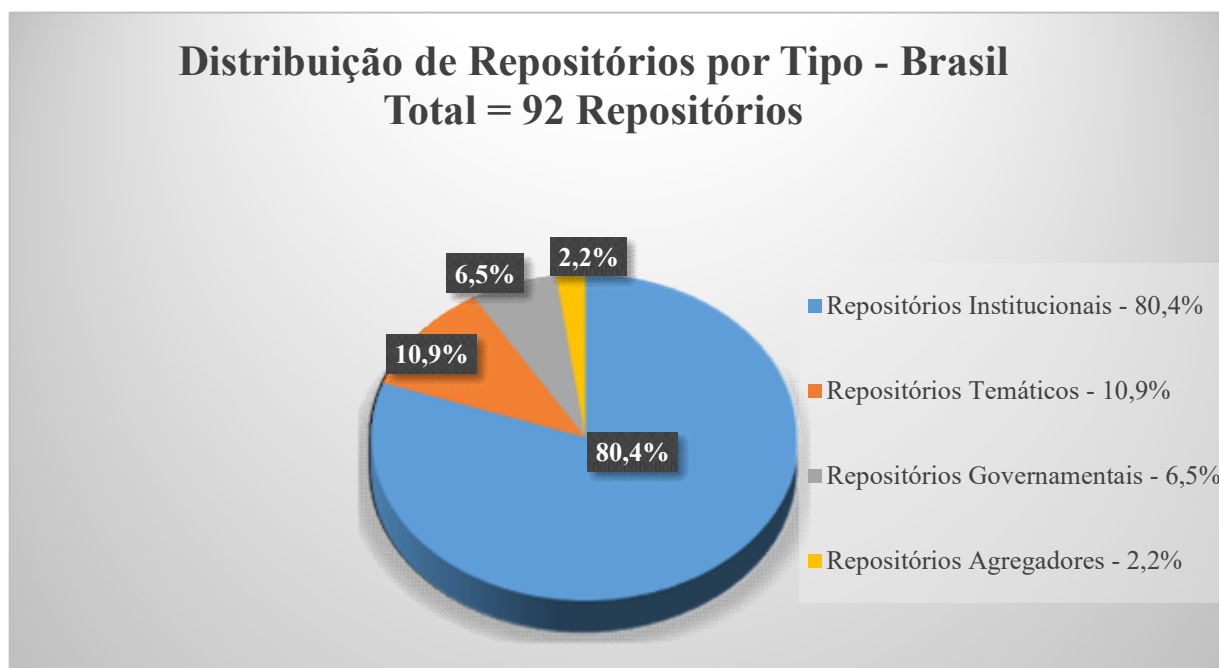
Hoje, analisando os dados do *The Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR)⁹, percebe-se através do Gráfico 1 e Gráfico 2, a crescente presença dos repositórios no mundo e no Brasil.

Gráfico 1 - Repositórios no Mundo



Fonte: Dados extraídos do site OpenDoar: <<http://www.opendoar.org/>> em 10 fev. 2017.

⁹ O OpenDoar é um diretório de repositórios de acesso aberto, criado pela *University of Nottingham*, Reino Unido. Disponível em: <http://www.opendoar.org>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Gráfico 2 - Repositórios no Brasil

Fonte: Dados extraídos do site <<http://www.opendoar.org/>> em 10 fev. 2017.

Conforme mostra o Gráfico 1, a Europa aparece em primeiro lugar com 45,3% dos repositórios digitais existentes em todo o mundo. É importante lembrar que foi no continente europeu, através da Declaração de Budapeste, que foi apresentado o primeiro documento oficial em prol do movimento do acesso aberto. Os dados constantes nos Gráfico 1 e Gráfico 2 foram extraídos no dia 10/02/2017, onde as porcentagens apresentadas no Gráfico 1 referem-se ao total geral de 3.616 repositórios digitais existentes em todo o mundo. Já no Gráfico 2, observa-se um total de 92 tipos de repositórios no Brasil, distribuídos em: repositórios institucionais, repositórios temáticos, repositórios governamentais e repositórios agregadores.

No que tange aos *softwares* de instalação de repositórios institucionais, Sayão e Marcondes (2009a) apontam muitas opções de escolha disponíveis: *DSpace*, *Eprint*, *Greenstone*, *Fedora*, *Nou-Rau*. Todos esses softwares caracterizam-se como *open source*, ou seja, estão disponíveis sob licença de fonte código aberta, podendo ser customizados, além de propiciarem interoperabilidade com outros sistemas. Contudo, os softwares mais utilizados no mundo, segundo o *OpenDOAR*, são o *DSpace*, desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e o *Eprints*, desenvolvido pela *University of Southampton*, na Inglaterra.

Os RIs têm demonstrado ser uma importante ferramenta que propicia o acesso aberto e também a disseminação da informação. Os desafios de se construir e implementar um RI segundo Kuramoto (2010, p. 68) “é mais um desafio de gestão do conhecimento e da

publicação científica do que uma questão tecnológica”. O autor ainda destaca que atualmente a tecnologia oferece diversas opções de baixo custo, além de ofertarem também soluções de interoperabilidade que favorece a integração desses RIs. Observa-se assim que o maior desafio atualmente na implantação de um repositório institucional é menos tecnológico e mais uma questão política.

3.5 Políticas para repositórios institucionais

Os RIs constituem uma importante via para instituições de ensino maximizar a visibilidade de sua produção intelectual. Na concepção de Costa e Leite (2009) devem ser compreendidos como:

manifestação da reestruturação do sistema de comunicação científica. Sua emergência representa a materialização de uma filosofia de acesso aberto que se instaura na comunidade científica mundial. Constituem, desse modo, poderosa alternativa que, do ponto de vista da disponibilidade e acesso irrestrito à informação, potencializa a produção do conhecimento. Já do ponto de vista da disseminação da informação, proporciona a visibilidade e maximização do impacto de resultados de pesquisa, por meio da ampliação do seu acesso. (COSTA; LEITE, 2009, p. 172).

Leite (2009) assinala que é fundamental que um RI nasça com propósitos bem definidos, a partir de um planejamento elaborado e devidamente contextualizado. Para o autor a construção de um RI deve prever quais funções serão desempenhadas tanto internamente, na instituição, quanto no complexo sistema de comunicação científica global.

No que diz respeito à sua orientação, Leite (2009) destaca que os RIs em todo o mundo podem, para efeitos didáticos, ser agrupados de acordo com duas abordagens, denominadas rígida e flexível. Sendo importante que os gestores responsáveis pelo planejamento e construção do repositório conheçam e estejam cientes das implicações da escolha de uma ou outra abordagem.

Na abordagem rígida compreende-se que os RI devem priorizar conteúdos que foram submetidos pela avaliação dos pares, visando assim a qualidade e o controle do que está sendo armazenado. De acordo com Leite (2009),

a abordagem rígida preconiza que repositórios institucionais devem responder preponderantemente à função de potencializar a comunicação científica formal, visando especialmente à maximização dos impactos dos resultados das pesquisas por meio da disseminação ampla e irrestrita de artigos de periódicos científicos, principal argumento do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica. (LEITE, 2009, p. 28).

Na abordagem flexível são considerados conteúdos, tais como dados brutos de pesquisa, objetos de aprendizagem, imagens e vídeos, dentre outros. Nessa abordagem segundo Leite (2009) o repositório deverá compreender e atender também a demandas específicas de gestão institucional que não são suportadas pelo sistema de comunicação científica formal. Leite (2009, p. 29) considera que a abordagem flexível reforça que o “conhecimento científico não é produzido exclusivamente a partir daquilo que já foi avaliado e é publicado formalmente, mas também daquilo que é veiculado informalmente, tornando mais flexível, portanto, a comunicação científica”.

A implantação de um repositório institucional requer, desde seu início, a elaboração de políticas e normas para o depósito das publicações. Sayão e Marcondes (2009b) destacam que para o desenvolvimento de repositórios é necessário definir políticas institucionais, segundo os autores a política influencia no processo de auto-arquivamento. Segundo os mesmos autores:

[...] políticas locais, discutidas e aceitas pelas respectivas comunidades, regulam o depósito da produção científica dos pesquisadores da instituição. Estas políticas variam desde a simples sugestão de que os pesquisadores depositem cópias de livre acesso de seus trabalhos aceitos em periódicos ou congressos, passando por diferentes tipos de incentivos para que seja feito o autoarquivamento até a obrigatoriedade institucional de o fazerem. O depósito, dependendo da política, pode significar o livre acesso imediato ao trabalho científico, ou dentro de determinado prazo. (SAYÃO; MARCONDES, 2009b, p. 18).

De acordo com Tomaél e Silva (2007), a implantação de um repositório institucional exige um estudo extenso da instituição em que está inserido, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, interesses e necessidades individuais. Neste sentido, Leite (2009) destaca que a política deve estar em concordância com as políticas da biblioteca e da própria instituição, para o autor a política institucional de funcionamento deve contribuir para:

- integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação instituição;
- apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório;
- satisfazer as necessidades da comunidade;
- atrair usuários;
- estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- povoar o repositório;
- torná-lo juridicamente viável;
- manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;
- preservação digital de longo prazo;
- gerenciar riscos;

- facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório. (LEITE, 2009, p. 71).

Assim, uma política institucional para repositório institucional deve prever aspectos, relativos a:

- a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares;
- d) padrões;
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório. (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 4).

Uma questão importante que deve ser considerada nas políticas para RIs são os direitos autorais ou *copyright*. Apesar dos repositórios permitirem o acesso aberto, Viana e Arellano (2006, p. 8) esclarecem que: “[...] todos os trabalhos depositados continuam sendo propriedade intelectual dos seus respectivos autores. Cabe a estes a responsabilidade de decidir o que deve ou não ser depositado e que documentos podem ou não ser consultados na íntegra”.

Sayão e Marcondes (2008) consideram importante a definição dos papéis dos usuários e dos seus direitos autorais, contudo, para os autores a gestão de direitos é um problema complexo e desafiador.

As questões de direitos autorais (*copyright*) e propriedade intelectual foram sempre um problema difícil para as bibliotecas [...]. Com o surgimento das bibliotecas digitais e do *e-commerce* e das novas configurações do mercado de conteúdo, essa questão torna-se crítica, pois se constata que o conceito tradicional de direito autoral não se ajustou no ambiente digital, dado que o controle de cópias, de integridade e acesso foi perdido: os objetos digitais são menos fixáveis, facilmente copiados e remotamente acessíveis por múltiplos usuários simultaneamente. (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 143).

Com exceção dos direitos morais do autor que são inalienáveis e irrenunciáveis, é comum os autores renunciarem, por meio de acordos, dos seus direitos de patrimoniais para terem seus artigos publicados pelas editoras das revistas. Ley (2013) esclarece que:

O acordo de publicação é o meio pelo qual o autor, como o detentor dos direitos autorais do original, concede permissão para a editora. A transferência de titularidade da obra do autor para o editor libera este último para fazer uso da obra, sem necessidade de solicitar autorização do autor do original. (LEY, 2013, p. 90).

Esses contratos são firmados com os autores a fim de garantir as permissões necessárias sobre a obra, evitando assim possíveis infrações. Mueller (2006) relata que o discurso das editoras, ao negar o acesso livre, é a proteção da autoria e a integridade do texto.

Contudo, como os editores são detentores do *copyright*, o retorno financeiro vem com a liberação do acesso apenas para os que podem pagar.

Mesmo diante da potencialidade proporcionada pela iniciativa do acesso aberto, para Guimarães, Silva e Noronha (2009) alguns RIs operam com perfis de acesso diferenciados, e em alguns casos restringem o acesso ao texto completo por questões de *copyright*. As autoras (2009) ainda complementam:

Para aqueles que veem o RI como espaço para artigos científicos revisados por pares, o grande desafio é, sem dúvida, a questão do *copyright* e a tradição de um “modelo de negócio” de publicação científica que vem se mostrando exitoso ao longo dos últimos séculos. (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009, p. 270).

Para Rodrigues (2009) essa situação não é incompatível com uma política institucional de auto-arquivamento, pois:

a maioria das editoras, mesmo as que exigem a transferência dos direitos de autor, permitem o depósito de uma cópia num repositório em acesso livre, e para as editoras que não o permitam o artigo pode ser depositado no repositório, mas permanecendo em acesso restrito. (RODRIGUES, 2009, p. 11).

Rodrigues (2009) considera importante observar o período de embargo, visto que algumas editoras ao permitirem o auto-arquivamento da versão final de um artigo, acabam impondo um período de embargo durante o qual o acesso livre não é permitido. Este período pode variar de acordo com as editoras, podendo ser de 3 meses para algumas revistas científicas ou até 24 meses em algumas revistas das áreas de ciências humanas e ciências sociais. Nunes (2012) destaca que softwares como o *Eprints* e *Dspace* permitem atribuir o embargo a conteúdos depositados, possibilitando a inserção de dados relativos ao tempo necessário para que a restrição expire de forma automática.

Para garantir o direito de propriedade intelectual e, ao mesmo tempo assegurar o acesso aberto a publicação, tem-se adotado novas formas de direito de uso através de licenças como a *Creative Commons*¹⁰ (CC), uma entidade sem fins lucrativos, criada para permitir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais.

Ortellado e Machado (2006) contextualizam o cenário em que a *Creative Commons* foi criada, relatando as ações inovadoras dos programadores de computador ao desenvolverem *softwares* livres, com licenças que permitia o aperfeiçoamento pela comunidade e que tivessem uma distribuição livre. Os autores assinalam que:

¹⁰ <https://br.creativecommons.org/>

Essas licenças permitiam que as obras protegidas por direito autoral fossem reproduzidas para o benefício do público. Em algumas licenças, a livre reprodução podia sofrer restrições caso o uso fosse comercial, a versão reproduzida não citasse os autores ou as obras derivadas não mantivessem o mesmo tipo de licença. Foi para poder atender a todas as possibilidades de combinação de liberdades oferecidas pelas “licenças livres” que o projeto Creative Commons foi criado. (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p. 9).

No que tange ao *copyright* em que todos os direitos são reservados, as licenças *Creative Commons* possibilitam descrever e definir as permissões de uso aplicadas ao documento. É importante destacar que as licenças *Creative Commons* garantem que os direitos autorais e patrimoniais sejam respeitados, visto que os próprios autores definem o que estará disponível ao público e o que estará retido. Segundo Nunes (2012, p. 49) “os autores que permitem o acesso livre e uso de seus trabalhos optam por esse tipo de licença no intuito de impedir a distribuição de cópias modificadas, não autorizadas, ou com propósito de uso comercial”.

Silva (2014) observa que atualmente os RIs estão solicitando, no momento da submissão, que os autores dos documentos concedam uma autorização formal de modo a confirmar a possibilidade de *upload* do arquivo. Sendo solicitado também a atribuição de uma licença, determinando o tipo de uso e distribuição permitidos para o material. Neste caso, de acordo com Silva (2014), a licença mais utilizada pelos RIs é a *Creative Commons*. Portanto, através do uso de licenças como a *Creative Commons*, é possível ter acesso às produções científicas, garantindo assim as proposições do movimento de acesso aberto.

Outra questão que se deve observar na política é o que tange ao acesso e uso, para poder definir como os documentos poderão ser usados pela comunidade. Segundo Tomaél e Silva (2007), essa medida estabelece os níveis de acesso necessários e peculiares a cada arquivo depositado. Neste mesmo contexto, Viana e Arellano (2006) reforçam que é necessário definir os níveis e perfis de permissões para o acesso aos documentos, os autores destacam que existem dois tipos básicos de acesso, a saber:

- a) o acesso livre ao conteúdo do RI, para o público em geral, excetuando-se o caso dos documentos considerados confidenciais, que já deverão ter sido estabelecidas previamente durante o desenvolvimento de políticas de depósito de conteúdos no repositório; e
- b) o acesso restrito, no caso daqueles que não são disponibilizados integralmente, ou que só podem ser consultados e/ou descarregados pelo pessoal da instituição ou de um projeto ou programa específico. (VIANA; ARELLANO, 2006, p. 10).

A partir da literatura especializada Viana e Arellano (2006) compilaram as políticas institucionais, referentes à implementação de RIs, que permitissem a inferência de diretrizes básicas para a elaboração políticas institucionais válidas para nortear a

implementação de RIs em instituições de ensino superior, as quais se destacam: (1) políticas de depósito/submissão de documentos, (2) políticas relacionadas ao acesso à informação, (3) políticas para engajamento de pesquisadores / autores, (4) políticas para editores e revisores do repositório, (5) políticas para preservação digital, (6) políticas para envolvimento dos *stakeholders*, (7) políticas para os Centros e Departamentos, (8) políticas de atuação dos responsáveis pelo repositório institucional, (9) políticas implementadas em âmbito internacional.

Segundo Silva (2014) o Brasil ainda não aprovou uma política nacional que regule e contemple as diretrizes para o povoamento dos seus repositórios. É importante destacar que essas políticas são baseadas na literatura e nas experiências de outros países com seus repositórios. Como exemplo de modelos internacionais de sucesso podemos citar o *Digital Repositories Infrastructure Vision for European Research* (DRIVER)¹¹ e a política do *RepositoriUM*¹² da Universidade do Minho, em Portugal.

3.6 Políticas mandatórias para o povoamento dos repositórios institucionais

O depósito dos documentos digitais nos RIs, podem ser realizados de duas formas, pelo próprio autor através do auto-arquivamento ou por intermédio da biblioteca ou gestor do repositório mediante autorização prévia do autor. Segundo Rodrigues (2009), as políticas de acesso aberto das universidades,

podem ser voluntárias (ou seja, pedem ou encorajam aos pesquisadores que efetuem o auto-arquivo em acesso livre das suas publicações no repositório institucional) ou mandatórias (ou seja, exigem que os pesquisadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional). (RODRIGUES, 2009, p. 11).

Assim, o sucesso no povoamento dos RIs está relacionado diretamente com políticas mandatórias, que visam a obrigatoriedade do depósito, principalmente através do auto-arquivamento. As propostas e definições de políticas mandatórias de acordo com Baptista *et al* (2007, p. 6) é “uma reação à baixa resposta da política do depósito voluntário, que tem resultado em índices de adesão considerados baixos, e que deve constituir-se na solução para que sejam obtidos índices de arquivamento (depósito) significativos”. Para Kuramoto (2007, não paginado) umas das razões para o baixo auto-arquivamento “é o fato de

¹¹ <<http://www.driver-community.eu/>>

¹² <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>>

o pesquisador ter que despender alguns minutos digitando os metadados e fazendo o *upload* de seus trabalhos”.

Nunes (2012) afirma que os RIs com mais sucesso no que diz respeito ao seu povoamento têm sido aqueles cujas instituições estabeleceram política de depósito obrigatório, o autor destaca que:

[...] a implementação da obrigatoriedade do arquivamento da produção científica é o fator primordial para que as taxas de depósito sejam consideravelmente aumentadas. Em compensação, em instituições cuja participação dos autores depende exclusivamente do incentivo de políticas voluntárias, as taxas de depósito permanecem baixas. (NUNES, 2012, p. 122).

Ley (2013) também corrobora ao considerar que as ações de povoamento implicam aspectos políticos e técnicos. A autora destaca a importância das políticas para o povoamento de um repositório institucional:

[...] as funções de capturar os registros institucionais, abrigar e preservar as coleções digitalizadas para evidenciar a produção científica e intelectual com vistas a aumentar a visibilidade, maximizar o impacto da pesquisa e o prestígio da instituição, motor para o desenvolvimento de RIs em universidades, só se cumprem quando o repositório é povoado de forma cumulativa e perene, o que requer o estabelecimento de uma política informacional para o mesmo. (LEY, 2013, p. 22).

Essas políticas segundo Harnad (2008b), um dos principais pesquisadores do movimento de acesso livre a informação, sempre falham se forem meramente "recomendações" ou "pedidos", o autor preconiza o termo mandato (*mandate*, em inglês) para o depósito obrigatório. Neste mesmo contexto, Swan (2008) reforça que as políticas devem ser devidamente formuladas para que tenham efeito e ainda complementa:

A evidência mostra que apenas políticas obrigatórias funcionam bem. As políticas que apenas encorajam ou até mesmo solicitam aos autores para disponibilizarem seu trabalho acesso aberto não resultam em um nível considerável de conformidade, em parte devido às preocupações sobre direitos autorais [...] (SWAN, 2008, p. 168, tradução nossa).

Harnad (2006a) propôs o *The Immediate-Deposit/Optional Access Mandate* (Mandato depósito imediato/acesso opcional) também conhecido como ID/AO, com o objetivo que as instituições adotassem políticas de depósito obrigatório. Kuramoto (2009) explica que:

A ideia é que o autor deposite o seu trabalho, em um repositório de acesso livre, tão logo saiba que o mesmo tenha sido selecionado ou aceito para publicação em uma determinada revista com revisão por pares. Em outras palavras, esta proposta recomenda o imediato depósito, em seguida à comunicação da revista ao autor de que o seu artigo está selecionado para publicação na revista. A recomendação é que

seja depositado o texto referente à versão final aceita pela revista, com revisão por pares. (KURAMOTO, 2009, p. 211).

Segundo Rodrigues (2009) as políticas de auto-arquivamento podem também ser classificadas quanto ao tipo e momento de depósito, existindo três tipos básicos:

Tipo 1: Depósito imediato com acesso livre imediato

Este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a aceitação para publicação, logo que as correções finais tenham sido efetuadas, e que os tornem disponíveis imediatamente, em acesso livre, através do repositório. O resultado deste tipo de política é o acesso livre imediato. No entanto, como algumas revistas não permitem o acesso livre imediato, este tipo de política tem a desvantagem de restringir a escolha das revistas em que um autor pode publicar.

Tipo 2: Depósito adiado, após o período de embargo

Este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a publicação e o fim do período de embargo da editora. A vantagem é a de que cumpre com os requisitos da editora, mas a desvantagem é a de que o diferimento atrasa o acesso livre e corre-se o risco de que o autor se esqueça de depositar o seu artigo passado algum tempo após a sua publicação.

Tipo 3: Depósito imediato com acesso opcional

Este tipo de política exige o depósito imediato, mas se o artigo é submetido a uma revista com um período de embargo, a política permitirá apenas o acesso livre no final do período de embargo. No entanto, durante esse período, os metadados do artigo (título, autores, filiação, resumo, referências) devem ser totalmente de acesso livre (os embargos das editoras não se aplicam aos metadados, porque não são abrangidos pelos direitos de autor). (RODRIGUES, 2009, p. 12, grifo do autor).

Os baixos índices de auto-arquivamento fizeram com que institutos de fomento de pesquisa tornassem obrigatório o depósito em repositório por parte dos pesquisadores beneficiários de financiamentos de pesquisa. Costa (2008) destaca como exemplos: o *National Institutes of Health* (NIH)¹³, maior agência governamental de fomento da pesquisa na área de saúde nos Estados Unidos, que instituiu a obrigatoriedade do depósito no *PubMedCentral*, dos trabalhos publicados em revista com avaliação pelos pares; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que desde 2006 requer o depósito compulsório de teses e dissertações defendidas no Brasil na Biblioteca Digital e Teses e Dissertações, a qual está disponível em ambiente interoperável e de acesso aberto.

Uma questão importante e que costuma gerar dúvidas e receios quanto ao depósito obrigatório é o que tange às patentes e a documentos sigilosos ou protegidos por *copyright*. Ao depositar o documento no repositório, o autor deve informar aos gestores do repositório que o documento possui informações que não devem ser acessadas na íntegra ou quais partes poderão estar disponíveis ao público, podendo ser solicitado também um embargo por um determinado período. Convém esclarecer que nesses casos a obrigatoriedade do depósito se

¹³ <https://www.nih.gov/>

restringe apenas aos metadados, resguardando assim as informações de caráter sigiloso. A política mandatória não negligencia os direitos autorais, Costa (2008) destaca que:

[...] o depósito compulsório - ou mesmo o depósito voluntário - não fere o direito de cópia nem o direito autoral. Isso porque requer o depósito, simplesmente, respeitando a propriedade sobre as licenças ou permissões de acesso e uso. Estas, somente quando devidamente obtidas, permitem o acesso amplo e irrestrito. (COSTA, 2008, p. 228).

Em relação a essas questões, o Projeto de Lei nº 387 de 2011, que tramita no Senado, dispõe nos parágrafos 4º e 5º de seu artigo 1º que:

§ 4º Deverão ser depositadas toda a produção científica resultado de pesquisas que receberam apoio financeiro proveniente do governo federal, estadual e municipal.

§ 5º No caso em que a produção técnico-científica, de que trata o § 4º deste artigo, seja protegida por contratos de direito de propriedade intelectual ou contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento que a impeça de ser depositada em seu completo teor, os professores, pesquisadores e colaboradores se obrigarão a depositar os seus metadados, informações que descrevam a referida produção técnicocientífica, tanto os de caráter bibliográfico quanto os relacionados com as questões de direitos, mantendo-os, provisoriamente, em acesso restrito enquanto durar a restrição, tendo o dever de disponibilizar o acesso ao seu completo teor a partir do momento da cessação da limitação expressa neste parágrafo. (ROLLEMBERG, 2011, não paginado).

O desenvolvimento de políticas mandatórias para os repositórios, respeitando os direitos autorais e patrimoniais, representa uma importante ferramenta para promover a via verde, garantindo a disponibilização das publicações em acesso aberto. No entanto, Kuramoto (2009) evidencia que essas iniciativas,

esbarram no embargo que as políticas e contratos assinados pelos pesquisadores ou autores junto aos editores das revistas, as quais impediam ou atrasavam o autodepósito dos trabalhos publicados nestas revistas por parte dos seus autores (pesquisadores). (KURAMOTO, 2009, p. 208).

Nesse sentido, Kuramoto (2009) destaca a importância dos autores conhecerem as políticas dos editores das revistas científicas. Tais políticas podem ser acessadas através do projeto Sherpa/Romeo¹⁴, um serviço que disponibiliza as políticas (europeias, canadenses, norte americanas e australianas) dos principais editores científicos, fornecendo informações no que tange a prazos de embargo e acordos de transferência dos direitos de cópia sobre o trabalho publicado. O projeto Shepa/Romeo utiliza diferentes cores para ajudar a destacar as políticas de arquivamento do editor e diferenciam entre quatro categorias de direitos de arquivamento, conforme demonstra o Quadro 4:

¹⁴ <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt&flDnum=|&mode=simple>

Quadro 4 - Cores do Projeto SHERPA/RoMEO

CORES - RoMEO	POLÍTICA DE ARQUIVAMENTO
Verde	Permite arquivar <i>preprint</i> e <i>postprint</i> ou versão do editor em PDF
Azul	Permite arquivar <i>postprint</i> (rascunho final após avaliação) ou versão do editor em PDF
Amarelo	Permite arquivar <i>preprint</i> (antes da avaliação)
Branco	Arquivamento não apoiado formalmente

Fonte: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/definitions.php?la=pt&fIDnum=%7C&mode=simple&version=>

Apesar da crescente adesão brasileira ao uso dos RIs, observa-se ainda alguns desafios em relação a gestão dos direitos autorais. De acordo com o IBICT (2012, não paginado), “são recorrentes os receios apresentados pelos gestores desse serviço quanto às permissões para o depósito e disponibilização para o acesso a partir dos repositórios institucionais”. Em busca de alternativas para essa questão e observando o exemplo de outras iniciativas internacionais, o Brasil desenvolveu em 2011, por meio do IBICT, o Diadorim¹⁵ (Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras), um serviço de informações relativo as políticas editoriais das revistas científicas brasileiras e as autorizações concedidas para o armazenamento e o acesso dos artigos das revistas em repositórios de acesso aberto. O Diadorim é uma importante fonte de consulta para que autores e gestores de repositórios não descumpram o acordo de publicação estabelecido entre o autor e a revista, quando do arquivamento de artigos no RI.

Outra questão que deve ser considerada para o povoamento do repositório é a divulgação ou *marketing*. Segundo Ley (2013, p. 93) “somente através do amplo conhecimento da existência da ferramenta e das vantagens institucional e individual que oferece, que os pesquisadores e demais autores sentir-se-ão incentivados a dispor seus trabalhos no RI”.

Viana e Arellano (2006) ressaltam a importância de organizar eventos e reuniões a fim de promover a divulgação do repositório para toda a instituição, evidenciando os benefícios e vantagens do acesso aberto e do auto-arquivamento.

Embasado nas preconizações de Barton e Waters (2004) e de Proudman (2008), Leite (2009) apresenta extensas recomendações para o *marketing* e povoamento do repositório, destacando a importância da divulgação do repositório na instituição, para que todos se convençam dentro da instituição e possam empreender esforços em prol de garantir o funcionamento e sustentabilidade ao repositório.

¹⁵ <http://diadorim.ibict.br/>

Barton e Waters (2004 *apud* LEITE, 2009) recomendam a elaboração e a aplicação de estratégias para atrair e aumentar a atenção da instituição sobre o RI:

- apresente o repositório em encontros presenciais na instituição, por telefone ou videoconferência. Reuniões de colegiados, aulas inaugurais, departamentos de tecnologias da informação, reuniões de comitês de publicação, grupos de pesquisa e outras comunidades são oportunidades apropriadas para apresentação;
- elabore texto anunciando o lançamento do repositório e distribua em toda a instituição, inclusive por meio de veículos de comunicação internos, como jornais, mala-direta e no portal da instituição;
- crie material impresso de divulgação, tais como brochuras, pôsteres, cartilhas, e faça uso de mídias eletrônicas, como a criação de peças publicitárias, páginas eletrônicas e outros;
- planeje eventos de lançamento dos serviços e tente obter espaços em outros eventos para a divulgação do repositório. (BARTON; WATERS, 2004 *apud* LEITE, 2009, p. 81).

Proudman (2008, *apud* LEITE, 2009), também sugere várias estratégias para o povoamento dos repositórios institucionais, tais como:

1. Conhecer sua comunidade de pesquisa e levar em consideração suas diferenças disciplinares e necessidades específicas; 2. Envidar esforços para atividades de convencimento direcionadas; 3. Esclarecer sobre os benefícios do acesso aberto e do repositório institucional para autores que depositam; 4. Fazer com que a política de desenvolvimento de coleções do repositório reflita as características da produção intelectual da instituição e de suas disciplinas. Reconhecendo as diferenças disciplinares e que estas influenciam os hábitos de comunicação e auto-arquivamento em diferentes disciplinas; 5. Prover valor agregado aos serviços que são flexíveis e adaptáveis para economizar o tempo do pesquisador; 6. Ser proativo na melhoria e aperfeiçoamento dos processos de descoberta e recuperação da informação do seu repositório; 7. Promover os conteúdos do seu repositório na comunidade científica mundial, evidenciando o seu comprometimento com o aumento do impacto dos trabalhos dos pesquisadores de sua instituição; 8. Divulgar os esforços empreendidos e realizações; 9. Inovar na maneira de adquirir conteúdos para o repositório; 10. Oferecer suporte sobre direitos de propriedade intelectual. (PROUDMAN, 2008 *apud* LEITE, 2009, p. 81).

Gierveld (2006) propõe uma abordagem de *marketing* social para o povoamento dos RIs, a autora considera o repositório como um produto que precisa atrair um mercado. Esclarece que o *marketing* social se concentra na mudança de comportamento para o bem da sociedade ou do público-alvo em questão. A autora considera que o fator crucial para o sucesso de um RI é se os pesquisadores depositarem suas publicações, sendo assim, utiliza como estratégia de *marketing*, o princípio que os pesquisadores precisam agir para tornar o RI um produto bem-sucedido.

De acordo com Gierveld (2006) a mudança voluntária de comportamento é melhor alcançada criando um ambiente atraente, no caso dos repositórios, pode ser compreendido como uma plataforma de fácil usabilidade. Além disso, o público precisa ser

educado e conscientizado dos problemas envolvidos, para melhorar a motivação e a vontade de contribuir.

A autora ressalta que um RI bem-sucedido é um repositório que recebe conteúdo, e que acima de tudo exige uma mudança de comportamento por parte dos pesquisadores. Ainda segundo Gierveld (2006) desenvolver um bom produto com boas instalações irá incentivar a taxa de depósito, contudo, as atividades de comunicação apropriadas são também indispensáveis.

Neste sentido, sugere a utilização de uma estratégia de comunicação desenvolvida por Mee *et al.* (*apud* GIERVELD, 2006) para um projeto de reciclagem, no qual os cidadãos precisavam mudar ativamente seu comportamento habitual. A autora considera viável a aplicação dessa estratégia de comunicação para o convencimento dos cientistas de depositarem seus trabalhos no RI. Essa estratégia de comunicação é dividida em quatro vertentes:

1. Estratégia de Perfil - consiste em convencer o público dos benefícios do RI e a sua utilidade, através de mídias, folhetos, boletins informativos, *sites*, devendo-se destacar nesses meios a importância dos RIs para a comunicação científica;
2. Estratégia de Atração - propõe tornar o RI mais atrativo para os depositantes. Através desta estratégia os cientistas são recompensados e encorajados a depositar seus trabalhos no repositório;
3. Estratégia de Impulso - objetiva reforçar uma atitude positiva em relação ao RI e mostrar o efeito positivo após os documentos serem depositados. Exemplos de tal estratégia de incluem a informação sobre a facilidade de depósito, o número de citações que o trabalho recebeu após 6 meses, o número total de documentos no RI, o número de motores de busca que captam esses recursos, etc. Esta estratégia também pode se concentrar em reduzir as barreiras percebidas pelos usuários do RI, esclarecer dúvidas sobre direitos autorais ou instruções pouco claras ou inacessíveis;
4. Estratégia de Consulta - consiste em enviar mensagens unidirecionais aos cientistas, é importante uma comunicação de dois sentidos. Os seus comentários fornecerão os argumentos certos para enviar mensagens convincentes, apelando para seus próprios interesses e em sua própria língua. A comunicação bidireccional pode ser alcançada através de pesquisas, reuniões, conversas informais, através da participação de painéis e da inclusão dos cientistas em projetos e grupos de trabalho. Em segundo lugar, é importante incentivar os cientistas a promoverem o RI para os seus pares como um meio eficaz de comunicação, por exemplo, depoimentos, boca a boca ou "marketing viral". A propaganda será difundida mais amplamente e rapidamente terá mais impacto quando divulgada pelos colegas. (GIERVELD, 2006, não paginado, tradução nossa).

Segundo Kuramoto (2009), aos poucos os próprios autores estão se convencendo dos benefícios e da importância do depósito de sua produção científica e voluntariamente passam a defender os RIs. O autor ainda relata que estudos mostram que o depósito da produção científica tende a dar maior visibilidade aos autores e às universidades. Contudo, é nas iniciativas de classificação dos repositórios como a do *Webometrics*, que a supremacia das universidades é comprovada através da posição dos seus repositórios no *ranking*.

Uma política de informação, que pretende ser eficaz quanto ao povoamento do repositório, deve prever ações referentes às questões que foram expostas: depósito voluntário ou obrigatório; auto-arquivamento, permissão/embargo de documentos; direito autoral; divulgação e *marketing* do RI, níveis de acesso, com o intuito alcançar um RI que tenha ampla aceitação e que seja povoado sistematicamente pela instituição a que se destina, contribuindo para a divulgação da produção científica e agregando valor à Universidade.

3.7 Conceito de Diretriz

O presente estudo visa propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação, com o intuito de melhorar o povoamento do RI da UFVJM. Nesse sentido, é importante conceituar o termo diretriz. De acordo com o Dicionário Aurélio (2010, p. 723) significa o “conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio, etc”.

Segundo Campos (1996, p. 49), uma diretriz “consiste de uma meta e das medidas prioritárias e suficientes para se atingir esta meta”. Na conceituação de Nurcan *et al.* (1999, p. 4, tradução nossa) “uma diretriz é um conjunto de indicações sobre como proceder para alcançar uma intenção”, assim as diretrizes norteiam todo o processo para realizar uma ação. No contexto da formulação de políticas para os RIs, as diretrizes representam uma forma de balizar as ações a serem tomadas para formulação dessas políticas. De acordo com Nurcan *et al.* (1999) as diretrizes devem possuir os seguintes atributos:

(1) nome da diretriz, expressando o objetivo de um processo; (2) descrição da diretriz, fornecendo um resumo do conteúdo da mesma; (3) corpo da diretriz, explicitando a forma de alcançar o objetivo, fornecendo etapas, escolhas, atividades a serem realizadas e os conceitos relacionados a ser utilizado; (4) situação, descreve quando a diretriz pode ser aplicada; (5) produto, refere-se ao resultado que se espera ao atingir o objetivo. (NURCAN *et al.*, 1999, p. 9, tradução nossa).

No presente estudo, o conceito de diretriz será aplicado no sentido de recomendação, possuindo os seguintes atributos: (1) nome da diretriz, (2) objetivo esperado e (3) ações que devem ser realizadas para alcançar o objetivo esperado ao aplicar a diretriz.

4 MARCO EMPÍRICO

Neste capítulo será apresentada a investigação de natureza empírica, destacando as políticas de informação aplicadas aos RIs selecionados, além da descrição e análise comparativa dos dados obtidos que subsidiará a elaboração de diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação para o RI da UFVJM.

Selecionou-se concomitantemente os RIs das universidades públicas brasileiras, a partir do Quadro 5, considerando aquelas com políticas cadastradas no ROARMAP e no Quadro 6, dois RIs com a melhor posição por região geográfica no *ranking Webometrics* da edição de janeiro de 2017.

Quadro 5 - Políticas de depósito brasileiras cadastradas no ROARMAP

(continua)

INSTITUIÇÃO		ANO DA POLÍTICA
1	Fundação João Pinheiro (FJP)	2006
2	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	2014
3	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2010
4	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	2015
5	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2014
6	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	2012
7	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2013
8	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2010
9	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2011
10	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	2015
11	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2017
12	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2013
13	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	2010

Quadro 5 - Políticas de depósito brasileiras cadastradas no ROARMAP

(conclusão)

INSTITUIÇÃO		ANO DA POLÍTICA
14	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2010
15	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2010
16	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2009
17	Universidade de Brasília (UnB)	2013
18	Universidade de São Paulo (USP)	2012

Fonte: Adaptado do ROARMAP, 2017.

Quadro 6 - *Ranking* dos melhores RIs brasileiros por região geográfica

(continua)

POSIÇÃO NACIONAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	REGIÃO
2	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul
6	Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB)	Centro-Oeste
7	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste
10	Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)	Nordeste
12	Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (USP)	Sudeste
15	Repositório Institucional de Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Nordeste
16	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Sudeste
18	Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG)	Centro-Oeste
20	Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Sudeste
22	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Sul
23	Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)	Norte
24	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Roca (UTFPR)	Sul

Quadro 6 - Ranking dos melhores RIs brasileiros por região geográfica

(conclusão)

POSIÇÃO NACIONAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	REGIÃO
25	Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Sudeste
36	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Nordeste
52	Repositório Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA)	Nordeste

Fonte: Adaptado do *Ranking Web of Repositories*, 2017.

Para esta análise, além das dez questões elencadas por Nunes (2012), apresentadas na metodologia desta pesquisa, considerou-se também as seguintes questões: direito autoral; divulgação e *marketing* do RI, níveis de acesso no RI. Ressalta-se que essas questões, apresentadas no referencial teórico, foram incluídas a partir das reflexões dos autores que apoiam o movimento de acesso aberto a informação.

Ao selecionar os RIs das universidades públicas brasileiras pelo *ranking Webometrics*, observou-se que a região norte possui apenas um repositório no ranking, ocasionando uma assimetria na metodologia utilizada. Contudo, essa assimetria não comprometerá as análises desta pesquisa.

É importante destacar também que a Universidade de São Paulo possui dois repositórios no ranking *Webometrics*, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (1ª posição no *ranking*) e a Biblioteca Digital da Produção Intelectual (12ª posição). Os dois repositórios possuem políticas diferentes, contudo, apenas a política do repositório da Biblioteca Digital da Produção Intelectual encontra-se cadastrada no diretório ROARMAP. Sendo assim, nosso objeto será a análise comparativa das políticas¹⁶ de informação dos RIs das seguintes universidades:

• Região Sul:

Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

• Região Sudeste:

Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (USP)

Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA)

• Região Centro Oeste:

¹⁶ Todas as políticas analisadas encontram-se em anexo.

Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB)

Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG)

• **Região Norte:**

Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)

• **Região Nordeste:**

Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)

No Quadro 7 elencou-se as questões que foram utilizadas para a análise e comparação das políticas dos repositórios selecionados.

Quadro 7 - Questões que serão analisadas nas Políticas dos RIs

(continua)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.		
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?		
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?		
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?		
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?		
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		

Quadro 7 - Questões que serão analisadas nas Políticas dos RIs

(conclusão)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?		
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		

Fonte: O autor (2017)

4.1 Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LUME

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situada em Porto Alegre, foi fundada em 1934, mas somente em 1950 foi federalizada, passando à esfera administrativa da União. A UFRGS atua em todas as áreas do conhecimento, nos níveis de graduação e pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto no ensino à distância. Em números a universidade oferece 94 cursos de graduação presenciais e 2 à distância, 77 mestrados acadêmicos, 10 mestrados profissionais e 73 doutorados¹⁷. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--a], não paginado).

A UFRGS possui um considerável reconhecimento nacional e internacional. Segundo a *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*¹⁸, que avalia as melhores universidades do mundo, usando como indicadores a reputação acadêmica, empregabilidade no mercado, número de citações, dentre outros, a UFRGS ocupou o 16º lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina.

O repositório digital da UFRGS, denominado LUME, é:

o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão.

¹⁷ Os dados sobre os cursos foram coletados em 11/07/2017.

¹⁸ <https://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2016>

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--b], não paginado).

Embora a UFRGS intitule o LUME como repositório digital, é possível compreender que, devido suas características técnicas, finalidade e natureza de suas coleções, trata-se de um RI

Seu objetivo é:

reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando a visibilidade e uso desses recursos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--b], não paginado).

No que tange às características técnicas, o LUME foi desenvolvido utilizando o software livre *DSpace*, estando compatível com o protocolo *Open Archive*. Em relação aos metadados o LUME utiliza o padrão Dublin Core para descrição dos seus documentos digitais.

Figura 5 - Repositório Digital LUME



Fonte: *Print screen* do repositório LUME. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

A Política Institucional de Informação do LUME foi aprovada pela Portaria nº 5068, de 13/10/2010. Abaixo apresenta-se o Quadro 8 com a avaliação da Política do Repositório de Digital LUME.

Quadro 8 - Avaliação da Política do Repositório de Digital LUME


Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.		X
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?		X
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		X
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		X
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.2 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande

Situada no município de Rio Grande (RS), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi fundada em 1969. A Universidade possui quatro *campi*, o campus Carreiros no Rio Grande e em três municípios do RS (Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul). (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE [20--], não paginado). A FURG tem cursos ofertados em todas as áreas do conhecimento, tanto nos níveis de graduação quanto pós-graduação. Segundo o Boletim Estatístico de 2016, ano-base 2015, a universidade oferece 60 cursos de graduação presenciais, 26 mestrados acadêmicos, 3 mestrados profissionais e 24 doutorados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE 2016, p. 29). O RI da FURG foi desenvolvido com o objetivo de preservar a memória e ampliar a visibilidade institucional. Tendo como missão: reunir, registrar, sistematizar e preservar a produção intelectual institucional.


Figura 6 - RI FURG


RI FURG
 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande


 Entrar

Página inicial

Repositório da FURG



Bem-vindos ao Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande.

O Repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande – RI FURG, visa gerir e disseminar a produção intelectual institucional. Compreende-se por produção intelectual institucional toda e qualquer produção técnico-científico-cultural oriunda do meio acadêmico. O conteúdo estará disponível para consulta e acesso, ampliando publicizando a produção intelectual e promovendo a visibilidade institucional.

Missão: Reunir, registrar, sistematizar e preservar a produção intelectual institucional.
Objetivo: Preservar a memória e ampliar a visibilidade institucional.
Documentos disponíveis: focará toda e qualquer produção intelectual dos servidores, avaliada por pares.
Benefícios: Facilitar acesso a toda e qualquer produção intelectual institucional.

Comunidades no RI FURG

Selecione uma comunidade para navegar nas coleções.

- **C3 - Centro de Ciências Computacionais** [196]
- **EE - Escola de Engenharia** [405]
- **EENF - Escola de Enfermagem** [367]
- **EQA - Escola de Química e Alimentos** [635]
- **EVENTOS INSTITUCIONAIS** [0]
- **FADIR – Faculdade de Direito** [277]
- **FAMED – Faculdade de Medicina** [397]
- **ICB - Instituto de Ciências Biológicas** [605]
- **ICEAC - Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis** [466]
- **ICHI - Instituto de Ciências Humanas e da Informação** [796]
- **IE - Instituto de Educação** [729]
- **ILA - Instituto de Letras e Artes** [222]
- **IMEF - Instituto de Matemática, Estatística e Física** [297]
- **IO - Instituto de Oceanografia** [1222]
- **PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis** [0]
- **PROEXC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura** [8]
- **PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas** [0]
- **PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação** [0]
- **PROINFRA - Pró-Reitoria de Infraestrutura** [0]
- **PROPEP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação** [0]
- **PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração** [0]

Buscar no RI FURG

Digite algum texto na caixa abaixo para buscar no DSpace.

Submissões recentes

Empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise para o mercado de trabalho brasileiro com base nos censos 2000 e 2010
 Thomasi, Karine Saldo Alves (2016)
 O presente trabalho tem como finalidade analisar a empregabilidade das pessoas com deficiência no período de 2000 e 2010, indicando o efeito da Portaria nº 1.139/03, que proporciona a autuação pelos fiscais do trabalho ...

Da possibilidade de concessão de prisão domiciliar à apenada gestante e/ou lactante, à luz do princípio de humanidade das penas e do princípio do melhor interesse do menor
 Pereira, Jéssyca Ramos (2015)
 No ordenamento jurídico brasileiro, tanto o Código de Processo Penal (em seus arts. 317 e 318) quanto a Lei de Execução Penal (em seu artigo 117) preveem o instituto de prisão domiciliar, sendo que no primeiro diploma ...

Os determinantes do empreendedorismo entre idosos brasileiros : evidências empíricas a partir dos dados das PNADS dos anos de 2003 e 2010
 Vian, Guilherme Antonio (2016)
 Este estudo tem como finalidade investigar os determinantes do empreendedorismo e dos rendimentos dos idosos brasileiros com 60 anos ou mais de idade no Brasil utilizando dados da Pesquisa Nacional ...

Regressividade tributária: uma análise econométrica dos impactos da tributação direta no índice de pobreza no Brasil, no período 2004-2010
 Machado, Fábio Luiz Vargas (2016)
 Esta monografia procura diagnosticar o efeito do sistema de tributos diretos sobre o índice de pobreza no Brasil. Dessa forma, a pesquisa faz uso dos fundamentos da Teoria da Tributação e da Teoria do Bem-Estar com a ...

Uma análise dos impactos da implementação do polo naval nos índices de criminalidade de Rio Grande com a utilização de modelos estruturais de series de tempo.
 Costa, Iuri Capa Verde (2016)
 O crime está diretamente relacionado à economia, já que fatores econômicos como a pobreza, o desemprego, escolaridade e a distribuição de renda podem afetar a criminalidade em termos agregados. A cidade de Rio Grande é uma ...

Buscar DSpace

Navegar

Todo o repositório

- Comunidades e Coleções
- Por data do documento
- Autores
- Títulos
- Assuntos

Minha conta

Entrar

Cadastro

Estatística

Ver as estatísticas de uso

Discover

Autor

Bianchini, Adalto (106)

Monserrat, José Maria (81)

Costa, Jorge Alberto Vieira (76)

Isoldi, Liécio André (71)

Silva, Pedro Eduardo Almeida da (66)

Abreu, Paulo Cesar Oliveira Vergne de (63)

Furlong, Eliana Badiale (63)

Santos, Elizardo Domingues dos (62)

Quintana, Alexandre Costa (60)

Niencheski, Luis Felipe Hax (59)

... Ver mais

Assunto

Enfermagem (193)

Nursing (176)

Educação ambiental (174)

Enfermeria (168)

Environmental education (149)

Educação Ambiental (128)

Brazil (103)

Environmental Education (103)

Educação (73)

Brasil (72)

... Ver mais

Data de publicação


2010 - 2017 (3393)


2000 - 2009 (3097)


1990 - 1999 (115)




1980 - 1989 (11)

RSS Feeds

 RSS 1.0

 RSS 2.0

 Atom

Entre em contato | Deixe sua opinião | Equipe | Documentos | Política do RI

Universidade Federal do Rio Grande

Fonte: Print screen do RIFURG. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/>. Acesso em: 12 jul. 2017.

O repositório utiliza o software *DSpace* e também o protocolo *Open Archive*. No RI estão disponíveis toda e qualquer produção intelectual dos servidores, avaliada por pares. A Política Institucional de Informação do RI da FURG foi aprovada pela Resolução nº 005/2010. No Quadro 9 apresentamos a avaliação da Política do RI da FURG.

Quadro 9 - Avaliação da Política do RI da FURG

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?		X
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?		X
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?	X	
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?		X
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		X
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.3 Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo

Fundada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo. Além da capital paulista, a USP ainda possui campi nas cidades de Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga e Lorena. É considerada uma das mais importantes instituições de nível superior do Brasil.

Em 2016 a USP alcançou o 1º lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina, de acordo com a *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*. Segundo dados de seu anuário estatístico (base de dados 2014), oferece 300 cursos de graduação, em todas as áreas do conhecimento, 353 mestrados e 323 doutorados. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015, p. 3).

A USP implantou seu RI intitulado como Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (BDPI), ficando definido como “um sistema de gestão e disseminação da produção científica, acadêmica, técnica e artística gerada pelas pesquisas desenvolvidas na USP”. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?], não paginado).

Seu objeto é: (1) aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo; (2) facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados; e (3) integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?], não paginado).

A BDPI utiliza a plataforma DSpace e protocolos *Open Archives* de coleta e disseminação, permitindo a interoperabilidade com outros bancos de dados. A Resolução nº 6444, de 22 de outubro de 2012, determinou a BDPI como o instrumento oficial da Universidade de São Paulo para reunião da produção intelectual.

Figura 7 - Biblioteca Digital da Produção Intelectual da USP

USP Universidade de São Paulo
BRASIL

SIBi SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BIBLIOTECA DIGITAL DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Entrar

Política de Acesso Aberto Direitos Autorais Sobre Ajuda

BDPI USP - Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo

A Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (BDPI) é um sistema de gestão e disseminação da produção científica, acadêmica, técnica e artística gerada pelas pesquisas desenvolvidas na USP.

A Resolução 6444, de 22 de outubro de 2012, estabelece e determina a BDPI como o instrumento oficial da Universidade de São Paulo para reunião da produção intelectual.

A BDPI utiliza a plataforma DSpace com serviços e implementações integrados à versão 4.2 do aplicativo e adoção de padrões internacionais DRIVER 2.0 e protocolos OAI/PMH de coleta e disseminação, permitindo a interoperabilidade com outros bancos de dados.

Esse repositório, em desenvolvimento, garante a preservação da memória institucional, além de oferecer aos autores e equipes das bibliotecas estrutura para auto-arquivamento da produção das diferentes unidades e tipologias contribuindo para a geração de indicadores.

Consulte esse repositório e saiba como incluir sua produção, informando-se nas Bibliotecas da USP ou contato pelo e-mail atendimento@sibi.usp.br

Adições recentes

[A validation study of the Multidimensional Life Satisfaction Scale for Children](#)
Cassoni, Cynthia; Marturano, Edna Maria; Coimbra, Susana; Fontaine, Anne Marie (BioMed Central, Reino Unido, 2017)
Abstract Introduction Recent studies on the life satisfaction in children and young people have investigated its association with vulnerability, discrimination, the ...

[The odd log-logistic logarithmic generated family of distributions with applications in different areas](#)
Alizadeh, Morad; MirMostafaei, S. M. T. K.; Ortega, Edwin M. M.; Ramires, Thiago G.; Cordeiro, Gauss M. (BioMed Central, Reino Unido, 2017)
Abstract We introduce and study general mathematical properties of a new generator of continuous distributions with three extra parameters called the odd log-logistic logarithmic generated family of ...

[Comparative muscle transcriptome associated with carcass traits of Nellore cattle](#)
Silva-Vignato, Bárbara; Coutinho, Luiz L.; Cesar, Aline S. M.; Poletti, Mirele D.; Regitano, Luciana C. A.; Balleiro, Júlio C. C. (BioMed Central, Reino Unido, 2017)
Abstract Background Commercial cuts yield is an important trait for beef production, which affects the final value of the products, but its direct determination is a ...

[Decolonizar el museo: la utopía?](#)
Freire, Maria Cristina Machado (Havana, Cuba, 2017)

[Erratum to: Combined effect of pulse density and grid cell size on predicting and mapping aboveground carbon in fast-growing Eucalyptus forest plantation using airborne LIDAR data](#)
Silva, Carlos Alberto; Hudak, Andrew Thomas; Klauber, Carine; Vierling, Lee Alexandre; Gonzalez-Benecke, Carlos; Carvalho, Samuel de Padua Chaves; Rodriguez, Luiz Carlos Estraviz; Cardil, Adrián (BioMed Central, Reino Unido, 2017)
Ver mais

Refinar
Autor
Assunto
Agência de fomento
Revista
Acesso
Data de Publicação

Estatísticas
Ver as estatísticas de uso

RSS
RSS 2.0

SIBi SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Rua da Biblioteca, S/N - Complexo Brasilândia
05508-050 - Cidade Universitária, São Paulo, SP - Brasil
Tel: (0xx11) 3091-1539 e 3091-1566
E-mail: atendimento@sibi.usp.br

Contato Créditos Política de privacidade

207 1 1

Recomendar Tweet

1 1

Share

Fonte: Print screen da BDPI. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

No Quadro 10 apresentaremos a avaliação da Política da BDPI da USP.

Quadro 10 - Avaliação da Política da BDPI da USP

(continua)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	

Quadro 10 - Avaliação da Política da BDPI da USP

(conclusão)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?	X	
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros? (NUNES, 2012, p. 93).	X	
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.	X	
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?	X	

Fonte: O autor (2017).

4.4 Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras

Localizada no município de Lavras (MG), a 237 km da capital mineira, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) tem sua origem através da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) idealizada por Samuel Rhea Gammon. A federalização veio somente em 1963 e em 1994 a instituição tornou-se universidade, hoje conhecida como UFLA. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, [200?a], não paginado).

Figura 8 - RI da UFLA

RIUFLA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

UFLA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Buscar

RI UFLA (Universidade Federal de Lavras) >

Repositório Institucional da UFLA

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA) está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica. O RIUFLA é um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA, em formato digital, e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

Missão

O RIUFLA tem como missão coletar, disseminar, preservar e fomentar o acesso aos recursos digitais criados pela comunidade acadêmica da UFLA, promovendo o intercâmbio intelectual, a criatividade, a originalidade, o conhecimento, a inovação e atuando como uma vitrine para a divulgação das pesquisas de alto nível desenvolvidas nesta universidade, atualmente e no passado.

Objetivos

- divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressaltados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;
- preservar a produção intelectual da Universidade;
- garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;
- potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições;
- subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

O acervo do RI UFLA é composto, além das teses e dissertações defendidas na UFLA, artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos pelos seus professores, técnicos e pesquisadores.

Antes de depositar um documento no RI UFLA, efetue uma busca para verificar se o mesmo já foi depositado. Consulte também o [SEHERPA/ReMEQ](#), para saber as modalidades de permissões e questão de direito autoral.

Mais informações podem ser obtidas através dos telefones: (35) 3829-1182 ou do e-mail: repositorio@biblioteca.ufla.br

Buscar

Entrar com um texto para buscar no repositório.

Comunidades no repositório

Escolha a comunidade para visualizar as coleções.

- [BU - Biblioteca Universitária](#) [66]
- [DAE - Departamento de Administração e Economia](#) [916]
- [DAG - Departamento de Agricultura](#) [845]
- [DBI - Departamento de Biologia](#) [1052]
- [DCA - Departamento de Ciência dos Alimentos](#) [831]
- [DCC - Departamento de Ciência da Computação](#) [853]
- [DCF - Departamento de Ciências Florestais](#) [688]
- [DCH - Departamento de Ciências Humanas](#) [19]
- [DCS - Departamento de Ciência do Solo](#) [425]
- [DED - Departamento de Educação](#) [172]
- [DEF - Departamento de Educação Física](#) [18]
- [DEG - Departamento de Engenharia](#) [538]
- [DEL - Departamento de Estudos da Linguagem](#) [0]
- [DEN - Departamento de Entomologia](#) [278]
- [DES - Departamento de Estatística](#) [1]
- [DEX - Departamento de Ciências Exatas](#) [374]
- [DFI - Departamento de Física](#) [8]
- [DFP - Departamento de Fitopatologia](#) [269]
- [DIR - Departamento de Direito](#) [20]
- [Dired - Diretoria de Educação a Distância da UFLA](#) [29]
- [DMV - Departamento de Medicina Veterinária](#) [342]
- [DNU - Departamento de Nutrição](#) [0]
- [DOI - Departamento de Química](#) [347]
- [DSA - Departamento de Ciências da Saúde](#) [32]
- [DZO - Departamento de Zootecnia](#) [569]
- [Editora UFLA](#) [1]
- [LEMAF - Laboratório de Estudos e Projetos em Manejo Florestal](#) [100]
- [NINTEC - Núcleo de Inovação Tecnológica](#) [18]
- [PPRV - Programa de Pós-graduação em Biotecnologia Vegetal](#) [91]
- [PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura](#) [0]
- [Revistas UFLA](#) [2358]

Políticas do repositório

- [Repositório Institucional](#)
- [Resolução CEPE Nº 090, de 24 de março de 2015](#)
- [Política Institucional de Informação da UFLA](#)
- [Orientações para uso do repositório institucional da Universidade Federal de Lavras](#)

Notícias

- [Repositório Institucional da UFLA é tema de artigos apresentados em conferência realizada em Portugal](#)
- [Cientistas boicotam a maior editora de periódicos do mundo](#)
- [Importante vitória: os EUA adotam as iniciativas de OA e OD](#)
- [UFLA lança Repositório Institucional e se insere no movimento mundial de acesso aberto à produção científica](#)
- [Bibliotecárias da UFLA participam de evento do IBICT que destaca o acesso aberto à informação científica](#)
- [Biblioteca Universitária da UFLA presente no SNBU-2012 para apresentar artigo sobre o seu repositório Institucional](#)

Redes sociais

[siga-nos](#)
Seguir @RIUfla

RSS Feeds

[RSS](#) [1.0](#) [RSS](#) [2.0](#) [RSS](#)

Footer:

DSpace Software Copyright © 2002-2007 MIT and Hewlett-Packard - [Feedback](#)

Fonte: *Print screen* do RIUFLA. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Ocupando o 126º lugar no ranking das melhores universidades da América Latina, em 2016, conforme o *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, a UFLA tem grande destaque na área de ciências agrárias, mas também está comprometida com sua inserção nos outros diferentes campos do saber. Atualmente a instituição oferece 30 cursos de graduação e 5 cursos de graduação à distância. Em relação a pós-graduação, a UFLA possui 28 mestrados acadêmico, 7 mestrados profissional e 23 cursos de doutorado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, [200?b], não paginado).

O RI da UFLA (RIUFLA) está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica e foi definido como “um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA em formato digital e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso, tanto nacional quanto internacional, pela rede mundial de computadores”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2013, p.2).

O RIUFLA tem como missão coletar, disseminar, preservar e fomentar o acesso a produção acadêmica da UFLA, “promovendo o intercâmbio intelectual, a criatividade, a originalidade, o conhecimento, a inovação e atuando como uma vitrine para a divulgação das pesquisas de alto nível desenvolvidas nesta universidade, atualmente e no passado”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2013, p.2).

Seu objetivo é:

(1) divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenham invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável; (2) preservar a produção intelectual da Universidade; (3) garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria; (4) potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; (5) subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2013, p.2).

Visando a criação do RI da universidade, foi aprovada a Resolução nº 082, de 13 de novembro de 2012, que instituiu a Política de Informação da UFLA. É importante ressaltar que concomitantemente foi aprovada a Resolução nº 083, de 13 de novembro de 2012 que dispõe sobre o RIUFLA. Sendo assim, os dois documentos serão analisados no Quadro 11, visto que ambos se complementam.

Quadro 11 - Avaliação da Política da RIUFLA

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?	X	
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?	X	
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.	X	
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?	X	

Fonte: O autor (2017).

4.5 Repositório Institucional da Universidade de Brasília

Situada na capital do país, a Universidade de Brasília (UnB), foi inaugurada em 21 de abril de 1962 “com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200?a], não paginado).

Darcy Ribeiro foi quem definiu as bases da instituição e Anísio Teixeira planejou o modelo pedagógico. Atualmente a universidade possui quatro campi, um hospital universitário e uma fazenda voltada para o processo de ensino, pesquisa e extensão. A UnB atua em todas as áreas do conhecimento, oferecendo 185 cursos de graduação, 85 mestrados e 69 doutorados. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016, p. 27).

No *QS Quacquarelli Symonds University Rankings* de 2016, a UnB ocupou o 9º lugar no ranking das melhores universidades da América Latina. Isso vai ao encontro da visão de futuro definida pela UnB que é “estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016, p. 25).

O RI da UnB (RIUnB) se constitui como um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica da UnB. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, contribuindo assim para uma maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Sua missão “é armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília em formato digital. Pretende reunir, em um único local, o conjunto das publicações da UnB”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200?b], não paginado).

Figura 9 - RI da UnB



Fonte: *Print screen* do RIUnB. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017

O RIUnB foi desenvolvido utilizando o software livre *DSpace*. Sua Política de Informação está regulamentada pela Resolução nº 101 de 09 de outubro de 2013. Essa política será analisada no Quadro 12.

Quadro 12 - Avaliação da Política do RIUnB

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		X
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.6 Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás

A Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criada pela Lei no. 3.834 C, de 14 de dezembro de 1960, com a reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2016, não paginado).

Dentro do Estado de Goiás, são cinco regionais, localizadas nas cidades de Goiânia, Catalão, Jataí, Cidade de Goiás e Cidade Ocidental (em implantação). O *campus* de Aparecida de Goiânia integra a Regional Goiânia. Conforme dados de novembro de 2015, em relação ao ensino, a UFG oferece 150 cursos de graduação, 62 mestrados e 31 cursos de doutorado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015a, não paginado).

A UFG (2015a) tem por objetivo:

produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos, ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, com o objetivo de contribuir para a existência de uma sociedade mais justa, em que os cidadãos se empenhem na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015a, não paginado).

No *QS Quacquarelli Symonds University Rankings* de 2016, a UFG ocupou o 95º lugar no ranking das melhores universidades da América Latina. A Universidade tem como missão “gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015b, não paginado).

O RI da UFG é organizado por comunidade e coleções e foi desenvolvido utilizando o *DSpace*, possui integração com sistemas nacionais e internacionais através dos padrões e protocolos definidos no modelo *Open Archives*.

Figura 10 - RI da UFG



Fonte: *Print screen* do RIUFG. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

O RI da UFG tem como objetivos a preservação e o acesso à produção científica da instituição, estão sendo disponibilizados: artigos publicados em periódicos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos publicados em anais de eventos, entre outras publicações científicas. Diariamente novos documentos podem ser adicionados. A Política de Informação do RI da UFG está regulamentada pela Resolução do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA (CEPEC), nº 1240 de 14 de fevereiro de 2014. Essa política será analisada no Quadro 13.

Quadro 13 - Avaliação da Política do RI da UFG

Questões avaliadas	(continua) Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X

Quadro 13 - Avaliação da Política do RI da UFG

(conclusão)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		X
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?	X	
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		X
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?	X	

Fonte: O autor (2017).

4.7 Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Atualmente a instituição possui 12 *campi*, 17 institutos, 1 escola aplicação, 2 hospitais universitários, 6 núcleos e 52 polos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015, não paginado).

A Universidade atua todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de ensino: infantil, fundamenta, médio, graduação e pós-graduação. De acordo como o *QS Quacquarelli Symonds University Rankings* de 2016, a UFPA ocupou o 127º lugar no ranking das melhores universidades da América Latina. Em relação ao número de cursos, dados relativos a 2015, são oferecidos 86 cursos de graduação em Belém e 449 cursos no interior.

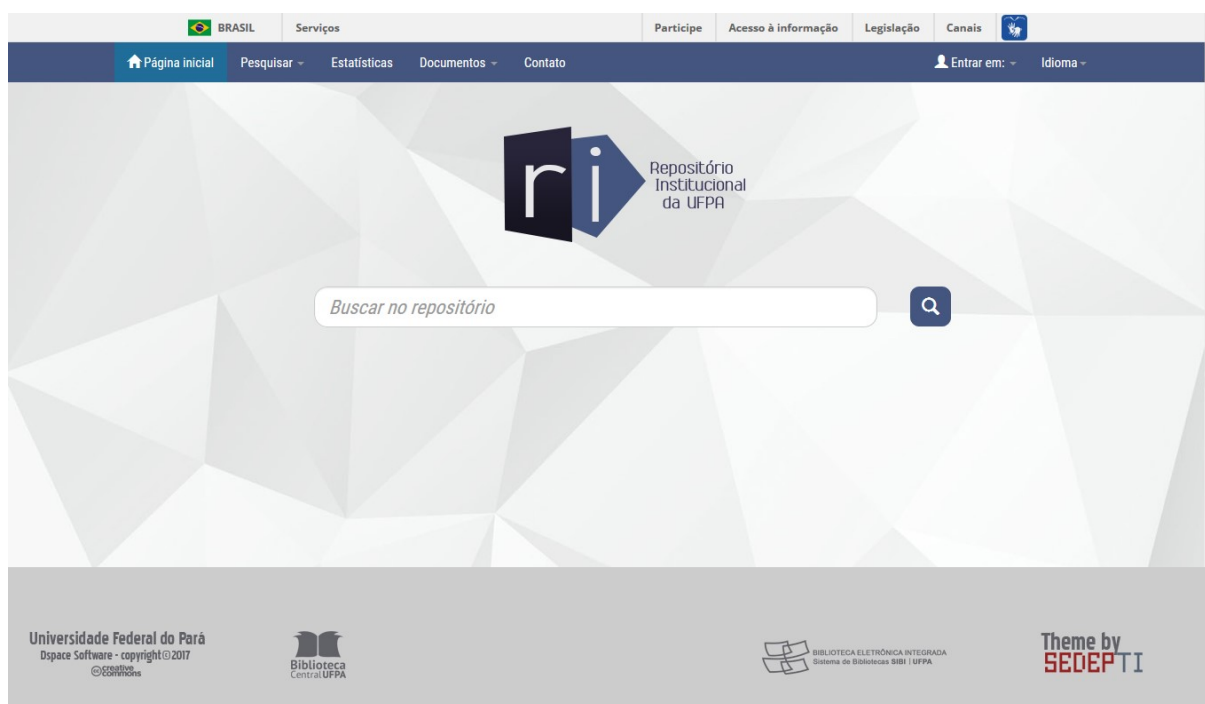
Na pós-graduação são 49 cursos de especialização, 53 mestrados acadêmicos, 15 mestrados profissionais e 37 doutorados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015, não paginado).

A UFPA é norteada pela missão de “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” e na visão de “ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, [200?], não paginado).

Quanto aos seus princípios a UFPA [200?] estabeleceu os seguintes, a saber:

- A universalização do conhecimento;
 - O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual;
 - O pluralismo de ideias e de pensamento;
 - O ensino público e gratuito;
 - A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
 - A excelência acadêmica;
 - A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
- (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, [200?], não paginado).

Figura 11 - RI da UFPA



Fonte: *Print screen* do RIUFPA. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

O RI da UFPA (RIUFPA) foi desenvolvido usando o software *DSpace* e possui comunidades específicas para o depósito dos documentos. O RIUFPA utiliza metadados baseados no padrão *Dublin Core*, com adaptações para a realidade brasileira. O repositório tem como finalidade a preservação da memória e a promoção científica e acadêmica da instituição. Para isso compreenderá as teses, dissertações, artigos publicados em revistas científicas e trabalhos publicados em anais de eventos.

Abaixo apresentamos o Quadro 14 com a avaliação da Política do RIUFPA.

Quadro 14 - Avaliação da Política do RIUFPA

(continua)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.		X
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?		X
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		X
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?		X
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?	X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X

Quadro 14 - Avaliação da Política do RIUFPA

Questões avaliadas	(conclusão)	
	Presente na política?	
	Sim	Não
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.	X	
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?	X	

Fonte: O autor (2017).

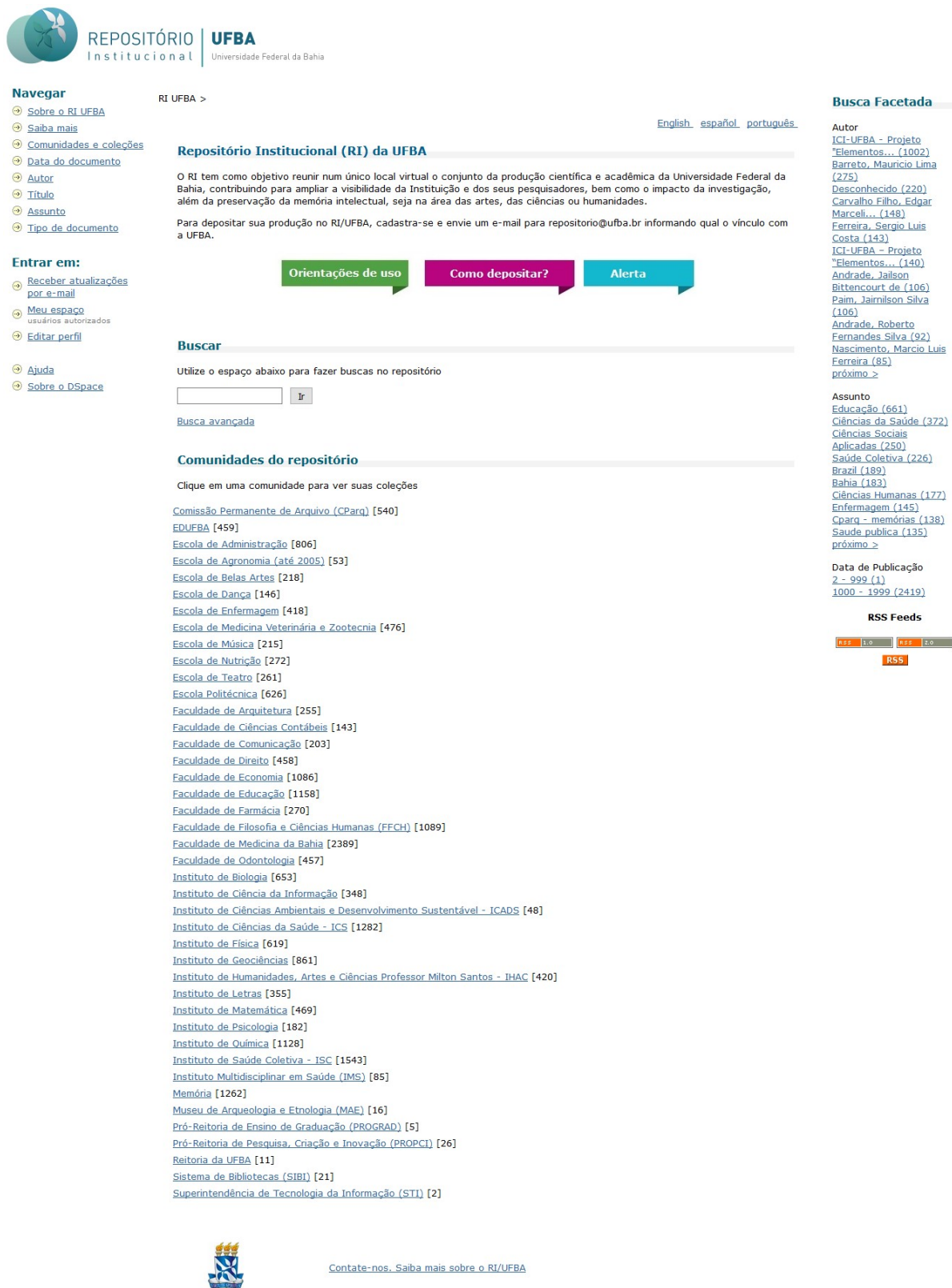
4.8 Repositório Institucional da Universidade Federal do Bahia

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi a primeira universidade do Brasil, tem seu começo em 18 de fevereiro de 1808, quando Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [20--a], não paginado). De acordo com dados coletados em 2015¹⁹, a UFBA possui 99 cursos de graduação, 61 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 52 doutorados. Em 2016 a UFBA ocupou o 69º lugar da melhores universidades da América Latina, conforme o *QS Quacquarelli Symonds University*.

Em consonância com o Movimento de Acesso Aberto, o RI da UFBA foi uma iniciativa da universidade, com o propósito de divulgar sua produção acadêmica, possibilitando uma maior valorização e visibilidade da Instituição. O RI foi desenvolvido com base no software livre *DSpace* e está alinhado com as políticas de informação da UFBA, possibilitando a preservação e o acesso aberto, disponibilizando à sociedade o resultado de suas atividades de pesquisa, criação e inovação da universidade. O repositório está organizado em torno de comunidades, unidade acadêmicas da UFBA, e cada comunidade pode reunir seus documentos em diferentes coleções. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [20--b], p. 1).

¹⁹ UFBA em números: ano base 2015.

Figura 12 - RI da UFBA



REPOSITÓRIO Institucional UFBA Universidade Federal da Bahia

English [español](#) [português](#)

Navegar

- Sobre o RI UFBA
- Saiba mais
- Comunidades e coleções
- Data do documento
- Autor
- Título
- Assunto
- Tipo de documento

Entrar em:

- Receber atualizações por e-mail
- Meu espaço usuários autorizados
- Editar perfil
- Ajuda
- Sobre o DSpace

RI UFBA >

Repositório Institucional (RI) da UFBA

O RI tem como objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica e acadêmica da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências ou humanidades.

Para depositar sua produção no RI/UFBA, cadastra-se e envie um e-mail para repositorio@ufba.br informando qual o vínculo com a UFBA.

Busca

Utilize o espaço abaixo para fazer buscas no repositório

[Busca avançada](#)

Comunidades do repositório

Clique em uma comunidade para ver suas coleções

- [Comissão Permanente de Arquivo \(CPArq\)](#) [540]
- [EDUFBA](#) [459]
- [Escola de Administração](#) [806]
- [Escola de Agronomia \(até 2005\)](#) [53]
- [Escola de Belas Artes](#) [218]
- [Escola de Dança](#) [146]
- [Escola de Enfermagem](#) [418]
- [Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia](#) [476]
- [Escola de Música](#) [215]
- [Escola de Nutrição](#) [272]
- [Escola de Teatro](#) [261]
- [Escola Politécnica](#) [626]
- [Faculdade de Arquitetura](#) [255]
- [Faculdade de Ciências Contábeis](#) [143]
- [Faculdade de Comunicação](#) [203]
- [Faculdade de Direito](#) [458]
- [Faculdade de Economia](#) [1086]
- [Faculdade de Educação](#) [1158]
- [Faculdade de Farmácia](#) [270]
- [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas \(FFCH\)](#) [1089]
- [Faculdade de Medicina da Bahia](#) [2389]
- [Faculdade de Odontologia](#) [457]
- [Instituto de Biologia](#) [653]
- [Instituto de Ciência da Informação](#) [348]
- [Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - ICADS](#) [48]
- [Instituto de Ciências da Saúde - ICS](#) [1282]
- [Instituto de Física](#) [619]
- [Instituto de Geociências](#) [861]
- [Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC](#) [420]
- [Instituto de Letras](#) [355]
- [Instituto de Matemática](#) [469]
- [Instituto de Psicologia](#) [182]
- [Instituto de Química](#) [1128]
- [Instituto de Saúde Coletiva - ISC](#) [1543]
- [Instituto Multidisciplinar em Saúde \(IMS\)](#) [85]
- [Memória](#) [1262]
- [Museu de Arqueologia e Etnologia \(MAE\)](#) [16]
- [Pró-Reitoria de Ensino de Graduação \(PROGRAD\)](#) [5]
- [Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação \(PROPCI\)](#) [26]
- [Reitoria da UFBA](#) [11]
- [Sistema de Bibliotecas \(SIBI\)](#) [21]
- [Superintendência de Tecnologia da Informação \(STI\)](#) [2]

Busca Facetada

Autor

- ICI-UFBA - Projeto "Elementos..." (1002)
- Barreto, Mauricio Lima (275)
- Desconhecido (220)
- Carvalho Filho, Edgar Marcell... (148)
- Ferreira, Sergio Luis Costa (143)
- ICI-UFBA - Projeto "Elementos..." (140)
- Andrade, Jailson Bittencourt de (106)
- Paim, Jairnilson Silva (106)
- Andrade, Roberto Fernandes Silva (92)
- Nascimento, Marcio Luis Ferreira (85)
- [próximo >](#)

Assunto


- Educação (661)
- Ciências da Saúde (372)
- Ciências Sociais Aplicadas (250)
- Saúde Coletiva (226)
- Brazil (189)
- Bahia (183)
- Ciências Humanas (177)
- Enfermagem (145)
- cpaq - memórias (138)
- Saude publica (135)
- [próximo >](#)

Data de Publicação

- 2 - 999 (1)
- 1000 - 1999 (2419)

RSS Feeds

[RSS 1.0](#) [RSS 2.0](#) [RSS](#)

 [Contate-nos. Saiba mais sobre o RI/UFBA](#)

Fonte: *Print screen* do RI da UFBA. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

O RI da UFBA está norteado pela missão de “armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica da Universidade, seja na área das artes, das ciências, das humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [20--b], p. 1).

E também pelo objetivo:

Reunir num único local virtual a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e instrucional) da Universidade, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências, humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [20--b], p. 1).

A Política de Informação do RI da UFBA está regulamentada pela Portaria nº 024 de 07 de janeiro de 2010 e será analisada no Quadro 15.

Quadro 15 - Avaliação da Política do RI da UFBA

(continua)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?		X
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X

Quadro 15 - Avaliação da Política do RI da UFBA

Questões avaliadas	(conclusão)	
	Presente na política?	
	Sim	Não
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.	X	
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.9 Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará

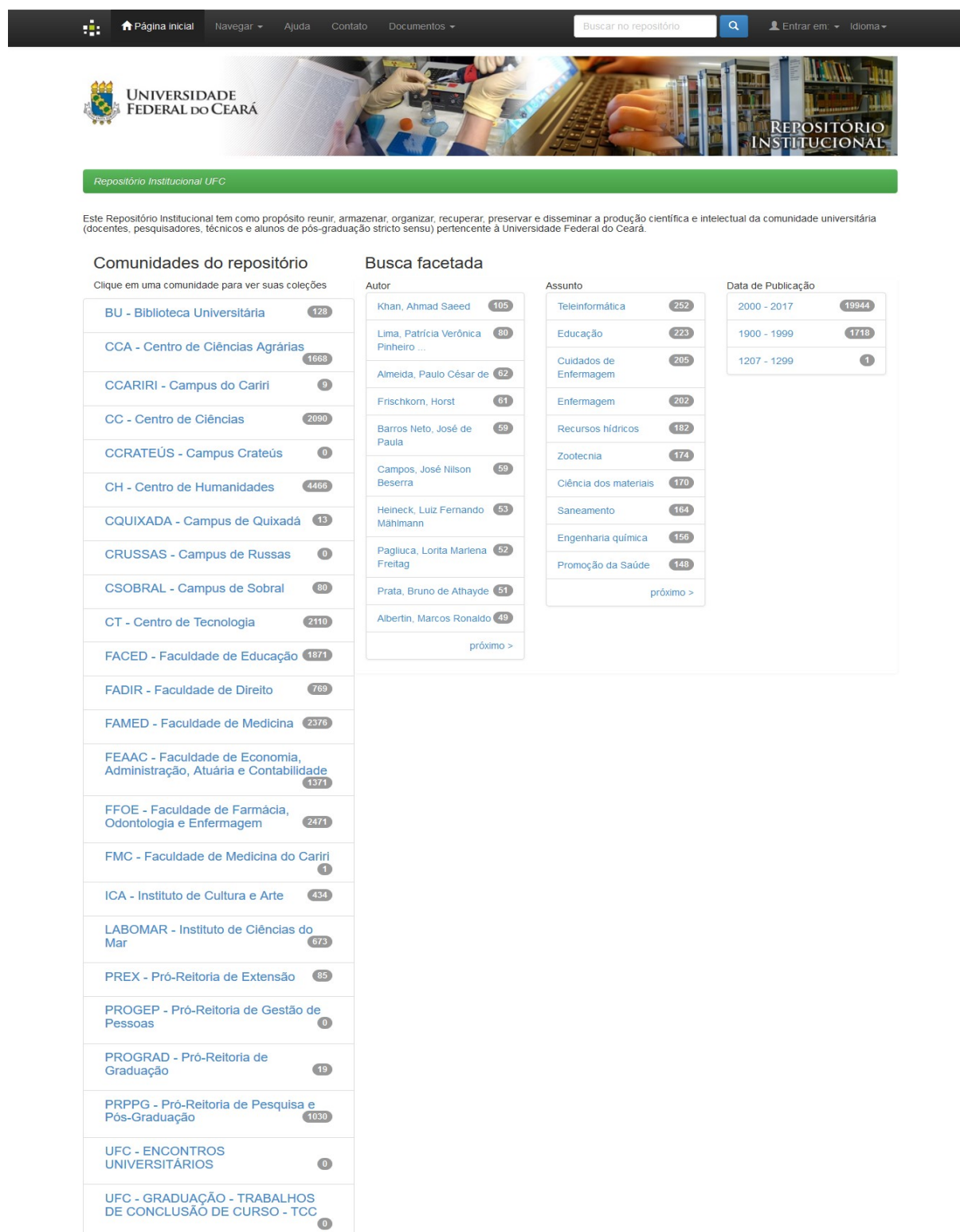
Sediada em Fortaleza, a Universidade Federal do Ceará (UFC), é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Foi criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954, e instalada em junho do ano seguinte. A Universidade atua em todas as áreas do conhecimento e é composta de sete *campi*, instalados na capital e em outros municípios do Ceará. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [20--a], não paginado). A missão da UFC “é formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [20--b], não paginado). Quanto a visão, a UFC [20--b] almeja:

Consolidar-se como instituição de referência no ensino de graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), de preservação, geração e produção de ciência e tecnologia, e de integração com o meio, como forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará, do Nordeste e do Brasil. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [20--b], não paginado).

De acordo com o UFC EM NÚMEROS (2016), dados coletados em 2015, a Universidade oferece 126 cursos de graduação, 7 especializações, 58 mestrados acadêmicos,

13 mestrados profissionais e 45 doutorados. Em 2016 a UFC ocupou o 87º lugar das melhores universidades da América Latina, conforme o *QS Quacquarelli Symonds University*.

Figura 13 - RI da UFC



Comunidades do repositório
Clique em uma comunidade para ver suas coleções

BU - Biblioteca Universitária	128
CCA - Centro de Ciências Agrárias	1668
CCARIRI - Campus do Cariri	9
CC - Centro de Ciências	2090
CCRATEÚS - Campus Crateús	0
CH - Centro de Humanidades	4466
CQUIXADA - Campus de Quixadá	13
CRUSSAS - Campus de Russas	0
CSOBRAL - Campus de Sobral	80
CT - Centro de Tecnologia	2110
FACED - Faculdade de Educação	1871
FADIR - Faculdade de Direito	769
FAMED - Faculdade de Medicina	2376
FEAAC - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade	1371
FEOE - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	2471
FMC - Faculdade de Medicina do Cariri	1
ICA - Instituto de Cultura e Arte	434
LABOMAR - Instituto de Ciências do Mar	673
PREX - Pró-Reitoria de Extensão	85
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	0
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação	19
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	1030
UFC - ENCONTROS UNIVERSITÁRIOS	0
UFC - GRADUAÇÃO - TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	0

Busca facetada

Autor

Khan, Ahmad Saeed	105
Lima, Patrícia Verônica Pinheiro ...	80
Almeida, Paulo César de	62
Frischkorn, Horst	61
Barros Neto, José de Paula	59
Campos, José Nilson Beserra	59
Heineck, Luiz Fernando Mähmann	53
Pagliuca, Lortia Mariena Freitag	52
Prata, Bruno de Athayde	51
Albertin, Marcos Ronaldo	49

Assunto

Teleinformática	252
Educação	223
Cuidados de Enfermagem	205
Enfermagem	202
Recursos hídricos	182
Zootecnia	174
Ciência dos materiais	170
Saneamento	164
Engenharia química	156
Promoção da Saúde	148

Data de Publicação

2000 - 2017	19944
1900 - 1999	1718
1207 - 1299	1

Fonte: *Print screen* do RI da UFC. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

O RI foi criado a fim de reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária da UFC. O repositório foi desenvolvido utilizando o *DSpace* e tem capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, através da adoção dos protocolos *Open Archives*.

A Política de Informação do RI da UFC está regulamentada pela Resolução nº 02/CONSUNI, de 29 de abril de 2011 e será analisada no Quadro 16.

Quadro 16 - Avaliação da Política do RI da UFC

(continua)

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.	X	
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?	X	
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?	X	
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?	X	
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?		X
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?	X	
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?	X	

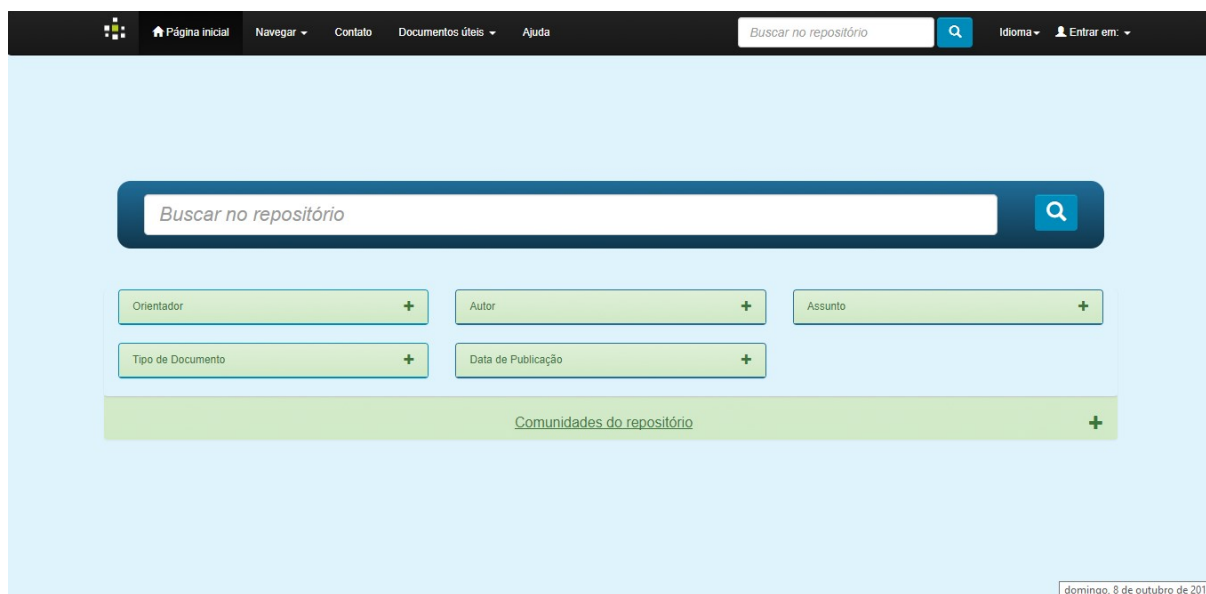
Quadro 16 - Avaliação da Política do RI da UFC

Questões avaliadas	(conclusão)	
	Presente na política?	
	Sim	Não
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.	X	
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.10 Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

O repositório foi desenvolvido utilizando o *software DSpace* e está organizado em comunidades. A Política de Funcionamento do RI da UFVJM está regulamentada pela Resolução N° 23 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, de 15 de outubro de 2010 e será analisada no Quadro 18.

Figura 14 - RI da UFVJM

Fonte: *Print screen* do RI da UFVJM. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Quadro 17 - Avaliação da Política do RI da UFVJM

Questões avaliadas	Presente na política?	
	Sim	Não
1. Obrigatoriedade: Os resultados de pesquisa (produção científica), seja de autoria ou coautoria de membros da instituição, devem ser depositados obrigatoriamente no Repositório.		X
2. Exceções da obrigatoriedade: Se, no momento da publicação dos resultados de pesquisa em um periódico científico restrito, o termo de transferência autoral (direito patrimonial) para o editor seja muito restritivo, há exceções na política de depósito que permita esta publicação?		
3. Articulação com agências de fomento: Pesquisadores beneficiados por financiamentos de pesquisa com recursos públicos devem depositar, em repositório de livre acesso, seus trabalhos publicados em revistas com avaliação pelos pares (peerreview).		X
4. Articulação com Editores: A política apresenta algum tipo de acordo com os editores científicos?		X
5. Depósito dos Documentos: Os documentos são auto-arquivados pelos próprios autores?		X
6. Complementação dos Metadados: A biblioteca complementa os metadados dos arquivos depositados?		X
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação: As bibliotecas e/ou centros de documentação participam da gestão do Repositório?	X	
8. Suporte/Ajuda: Possui algum setor/departamento que ajude o autor em alguma questão referente ao arquivamento da produção científica?		X
9. Implementação da Política: A política foi implementada de forma gradual, com períodos de adesão da comunidade acadêmica?		X
10. Benefícios: Os pesquisadores que depositam suas pesquisas no RI recebem algum benefício como, por exemplo, possibilidade de geração de relatório de atividades, estatísticas de acesso a produção científica, dentre outros?		X
11. Direito Autoral: A política esclarece/ajuda o autor nas questões relativas aos direitos autorais?		X
12. Divulgação e Marketing: A política prevê ações de divulgação para promover o repositório? Distribuição de <i>folders</i> , reuniões e palestras, visando atingir a comunidade acadêmica.		X
13. Níveis de Acesso no Repositório: A política estabelece níveis de acesso para documentos sigilosos ou prevê embargo?		X

Fonte: O autor (2017).

4.11 Análise Comparativa das Políticas dos Repositórios Institucionais

A análise das políticas aplicadas aos RIs das universidades, assim como a posição ocupada na edição de janeiro de 2017 no *ranking Webometrics* (2ª UFRGS, 6ª UnB, 7ª UFBA, 10ª UFC, 12ª USP, 18ª UFG, 20ª UFLA, 22ª FURG, 23ª UFPA), permite algumas reflexões esclarecedoras acerca desses repositórios. O Quadro 18, assim como o Gráfico 3, tem por finalidade ilustrar as questões existentes nas nove políticas analisadas, permitindo assim avaliarmos e traçarmos as diretrizes necessárias que devem estar presentes em uma política de informação aplicável em RIs.

Quadro 18 - Análise Comparativa das Políticas dos RIs

Questões Analisadas	Repositórios Analisados									
	UFRGS	UnB	UFBA	UFC	USP	UFG	UFLA	FURG	UFPA	UFVJM
1. Obrigatoriedade		X	X	X	X	X	X	X		
2. Exceções da obrigatoriedade		X	X	X	X	X	X	X		
3. Articulação com agências de fomento										
4. Articulação com Editores		X	X	X	X		X	X		
5. Depósito dos Documentos	X	X	X	X	X	X	X			
6. Complementação dos Metadados	X	X			X	X	X		X	
7. Papel das Bibliotecas/Centros de Documentação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8. Suporte/Ajuda					X	X	X	X		
9. Implementação da Política										
10. Benefícios				X	X		X			
11. Direito Autoral	X	X	X	X	X	X	X		X	
12. Divulgação e Marketing			X	X	X		X		X	
13. Níveis de Acesso no Repositório					X	X	X		X	

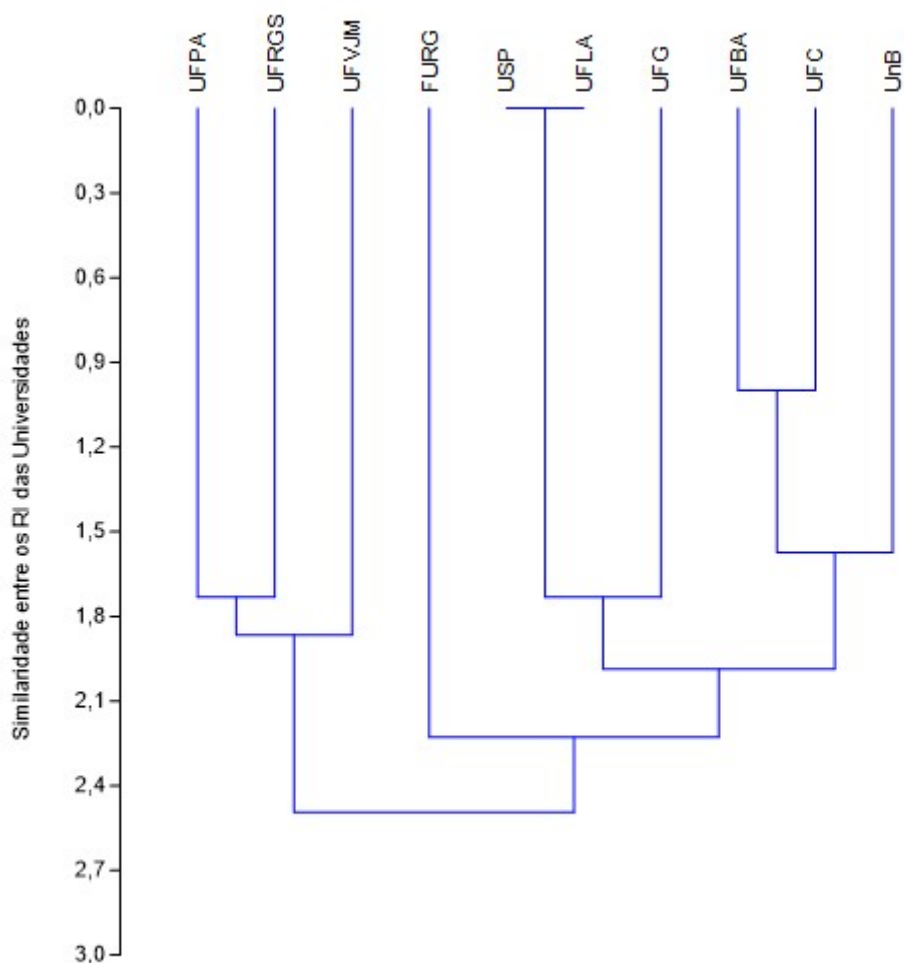
Fonte: O autor (2017).

Gráfico 3 - Representação quantitativa das questões nas políticas analisadas

Fonte: O autor (2017).

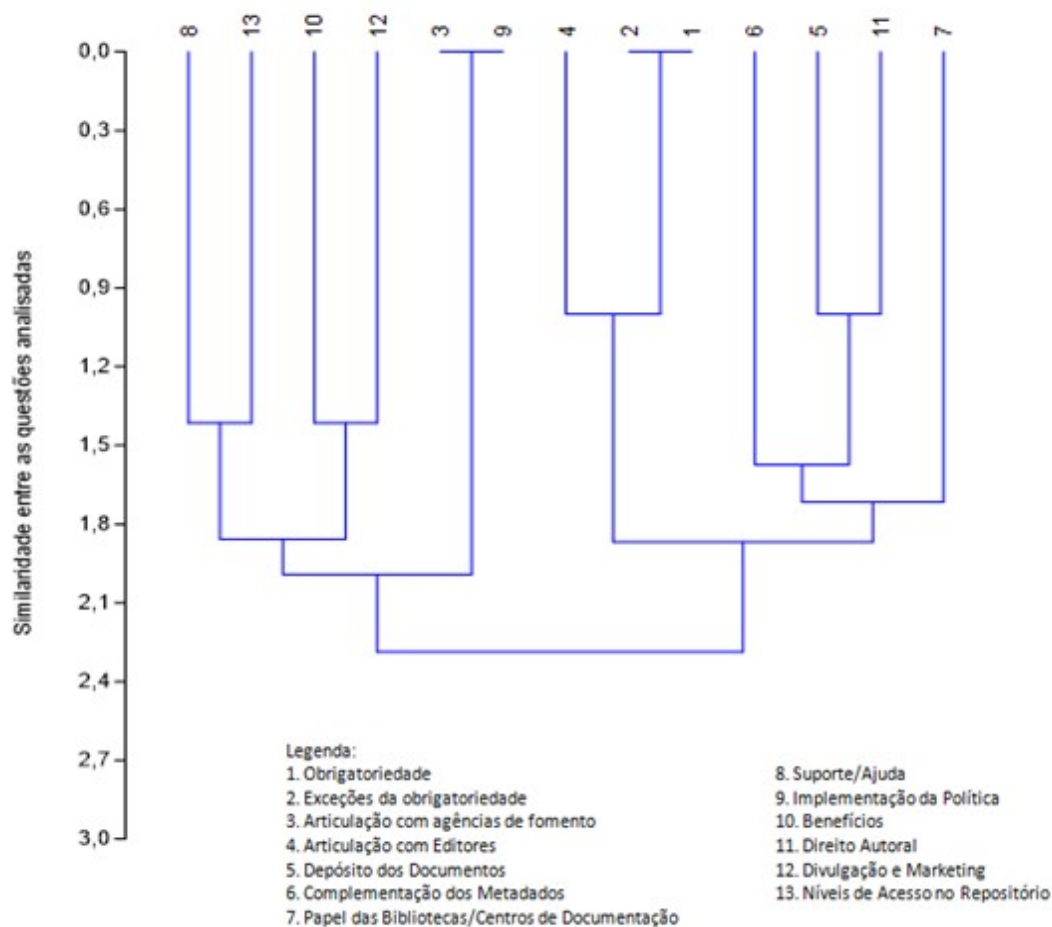
Os dados foram analisados por meio do *software* livre PAST 2.0, gerando dois dendrogramas, Gráfico 4 e Gráfico 5, com coeficiente de correlação Euclidiana (0,8737) e (0,8150) respectivamente.

Gráfico 4 - Similaridade entre as políticas dos RIs pesquisados com relação às variáveis



Fonte: O autor (2017).

No Gráfico 4, o dendrograma foi obtido por meio da matriz de presença e ausência nos repositórios pesquisados com relação às variáveis, ou seja, as treze questões apresentadas no Quadro 7. Observa-se que as políticas dos repositórios da USP e UFLA são as mais similares e em seguida as políticas dos repositórios da UFBA e UFC. Ainda no que tange a similaridade entre as políticas dos repositórios, pode-se notar dois grupos de similaridade, grupo 1 (UFPA, UFRGS, UFVJM) e grupo 2 (FURG, USP, UFLA, UFG, UFBA, UFC, UnB), sendo que o grupo 2 possui mais repositórios melhor avaliados no *Ranking Web of Repositories* de 2017.

Gráfico 5 - Similaridade em relação a presença e ausência das questões nos RIs

Fonte: O autor (2017).

No Gráfico 5, o dendrograma representa a similaridade das questões em relação a sua presença ou ausência nas políticas dos repositórios. Observam-se dois grupos de similaridade, nos quais é possível verificar que no grupo 1 as questões 3 e 9 estão simultaneamente ausentes em todas as políticas analisadas, apresentando a mesma similaridade. As questões 8 e 13 estão simultaneamente presentes em quatro políticas e as questões 10 e 12 estão presentes em três e cinco políticas respectivamente. Já no grupo 2, as questões 1 e 2 estão simultaneamente presentes em sete políticas analisadas, assim como as questões 5 e 11. As questões 4 e 6 estão presentes em seis políticas e a questão 7 em todas as políticas analisadas.

Pode-se notar, imediatamente, que as últimas colocadas, FURG e UFPA, não possuem o auto-arquivamento em suas políticas. No caso da FURG, o artigo 7º da sua Política de Informação, estabelece que: “O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de

livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2010). Em relação a UFPA, a alimentação do seu repositório é definida da seguinte forma: “A submissão será realizada no Repositório pelo bibliotecário responsável e posteriormente, cumpridos os requisitos das Diretrizes de Conteúdo, de Acesso e Uso do RIUFPA, será disponibilizado no repositório” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017).

Na definição de Kuramoto (2006, p. 94) o “auto-arquivamento ou *self-archiving* é um mecanismo que permite aos próprios autores submeter ou depositar os seus trabalhos ou *papers* em um repositório digital”. É importante destacar que o auto-arquivamento está diretamente ligado à via verde, pregada pelos defensores do movimento de acesso aberto a informação. Nunes (2012), Costa (2008), Baptista *et al.* (2007) e Harnad *et al.* (2008a) destacam que a via verde, através do auto-arquivamento em repositórios de acesso aberto, é a estratégia que pode conduzir de forma mais rápida ao objetivo de ter 100% da literatura científica em acesso livre.

No que tange as questões analisadas nas políticas, é importante tecer considerações acerca da obrigatoriedade. Ela esteve presente em sete das nove políticas analisadas, mostrando-se imprescindível para o sucesso e funcionamento de uma política mandatória, pois garante e assegura que seja feito o depósito de toda produção científica da instituição. Harnad (2006b, não paginado, tradução nossa) ressalta que a obrigatoriedade “é a maneira mais natural, universal e sistemática de atingir 100% do acesso aberto em todo o mundo, e também a mais rápida e segura”.

Presente em sete políticas destaca-se também a questão relativa às exceções da obrigatoriedade de depósito. É importante que esta questão conste e esteja clara na política, visto que devido aos contratos estabelecidos entre os autores e os editores das revistas, o acesso ao conteúdo de determinada publicação acaba sendo restringido. Poucas políticas analisadas, apenas quatro, apresentaram níveis de acesso no repositório. Este quesito é importante para documentos de acesso restrito, como publicações com embargo e informações presentes na produção científica que sejam de caráter sigiloso ou passíveis de patente.

É interessante observar que, apesar de não possuir o quesito obrigatoriedade presente em sua política, o repositório LUME da UFRGS ficou com a 2ª posição no *ranking Webometrics* dos melhores repositórios brasileiros. Contudo, vale lembrar que um dos critérios utilizados pelo *ranking Webometrics* é o tamanho do repositório, ou seja, a

quantidade de documentos depositados. Neste sentido o LUME se destaca, pois, além de possibilitar o auto-arquivamento, sua política já possui certo tempo (desde 2010) e adota uma abordagem flexível, isto é, considera não apenas conteúdos de produção científica, mas também imagens, vídeos, documentos institucionais, recursos educacionais, eventos promovidos pela universidade, dentre outros.

Observou-se que em todas as políticas analisadas, as bibliotecas ou centros de documentação participam da gestão do repositório. Evidenciando assim a importância das bibliotecas no desenvolvimento, implantação e manutenção dos RIs.

Outra questão de fundamental relevância é a que se refere aos direitos autorais. Em dez políticas analisadas, oito apresentaram esclarecimentos relativos aos direitos autorais, minimizando os receios quanto ao depósito dos conteúdos no repositório.

Por fim, através desta análise, observou-se que apenas quatro políticas previam alguma ação, mesmo que timidamente, para promover e divulgar o repositório na instituição. Conforme ressalta Ley (2013, p. 189) “somente através do amplo conhecimento da existência da ferramenta e das vantagens institucional e individual oferecidas, pesquisadores e demais autores sentir-se-ão incentivados a dispor seus trabalhos no RI”.

5 PROPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES

A partir da literatura especializada sobre os RIs no contexto do acesso aberto a comunicação científica, que se configurou como o campo teórico desta pesquisa, aliado ao campo empírico, através das políticas analisadas, trouxe à luz algumas experiências das universidades públicas brasileiras no desenvolvimento de RIs. Através destas percepções, será apresentada nesta seção uma proposta de diretrizes consideradas importantes para o desenvolvimento de uma política de informação, contribuindo assim, para promover o depósito das publicações científicas e aumentar povoamento do RI da UFVJM.

No contexto desta pesquisa, conforme já relatado, uma diretriz pode ser entendida como um conjunto de recomendações, medidas prioritárias, a fim de alcançar um objetivo e um resultado esperado. Sendo assim, as diretrizes visando propor a elaboração de uma política de informação para o RI da UFVJM adotará alguns atributos sugeridos por Nurcan *et al.* (1999), a saber: (1) nome da diretriz, (2) objetivo esperado e (3) ações que devem ser realizadas para alcançar o objetivo esperado ao aplicar a diretriz.

Ressaltamos que as diretrizes apresentadas a seguir estão presentes em algumas políticas analisadas e em outras não. Elencamos as mais importantes, considerando dois aspectos: as diretrizes que estão presentes nos melhores repositórios do *ranking Webometrics* na edição janeiro de 2017 e o aporte da literatura consultada.

1ª Diretriz: Depósito Obrigatório

- **Objetivo esperado:** É um quesito primordial para uma política mandatória. Conforme já ressaltamos, para Rodrigues (2009) as políticas mandatórias são caracterizadas pela obrigatoriedade de depósito da produção científica no repositório, e as voluntárias são aquelas que incentivam, encorajam tal depósito. Quanto ao depósito dos conteúdos no repositório, vimos que Leite (2009) destaca duas abordagens, rígida e flexível, sendo importante que os responsáveis pelo planejamento e construção do repositório conheçam e estejam cientes das implicações da escolha de uma ou outra abordagem. Para garantir a qualidade dos documentos depositados no repositório, recomenda-se que sejam todos de natureza acadêmico-científica com revisão pelos pares. É fundamental que a comunidade compreenda a política, para que esta seja bem recebida, assim o depósito passará a ser uma atividade espontânea, aumentando o povoamento do repositório e tornando disponível toda a produção científica da instituição.

- **Ações a serem realizadas:** É importante que a instituição realize ações junto à sua comunidade. Uma forma de garantir que todo pesquisador faça o auto-depósito é estabelecer que, para progressão, seja necessário o documento expedido pelo repositório da instituição. Dessa forma ganha-se em duas frentes: acreditação ao RI e reconhecimento da abrangência das ações da instituição. Outra ação a ser destacada é priorização por parte da comunidade científica institucional em publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em periódicos científicos de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (*pos-prints*) em repositórios de acesso livre. Em algumas políticas analisadas, observou-se que nesse caso o depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Havendo impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

2ª Diretriz: Exceções da Obrigatoriedade

- **Objetivo esperado:** Essa diretriz aplica-se em situações nas quais podem ficar desobrigado de depósito no RI. São exceções de depósito: (i) os livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; (ii) artigos que tiveram seu acesso restringido, nesses casos não sendo possível o depósito em repositórios de acesso aberto, por questões contratuais estabelecidos entre o autor e a revista; (iii) documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais. No caso dos artigos publicados em revistas, é recomendado aos autores que tornem o conteúdo disponível por completo assim que termine o período de embargo estabelecido pelo editor. É importante destacar que essa diretriz está alinhada com a resolução Nº 13 do Conselho Universitário - CONSU, de 1º de abril de 2011, que trata das questões sobre ganhos econômicos advindos de transferência de tecnologia efetuada pela UFVLM para terceiros, visto que no art. 3 dessa resolução determina que:

Art. 3. Qualquer invenção ou produção intelectual decorrente das atividades de trabalho desempenhadas pelo servidor inerentes ao cargo efetivo ocupado, nos termos da legislação vigente, pertencem exclusivamente à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

- **Ações a serem realizadas:** O ideal é que seja depositado o texto referente à versão final aceita pela revista, com revisão por pares. Havendo embargo da publicação, recomenda-

se o depósito dos metadados que identificam o referido trabalho, mantendo o texto integral da publicação com acesso restrito ou fechado pelo tempo estabelecido no contrato assinado com a revista. Seguindo o exemplo da política adotada pela *University of Southampton*²⁰, para casos raros em que o autor assina um termo de transferência muito restritivo de direitos autorais, no qual o autor concorda expressamente em não depositar o *postprint* (revisado por pares) em um repositório de acesso aberto, recomenda-se que o autor deposite o *preprint* do respectivo artigo, anexando um arquivo de correções, listando as principais alterações que o usuário precisa fazer para transformar o *preprint* no *postprint*.

3ª Diretriz: Auto-arquivamento

- **Objetivo esperado:** Consiste no depósito dos trabalhos pelos próprios autores. Os *softwares* para repositórios possuem ferramentas que permitem o auto-arquivamento, mediante o *login* e senha previamente cadastrados.
- **Ações a serem realizadas:** A possibilidade do auto-arquivamento deve constar na política e ser incentivada pelos gestores do repositório. É importante que na página *web* do repositório tenha um tutorial, ilustrando o passo a passo de como fazer o auto-depósito, explicando quais os campos devem ser preenchidos e como efetuar o *upload* do arquivo. Uma maneira de estimular o auto-depósito seria a emissão de uma declaração, gerada pelo próprio repositório, e esta ser exigida nas emissões de diplomas e também como um critério para seleção de bolsas acadêmicas e outros processos seletivos da instituição.

4ª Diretriz: Marketing

- **Objetivo esperado:** O *marketing* é um fator importante para promover o povoamento dos RIs. A comunidade acadêmica precisa conhecer o repositório, saber da sua existência e os benefícios que ele tem a oferecer. Portanto, deve ser inserido na política um plano de marketing para a divulgação do repositório, com vistas a dirimir dúvidas, contornar barreiras tecnológicas e esclarecer que o repositório não fere o direito autoral. De acordo com Ley (2013, p. 189) o RI “também deve repercutir externamente para que outras universidades, institutos de pesquisa, sociedades científicas, agências de fomento e editores científicos tomem conhecimento da existência da ferramenta na instituição”.
- **Ações a serem realizadas:** Segundo Leite (2009) um dos grandes desafios no desenvolvimento de um RI não é o planejamento nem tampouco a implementação, mas sim a

²⁰ Para saber mais, acesse: <http://users.ecs.soton.ac.uk/lac/archpol.html>

garantia da participação da comunidade. Para o autor é essencial que a comunidade ‘compre’ a ideia do RI e passe a incorporar os pressupostos do acesso aberto. Dessa forma será possível interferir cultural, social e economicamente na lógica do sistema tradicional de comunicação científica. Muitas ações podem ser realizadas para a divulgação do RI, envolvendo desde a distribuição de material promocional através de *folders*, fixação de *banners*, passando por palestras, treinamento, reuniões e *workshops*. É fundamental que essas ações alcancem toda comunidade acadêmica e que seja intensificada durante o período de ingresso dos calouros na universidade.

5ª Diretriz: Direito Autoral

- **Objetivo esperado:** Definir na política a necessidade de requerer uma autorização do autor para o depósito no RI e determinar que seja atribuída uma licença, descrevendo os tipos de licenças públicas aplicadas aos documentos.
- **Ações a serem realizadas:** Antes de expor as ações, é importante elucidar alguns conceitos. Segundo Leite (2009, p. 74) os “direitos autorais oferecem proteção aos autores de conteúdos para controlar como seus materiais podem ser usados e distribuídos, e o seu adequado entendimento é vital para o sucesso do projeto repositório institucional”. O Direito autoral encontra amparo na Lei nº 9.610/98 que confere ao autor direitos patrimoniais e morais da sua obra. Neste sentido, Paranaguá (2009) ressalta que o direito autoral apresenta duas manifestações distintas e intrinsecamente conectadas. Sendo uma de aspecto moral, que seriam uma emanção da personalidade do autor e que estão intimamente ligados à relação do autor com a elaboração, a divulgação e a titulação de sua obra e outra de aspecto patrimonial, pecuniário, que consiste basicamente na exploração econômica das obras protegidas.

No que tange aos repositórios, o direito patrimonial configura como aquele que o autor transfere para os editores a titularidade da obra através do contrato para a publicação do artigo ou livro. Dessa forma o editor detém o direito autoral da publicação, ficando ao seu cargo a definição do período de embargo e a decisão de permitir ou não que a publicação seja disponibilizada em um RI.

Para assegurar os gestores do RI a possíveis questões legais relativas aos direitos autorais, é necessário explicitar a necessidade da assinatura do termo de autorização por parte do autor, informando o seu consentimento para que o repositório possa depositar e disponibilizar o documento. Outra ação é exigir a obrigatoriedade da atribuição de uma licença de depósito para todos os documentos disponibilizados no RI. Na literatura

recomenda-se o uso da licença pública *Creative Commons*. Esta licença possui quatro elementos (FIG. 15), representados pelos seguintes símbolos:

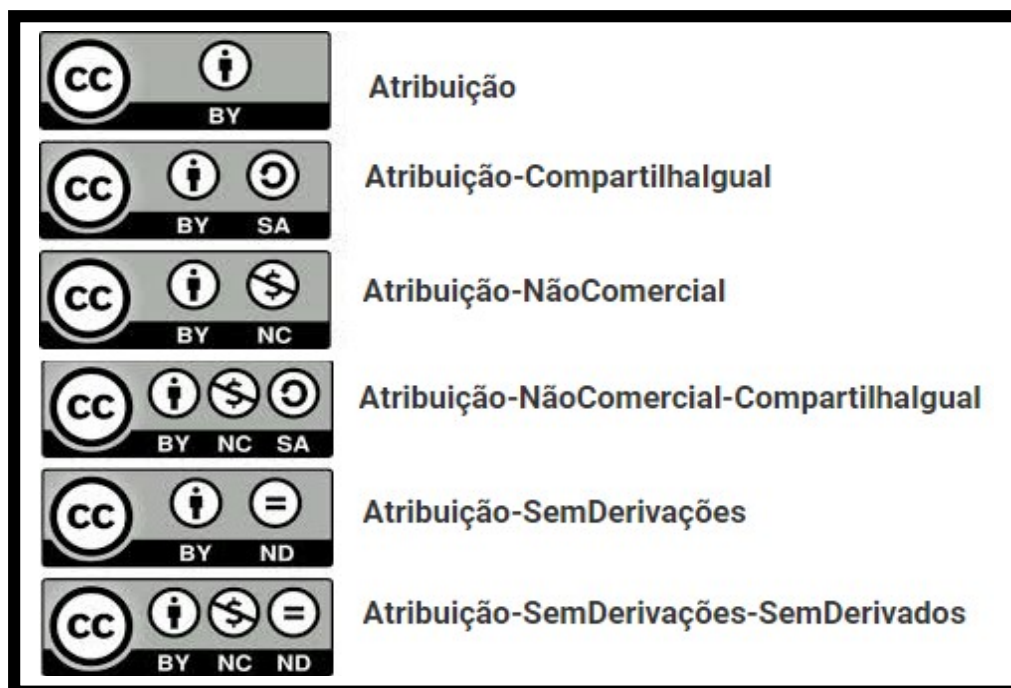
Figura 15 - Elementos *Creative Commons*



Fonte: Adaptado do site <https://br.creativecommons.org/licencas/>

Utilizando os quatro elementos (FIG. 16), é possível criar seis tipos de licenças.

Figura 16 - Licenças *Creative Commons*



Fonte: Adaptado do site <https://br.creativecommons.org/licencas/>

6ª Diretriz: Níveis de Acesso

- **Objetivo esperado:** Os resultados de pesquisas que geram produtos passíveis de serem patenteados devem ter seu acesso restrito por um determinado período. Esta diretriz tem por objetivo estabelecer na política quais os níveis de acesso serão permitidos para que o usuário visualize o documento depositado no repositório.
- **Ações a serem realizadas:** Devem-se definir quais os tipos de níveis de acesso os usuários terão sobre os documentos armazenados no RI, especificando se os documentos são de acesso aberto, embargado, acesso apenas para determinados grupos de usuários, restrito para uso somente através dos computadores da universidade ou restrito completamente. O acesso a estes documentos pode se restringir apenas ao título, autores, local de publicação, resumo ou ao texto completo após o período de embargo. Estas ações garantem maior segurança ao restringir o acesso, protegendo assim os conteúdos de natureza confidencial, passíveis de patente ou até mesmo de caráter de segredo industrial.

É importante observar que de acordo com o art. 16, § 1º, V, da Lei nº 10.973/04 cabe as Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) “opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual”. No entanto, no art. 29, IX, da Lei nº 9610/98 determina que:

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

Sendo assim, e amparados pela lei de direitos autorais, muitas vezes, são os próprios pesquisadores que definem quanto à publicitação das pesquisas, sem passar pela anuência da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no percurso desta pesquisa, o desenvolvimento técnico-científico esteve alicerçado pela disseminação da comunicação científica, sobretudo, por meio dos periódicos científicos. Entretanto, com o advento da crise dos periódicos a partir da década de 1980, a comunidade científica começou a discutir novos canais para o acesso e uso da informação. O surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial a *internet*, trouxeram para a comunidade científica novas perspectivas que ampliaram as formas de acesso, disseminação e uso da informação científica. Nesse cenário surgiram os primeiros movimentos em prol do acesso livre a informação, minimizando as barreiras impostas pelos editores das revistas científicas. Assim, na conjuntura dos movimentos de acesso livre a informação, surgem os repositórios digitais, constituindo-se em um instrumento não apenas para abarcar as publicações científicas, mas propiciando a ampla disseminação e acesso ao conhecimento produzido.

De acordo com a literatura estudada, o percentual da produção científica armazenada ainda se encontra distante da expectativa de se ter 100% disponível em acesso aberto, embora a implantação dos RIs venha se consolidando significativamente. Nesse respeito, cabe a UFVJM envidar esforços para promover o auto-arquivamento de suas produções científicas no RI, a fim de aumentar o número de depósitos, maximizando também o acesso e o impacto dessas pesquisas. Atingir a meta, preconizada por Harnad *et al.* (2008a), de se ter 100% da produção científica depositada em repositórios de acesso aberto, requer esforços e medidas necessárias.

A primeira delas são os autores, que devem manter o direito patrimonial sobre suas publicações, evitando contratos muito restritivos com as editoras comerciais, para que as publicações possam ser depositadas no repositório da instituição que estão vinculados.

Uma segunda medida, a universidade também deve desenvolver estratégias que incentivem os autores a depositar suas publicações no repositório. A literatura aponta que as políticas de informação, quando são mandatórias, geram mais efeito no povoamento do repositório do que as políticas na qual o depósito é voluntário. Contudo, a acreditação do repositório e o reconhecimento do seu valor por parte dos pesquisadores, são fatores importantes para o povoamento. Nesse sentido, Rodrigues *et al.* (2004) destacam que para além do aumento do impacto da produção intelectual, promovendo sua acessibilidade, a

constituição de um RI poderá também revelar outras vantagens para os pesquisadores e a instituição.

Por exemplo, o repositório institucional poderá ser útil nos processos de avaliação das unidades de pesquisa, assegurando que a produção científica, bem como dados bibliográficos e bibliométricos, esteja facilmente disponível. E a partir do repositório os pesquisadores poderão obter ou gerar relatórios de atividade, estatísticas de acesso aos seus documentos, criação de listas de publicações, etc. (RODRIGUES *et al.*, 2004, p. 2, tradução nossa).

Já a terceira medida refere-se à atuação do Poder Público, por meio de medidas legislativas que favoreça o Movimento de Acesso Aberto, a fim de dar visibilidade à produção científica produzida no país.

Retomando ao início desta pesquisa, no capítulo da introdução, levantou-se três questões, a saber:

- a) Como a comunidade acadêmica e o público externo teriam acesso à ampla produção científica e acadêmica da UFVJM?;
- b) Como a UFVJM se adequaria para cumprir os pressupostos do Projeto de Lei 387/2011?;
- c) Como aumentar o povoamento do repositório institucional da UFVJM?

Observou-se por meio da literatura estudada e também no campo empírico que a resposta a essas três questões está nas políticas de informação, visto que, tem a função de nortear o funcionamento dos RIs e garantir o depósito das publicações. Segundo Nunes (2012), a política de informação deve ser um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos. Nesse sentido, o produto desta pesquisa resultou em um conjunto de seis diretrizes (Depósito Obrigatório, Exceções da Obrigatoriedade, Auto-arquivamento, *Marketing*, Direito Autoral e Níveis de Acesso) para o desenvolvimento de uma política de informação para o RI da UFVJM, sobretudo, visando o povoamento do repositório.

No Gráfico 4, o dendrograma evidencia que as políticas da USP e UFLA são as mais similares, seguidas da UFBA e UFC. Das seis diretrizes propostas nesta dissertação (com exceção aos Níveis de Acesso), cinco estão presentes nas políticas dessas quatro instituições, corroborando sua importância para uma política de informação que promova o povoamento do RI.

É importante observar que o repositório LUME da UFRGS, apesar de contemplar apenas quatro das treze questões analisadas, ainda assim, se encontra na melhor posição de acordo com a edição de janeiro de 2017 do *Webometrics* entre os repositórios analisados. Vale lembrar que um dos indicadores do *Webometrics* é o tamanho do repositório, nesse sentido, a

UFRGS adota uma abordagem flexível para os depósitos no repositório LUME, o que o torna maior em relação a quantidade de arquivos depositados. A questão da abordagem rígida ou flexível, não é uma diretriz definida neste trabalho, mas pode ser considerada caso o objetivo principal da instituição seja um aumento quantitativo no número de depósitos.

Apesar de essa pesquisa resultar na proposição de diretrizes para uma política de informação para o RI da UFVJM, todavia demonstrou que merece investigações futuras quanto a problemática da transferência do conhecimento produzido na universidade. No que tange a essa questão, é importante a reflexão sobre as pesquisas desenvolvidas pelos docentes vinculados a uma instituição pública. Os artigos científicos, produto dessas pesquisas, financiadas com dinheiro público por meio de agências de fomento, muitas vezes são publicados em periódicos de acesso restrito. É controverso pensar, sobretudo, na perspectiva da democratização do conhecimento, que a universidade para acessá-lo tem que comprar a assinatura desses periódicos.

Há que se mencionar a importância do IBICT na implementação dos RI no Brasil, promovendo ações que auxiliam as universidades na criação de seus repositórios. Outro ator que se deve mencionar são os gestores dos repositórios, cabe a estes profissionais promover treinamentos junto à comunidade acadêmica, dirimindo as dúvidas acerca do auto-arquivamento, a fim de contribuir para o povoamento do repositório e com isso proporcionar maior visibilidade das publicações produzidas na instituição.

É importante dar continuidade às pesquisas acerca das políticas de informação aplicadas aos RI, visando o desenvolvimento de ferramentas de avaliação de desempenho para mensurar o crescimento do número de depósitos após a implantação da política de informação.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, A. A. *et al.* Comunicação científica e o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p1/435>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- BARROS, C. M. de; CAFÉ, L. M. A. **Fundamentos para a organização da informação musical**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.
- BARROS, J. D. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-30, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- BARROS, S. S. **Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o Movimento de Acesso Livre à Informação**. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. 2003. Disponível em: <<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- BETHESDA. **Statement on Open Access Publishing**. 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 3.834 C, de 14 de dezembro de 1960. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Cria a Universidade do Pará, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3191.htm>. Acesso em 13 jul. 2017.
- Brasil. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.
- BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento pelas diretrizes:** (Hoskin Kanri), o que todo membro da alta administração precisa saber para entrar no terceiro milênio. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Chirstiano Ottoni, 996.

CARVALHO, M. C. R. de. Bibliotecas universitárias brasileiras e a implantação de repositórios institucionais. **Revista Informação & Universidade**, v. 1, n. 0, p. 1-10, jul./dez., 2009.

CASTRO, R. C. Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, número especial, p. 57-63, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS – CSIC. Cybermetrics Lab. **Ranking web of repositories:** methodology. Disponível em: <<http://repositories.webometrics.info:80/en/Methodology>>. Acesso: 1 set. 2016.

COSTA, S. M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3175/2840>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

COSTA, S. M. de S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, Carlos Henrique et al (Org.). **Bibliotecas digitais:** saberes e práticas. Salvador: Edufba, 2005. p. 167-185.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009.

CROW, R. **The case for institutional repositories:** a SPARC position paper. 2002. Disponível em: <www.sparc.arl.org/resources/papers-guides/the-case-for-institutional-repositories>. Acesso em: 09 fev. 2017.

CRUZ, C. D.; REGAZZI, A. J. **Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético**. 3. ed. rev. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Communication and information process within scientific disciplines, empirical findings for psychology. In: GARVEY, W. D. **Communication:** the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979. 332p. Appendix A, p.127-147 *apud*

GIERVELD, H. Considering a marketing and communications approach for an institutional repository. **Ariadne**, [S.l.], v. 49, out. 2006. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue49/gierveld>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. M. Comunicação científica: alguns alicerces teóricos. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 18, p. 151-168, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/2129/pdf_8>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: Edufba, 2010.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H. da; NORONHA, I. H. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de repositório. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. p. 261-281.

GUIMARÃES, J. A. C. Prefácio. In: BARROS, C. M. de; CAFÉ, L. M. A. **Fundamentos para a organização da informação musical**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

HAMMER, Ørvind; HARPER, David; RYAN, Paul. PAST: Paleontological statistics software package for education and data analysis. **Palaeontologia Electronica**, v.4, n.1, p.1-9, 2001.

HARNAD, S. **The Immediate-Deposit/Optional-Access (ID/OA) Mandate**: rationale and model. 2006a. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/71-guid.html>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

HARNAD, S. **Optimizing OA Self-Archiving Mandates**: What? Where? When? Why? How? 2006b. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/263098/1/arch.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HARNAD, S. *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, v. 34, n. 1, p. 36-40, mar. 2008a.

HARNAD, S. **Waking OA's "Slumbering Giant"**: the university's mandate to mandate open access. 2008b. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/267298/3/giantpaper1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

HURD, J. M. Models of scientific communication. In: CRAWFORD, Susan Y.; HURD, Julie M.; WELLER, Ann C. **From print to electronic**: the transformation of scientific communication. Medford, N.J.: American Society for Information Science, 1996.

IBICT. Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2017.

IBICT. **[Diadorim Histórico]**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/diadorim-diretorio-de-politicas-de-acesso-aberto-das-revistas-cientificas-brasileiras/historico>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

KURAMOTO, H. Repositórios digitais: abertura, visibilidade, liberdade e muitas certezas. **Observatório da imprensa**, n. 444, 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/abertura-visibilidade-liberdade-e-muitas-certezas/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KURAMOTO, H. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008a. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/277/18>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

KURAMOTO, H. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000300013>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais de acesso livre: o que são? 2008c. **Blog do Kuramoto**. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2008/12/01/repositorios-institucionais-de-acesso-livre-o-que-sao/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

KURAMOTO, H. Repositórios Institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. p. 203-217.

KURAMOTO, H. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: Edufba, 2010. p. 61-70.

KURAMOTO, H. OA: tentando esclarecer conceitos I. 12 set. 2011. **Blog do Kuramoto**. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2011/09/12/open-access-tentando-esclarecer-conceitos/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

KURAMOTO, H. A informação científica e o seu Acesso Livre: que direção o Brasil está adotando? **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, Belo Horizonte, v. 2, número especial, p. 6-28, fev. 2015. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/rbu/index.php/localhost/issue/current/showToc>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

LAGOZE, C.; SOMPEL, H. V. de. The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative. **Dlib Magazine**, vol. 6. n. 2, feb. 2000. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p.206-219, maio/ago. 2006.

LEITE, F. *et al.* **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012.

LEY, M. D. L. de M. G. **Diretrizes para a proposição da política de povoamento de repositório institucional**: o contexto da Universidade Federal Fluminense. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, M. M. **Open Archives**: panorama dos repositórios. 2006, 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MATIAS, M. S. de O. **Base referencial para o povoamento de repositórios institucionais**: coleta automatizada de metadados da Plataforma Lattes. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MCKAY, D. Institutional repositories and their ‘other’ users: usability beyond authors. **Ariadne**, n. 52, 2007. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue52/mckay/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. Á. M. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, v. 1, n. 1, p. 76-86, 2005. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/3944>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Cap. 1. p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2016.

NUNES, R. R. **Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

NURCAN, S. *et al.* **Change process modeling using the EKD - Change Management Method**. 1999. Disponível em: <crinfo.univ-paris1.fr/users/nurcan/pdf/CPM99.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

ORTELLADO, P.; MACHADO, J. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. **Revista ADUSP**, [S.I.], p. 6-15, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/37/r37a01.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liincDev2/article/view/2431/2446>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ORTIZ, L. **Arquivos abertos e novas maneira de disponibilizar informação na internet**. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/internet/net11.htm>>. Acesso em: 05 out. 2011.

PARANAGUÁ, Pedro. **Direitos autorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RODRIGUES, E. et al. **RepositóriUM: criação e desenvolvimento do repositório institucional da universidade do Minho**. Universidade do Minho, Braga (Portugal), 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/422>>. Acesso em: 05 out 2017.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos Bad: Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 1, p. 24-35, 2004. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/836/835>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

RODRIGUES, E. **Kit de políticas open access**. 2009. Disponível em: <<http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/remository?func=fileinfo&id=97>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

ROLLEMBERG, R. **Projeto de Lei do Senado nº, de 2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=101006>. Acesso em: 13 jul. 2015.

ROSA, F. G.; TOUTAIN, L. B. Apresentação. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009.

ROSA, F.; GOMES, M. J. Comunicação científica: das restrições ao acesso livre. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: Edufba, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, S. M. dos. **Perfil dos periódicos científicos de ciências sociais e de humanidades: mapeamento das características extrínsecas**. Universidade de São Paulo. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAYAO, L. F.; MARCONDES, C. H. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-148, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009a. p. 23-54.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. À guisa de informação: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009b. p. 9-21.

SILVA, F. V. **Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros: uma análise de estudos de casos a partir de elementos de desenvolvimento de coleções**. 2014. 252 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, R. M. F. de. **Acesso aberto à informação científica: estudo sobre sistemas de informação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, M. N. A. de; PAES, D. M. B.; FERNANDES, R. G. F. Direito autoral e comunicação científica: discussões acerca do open access. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS, 1., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.direitosculturais.com.br/download.php?id=104>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SWAN, A. Why Open Access for Brazil? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 158-171, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/279/166>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TARGINO, M. das G. **Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. Brasília: UnB, 1998. 387 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação

e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p.1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

TARGINO, M. das G. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 97-105, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2017.

THE SCHOLARLY PUBLISHING & ACADEMIC RESOURCES COALITION. **SPARC Institutional Repository checklist & resource guide. RELEASE 1.0**: Institutional Repository Checklist & Resource Guide. Washington, Dc 20036: Sparc, 2002. 51 p. Disponível em: <http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/IR_Guide_%26_Checklist_v1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/917>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Relatório de gestão 2011/2015**. Diamantina: UFVJM, [2016]. 70 p. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/universidade/relatorios/cat_view/223-auditoria/224-/225-.html?lang=pt_BR.utf8,+pt_BR.UT>. Acesso em: 25 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 23**, de 2010. Regulamenta a Política de Funcionamento do Repositório Institucional da UFVJM. Diamantina: UFVJM, 2010. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_download/2977-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em: 25 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho Universitário. **Resolução nº 13**, de 2011. Dispõe sobre ganhos econômicos advindos de transferência de tecnologia: UFVJM, 2011. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/formularios/cat_view/430-/431-/436-/450-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT&start=20>. Acesso em: 25 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 5068, de 13 de outubro de 2010**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **[Sobre a UFRGS]**. [20--a]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **[Repositório digital LUME]**. [20--b]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Boletim estatístico 2016: ano-base 2015. 2016**. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/menu/000000420.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Resolução nº 005, de 16 de abril de 2010**. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/static/politica>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca digital da produção intelectual**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/page/faqPtBR>>. Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resolução nº 6444, de 22 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/static/pages/RESOLUCAO6444.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **USP em números 2015: base de dados 2014. 2015**. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>>. Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **[História]** [200?a]. Disponível em: <<http://www.ufla.br/portal/institucional/sobre/historia/>>. Acesso em: 12 jul. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **[Ensino]** [200?b]. Disponível em: <<http://www.ufla.br/portal/ensino/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Resolução nº 082, de 13 de novembro de 2012**. Disponível em: <http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082_13112012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Resolução nº 083, de 13 de novembro de 2012**. Disponível em: <http://www.ufla.br/documentos/arquivos/083_13112012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário estatístico 2016**. 2017. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56&Itemid=742#>. Acesso: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[História]**. [200?a]. Disponível em: <<http://www.unb.br/a-unb/historia>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Repositório Institucional**. [200?b]. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **História**. 2016. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6405-historia>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **UFG em números**. 2015a. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6404-missao>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Missão**. 2015b. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6404-missao>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução - (CEPEC), nº 1240 de 14 de fevereiro de 2014**. Disponível em: <https://bc.ufg.br/up/88/o/Resolucao_1240_-_Repositorio_Institucional_UFG_-_BC.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA em números: ano base 2015**. Disponível em: <<http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Missão - Visão – Princípios**. [200?]. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/missao-visao-principios>>. Acesso: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **[Histórico]**. [20--a], não paginado. Disponível em: <<https://www.ufba.br/historico>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **UFBA em números: ano base 2015**. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA_em_NUMEROS_2016.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA**. [20--b]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/folder_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº 024, de 07 de fevereiro de 2010**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **[A Universidade]**. [20--], não paginado. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

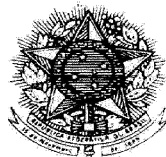
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **UFC número 2016: base 2015**. Disponível em: <http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/ufc_em_numeros/ufc_em_numeros_2016_2015.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução nº 02/CONSUNI, de 29 de abril de 2011**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UFC_Consuni_2011_Resolucao02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VAN DE SOMPEL, H.; LAGOZE, C. The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative. **D-Lib Magazine**, v. 6, n. 2, Fev. 2000. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

VIANA, C. L. de M.; ARELLANO, M. A. M. **Repositórios Institucionais baseados em Dspace e Eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico científicas**. 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho_SNBU_RI_DSpace_EPrints_IES.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ZIMAN, J. M. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

ANEXO A – RESOLUÇÃO DA UFRGS

Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

PORTARIA **Nº 5068** de **13 OUT 2010**

Estabelece Política Institucional
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

Título I INTRODUÇÃO

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

Título II OBJETIVOS

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III -Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III
INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

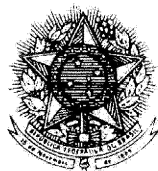
II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV
SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V
METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI
ACESSO E USO

Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.



CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.

ANEXO B – RESOLUÇÃO DA UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO DA REITORIA N. 010/ 2013

Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista os benefícios do acesso aberto, observados em instituições de pesquisa do Brasil e do mundo, e a necessidade de:

- I preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB);
- II ampliar a visibilidade da produção científica da UnB;
- III potencializar o intercâmbio da UnB com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- IV acelerar o desenvolvimento das pesquisas produzidas no âmbito da UnB;
- V ampliar o acesso à produção científica da UnB;
- VI facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- VII otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta instituição;
- VIII estabelecer políticas para garantir ações de registro e disseminação da produção científica da UnB¹;

R E S O L V E:

- Art. 1º Regulamentar a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).
- Art. 2º A Biblioteca Central (BCE) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação, manutenção, hospedagem e alimentação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), para a guarda e preservação da produção científica de toda a UnB em suporte digital.
- Art. 3º O RIUnB será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto no internacional.
- Art. 4º O RIUnB terá capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- Art. 5º O RIUnB funcionará em plataforma desenvolvida em software livre, em consonância com os princípios de acesso aberto.

¹ Para efeito desta resolução, entende-se produção científica como resultados de pesquisa consolidados e publicados em veículos de comunicação científica que atuem com revisão por pares.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- Art. 6º A comunidade científica da UnB providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que faça constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (*post-prints*) em repositórios de acesso livre.
- Art. 7º O depósito citado no item anterior deverá ser realizado no prazo máximo de seis meses após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, salvo quando o contrato com a editora exigir tempo maior. Nesse caso, o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim, do prazo estipulado em contrato.
- Art. 8º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.
- Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.
- Art. 10. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.
- Art. 11. Os documentos que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de banca de especialistas, deverão ser depositados no RIUnB.
- Art. 12. Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, a BCE poderá promover o registro da produção científica da UnB, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem à BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. Os autores poderão também realizar autodepósito, se desejarem.
- Art. 13. A aplicação e o acompanhamento desta política será de responsabilidade do Comitê Gestor do RIUnB.
- Art. 14. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 9 de outubro de 2013.



Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor

ANEXO C – RESOLUÇÃO DA UFBA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "**RI**";

Art. 2º - O **RI** desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O **RI** deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no **RI**;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

ANEXO D – RESOLUÇÃO DA UFC**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ****RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.**

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de **29 de abril de 2011**, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra **b**, e 25, letra **s** do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing

Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

ANEXO E – RESOLUÇÃO DA USP**RESOLUÇÃO Nº 6444, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.**

(D.O.E. - 23.10.2012)

Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o deliberado pelo

Presidente da d. Comissão de Legislação e Recursos, “ad referendum” daquele Colegiado, e considerando a necessidade de:

1. preservar a memória institucional;
2. ampliar a visibilidade e acessibilidade da produção intelectual (científica, acadêmica, artística e técnica) da USP;
3. potencializar o intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais;
4. certificar o uso de indicadores confiáveis referentes à produção intelectual da USP;
5. aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão nesta Instituição, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - A Biblioteca Digital da Produção Intelectual (doravante denominada BDPI) passa a ser o instrumento oficial incumbido de reunir a produção intelectual da USP, de modo a:

- I - aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da



atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo;

II - facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;

III - integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

Do Conselho Supervisor do SIBi

Artigo 2º - Fica o Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi incumbido de estabelecer e validar normas para coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada na Universidade (atendendo às especificidades da produção impressa e digital), bem como definir os tipos de documentos para depósito, além das teses e dissertações defendidas nas Unidades USP.

Da constituição da memória documental

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos deverão depositar na BDPI o conteúdo integral de produtos de sua autoria, à medida que forem publicados ou editados.

1. 1º - A inserção de conteúdos na BDPI poderá ser feita por auto-arquivamento (depósito feito diretamente pelo próprio autor do trabalho), pela equipe da biblioteca de sua Unidade funcional ou por importação de dados executada pela gerência da BDPI.
2. 2º - O depósito da produção intelectual deverá ser realizado de forma não exclusiva, mantendo os autores dos documentos todos os seus direitos.
3. 3º - Se de direito, o acesso aos documentos poderá ser aberto, embargado (por tempo limitado pelo contrato assinado pelo autor com a casa editorial), restrito para uso apenas pelos computadores da USP ou restrito completamente (neste caso, o arquivo digital depositado servirá apenas para gestão e governança da produção).
4. 4º - Quando produção intelectual não disponível em formato digital, os metadados deverão ser registrados na BDPI e um exemplar da produção deverá



5. ser depositado na biblioteca de sua Unidade funcional.

Artigo 4º - As teses e dissertações seguem o padrão estabelecido pela Resolução CoPGr nº 6018, de 13.10.2011.

Artigo 5º - Recomenda-se a todos os membros da comunidade USP a publicação de seus resultados de pesquisa, preferencialmente, em fontes que se encontrem em livre acesso ou que façam constar em seus contratos de publicação a permissão para depósito na BDPI.

Das Bibliotecas do SIBi

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:

- I - efetuar o registro técnico de produção intelectual na BDPI, desde que solicitado por sua Unidade de vínculo ou por membros daquela comunidade;
- II - a edição, revisão, validação e disponibilização online da produção intelectual auto-arquivada pelos autores;
- III - a organização de ações periódicas de capacitação sobre procedimentos e esclarecimentos das funcionalidades existentes, dirigidas à comunidade USP;
- IV - o apoio aos autores USP na averiguação da situação de suas publicações perante entidades externas, a quem tenham eventualmente sido cedidos os direitos de autor;
- V - o fornecimento de dados, informações e estatísticas institucionais requeridas por suas Unidades de vínculo;
- VI - a garantia da atualização permanente dos registros da produção intelectual na BDPI, a partir de ações periódicas junto aos autores de sua Unidade de vínculo.

Da Coordenação pelo Departamento Técnico do SIBi

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:



I - gerência e atualização constante do sistema de gestão decorrente de evolução tecnológica;

II - geração de dados e indicadores sobre a produção intelectual da USP para fins diversos, dentre eles o Anuário Estatístico ou outros que venham a ser requeridos pelos Órgãos da Universidade;

III - garantia da disseminação de indicadores confiáveis e certificados sobre a produção intelectual gerada na Universidade;

IV - preparação de diretrizes e mecanismos para garantir o controle e a preservação digital da produção intelectual gerada pela USP;

V - formação das competências necessárias às equipes das Bibliotecas do SIBi, visando à plena realização das atividades relativas à BDPI;

VI - criação de mecanismos de estímulo e ações de integração que possibilitem a interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados informacionais internos e externos à USP.

Artigo 8º - Para o pleno desenvolvimento das atividades da BDPI, deverá ser assegurada sua integração aos sistemas corporativos da Universidade.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução nº 4221, de 17.11.1995, e todas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 22 de outubro de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor

ANEXO F – RESOLUÇÃO DA UFG**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS****RESOLUÇÃO – CEPEC Nº 1240**

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Institucional no âmbito da Universidade Federal de Goiás.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, reunido em sessão plenária realizada no dia 14 de fevereiro de 2014, tendo em vista o que consta no processo 23.070.022839/2009-17, e considerando:

1. a necessidade de estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Institucional da UFG;
2. a necessidade de acesso, de ampliar a visibilidade, além de preservar a memória da produção intelectual;
3. que entende-se por produção intelectual a produção científica, bibliográfica, técnica, artística e cultural gerada pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas internamente na UFG e revisada pelos pares,

R E S O L V E :

Art. 1º Estabelecer normas para Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Institucional da UFG, doravante, nesse documento, denominado RI-UFG.

Art. 2º O Sistema de Bibliotecas da (SiBi) UFG, representado pela Biblioteca Central Prof. Alpheu de Veiga Jardim (BAVJ), O Centro de Recursos Computacionais (CERCOMP), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) constituem a

comissão gestora responsável pelo desenvolvimento, implantação e manutenção do RI-UFG.

Art. 3º Para efeito desta Resolução os documentos a serem depositados são:

- I- Artigos Científicos avaliados pelos pares;
- II- Teses e Dissertações;
- III- Monografias de cursos de especialização *lato sensu*;
- IV- Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação;
- V- Livros;
- VI- Capítulos de Livros;
- VII- Trabalhos Publicados em Eventos;
- VIII- Produção Artística;
- IX- Recursos Educacionais Abertos.

Parágrafo único. Outros documentos a serem definidos pela comissão gestora, em articulação com outros órgãos da UFG, poderão integrar o Repositório Institucional.

Art. 4º O RI-UFG deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º O RI-UFG será povoado de forma descentralizada, cabendo sua realização pelas coordenações de curso, coordenações de trabalho de conclusão de curso, direção de departamento (onde existir) ou Unidade Acadêmica.

§ 1º O RI-UFG permitirá aos autores a submissão de seus próprios documentos, dentro das normas estabelecidas pela comissão gestora e divulgadas na página eletrônica institucional.

§ 2º Os metadados são utilizados para identificação, localização e preservação dos documentos submetidos e serão validados pelas bibliotecas participantes do Sibi-UFG, visando à normalização de dados.

§ 3º Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, todos os trabalhos depositados no repositório institucional são de propriedade dos autores, cabendo a eles a responsabilidade sobre o que é depositado e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual.

§ 4º As bibliotecas que compõem o Sibi-UFG, de modo a facilitar o povoamento do RI-UFG, poderão promover o registro da produção intelectual da UFG, mediante a autorização do autor da referida produção, efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando dos dados já registrados em outros repositórios.

Art. 6º Na impossibilidade da disponibilização do documento de forma imediata, o autor ou co-autor deverá disponibilizar os metadados e o documento completo, sendo que esse ficará embargado pelo período que se fizer necessário.

Art. 7º O titular dos direitos autorais dos documentos relacionados no art. 3º em consonância com a Lei 9.610/98, autorizará as bibliotecas que compõem o Sibi-UFG, por intermédio do RI-UFG, sem ressarcimento dos direitos autorais, o acesso ao seu conteúdo em formato pré-definido para leitura, impressão e/ou *download*, com autorização devidamente assinada.

Art. 8º Ficam dispensados de depósito no RI-UFG:

- I- os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- II- os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- III- os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 9º O CERCOMP deverá dar o suporte técnico necessário à instalação, implantação e operacionalização do RI-UFG, assim como planejar ações para sua preservação.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão gestora.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 14 de fevereiro de 2014

Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral
- Reitor -

ANEXO G – RESOLUÇÃO CUNI Nº 082 UFLA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS CONSELHO
UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO CUNI Nº 082, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

**Dispõe sobre a Política Institucional de
Informação da UFLA**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL**

DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parecer exarado pela Procuradoria-Geral da UFLA, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 13/11/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA.

Art. 2º A Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA visa à criação do Repositório Institucional da Universidade e por meio dele garantir o acesso livre à produção intelectual da Universidade, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos, seja publicada em meio impresso ou digital.

§ 2º O Repositório Institucional (RI) de que trata o *caput* é o sistema eletrônico que registrará toda a produção intelectual da UFLA, armazenada em formato digital, e permitirá a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

Art. 3º São princípios fundamentais da Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA:

- I - transparência, para tornar a produção intelectual amplamente disponível e acessível;
- II - privacidade e respeito à garantia do sigilo comercial;
- III - proteção da propriedade intelectual, em obediência às normas legais pertinentes à matéria; e
- IV - segurança para garantir a autenticidade, a originalidade, a integridade e a segurança da produção intelectual depositada.

Art. 4º A Política Institucional de Informação da UFLA tem por finalidade:

- I - divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;
- II - preservar a produção intelectual da Universidade;
- III - garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;
- IV - potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; e; V - subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na

Universidade.

Art. 5º Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderá ser depositada integralmente no Repositório Institucional, devendo ser realizada imediatamente após sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos:

- I - quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de até 6 (seis) meses da data de publicação da produção para depositá-la no Repositório Institucional;
- II - quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RI/UFLA.

Parágrafo único. Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento, será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem.

Art. 6º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nºs 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, e demais normas legais concernentes.

Art. 7º O Repositório Institucional (RI) mencionado nesta Resolução deverá ser objeto de norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, observadas as disposições constantes nesta Resolução.

Art. 8º A Política Institucional de Informação da UFLA deverá ser revisada em até **180** dias.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

Presidente

ANEXO H – RESOLUÇÃO CUNI Nº 083 UFLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO CUNI Nº 083, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.**Dispõe sobre o Repositório Institucional da UFLA**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parecer exarado pela Procuradoria-Geral da UFLA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Resolução CUNI nº 082//2012, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 13/11/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Para a execução da Política Institucional de Informação da UFLA de que trata a Resolução CUNI nº 082, de 13/11/2012, será utilizado um sistema de informações eletrônicas, denominado "Repositório Institucional".

Art. 2º O Repositório Institucional será composto pelo depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA, pela autoria ou coautoria de docentes, discentes de mestrado e doutorado, pesquisadores e técnicos.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Resolução, serão consideradas produções intelectuais da comunidade científica da UFLA, passíveis de depósito perante o RI/UFLA, as elencadas abaixo:

I - artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares;

II - artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;

- III - resumos de trabalhos, aprovados para apresentação em eventos acadêmico-científicos;
- IV - dissertação e tese, após avaliação por banca específica;
- V - livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;
- VI - patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade.

§1º As produções intelectuais decorrentes de pesquisas realizadas pela UFLA e demais documentos não elencados acima, terão sua relevância analisadas pela Equipe Técnica para posterior inserção ao Repositório Institucional.

§ 2º O depósito das dissertações e teses seguirá as normas de submissão da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Art. 4º O Repositório Institucional será integrado a sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração e, em especial, aqueles definidos no modelo acesso aberto (*open archives*).

Art. 5º Os departamentos didático-científicos da UFLA apoiarão a divulgação da produção intelectual, cabendo-lhes o envio das suas produções ao Repositório Institucional.

Art. 6º Caberá à Biblioteca Universitária a adoção, o desenvolvimento e a manutenção do Repositório Institucional da UFLA, como também:

I - criar normas que orientem os departamentos e setores da UFLA sobre o registro e o depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nelas desenvolvidas;

II - orientar a organização do conjunto de informações institucionais referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA;

III - orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a compatibilidade das séries históricas;

IV - orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuam como repositórios institucionais agregando informações;

V - aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela UFLA.

Art. 7º Será designada pelo Diretor da Biblioteca Universitária uma Equipe Técnica incumbida pelo gerenciamento do sistema do RI, e será composta por:

- I - três Bibliotecários;
- II - um servidor técnico-administrativo;
- III - Um técnico em Informática.

Art. 8º A Equipe Técnica será responsável por:

I - manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

II - disciplinar as normas sobre o depósito da produção intelectual discente, inclusive monografias, teses e dissertações.

Art. 9º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar a Resolução CUNI nº 078//2012 e as normas legais específicas que regem e disciplinam a matéria.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Presidente

ANEXO I – RESOLUÇÃO DA FURG

Política

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 005/2010
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
EM 16 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da FURG – PII FURG.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 16 de abril de 2010, Ata nº 393,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a política institucional de informação PII- FURG.

Art. 2º A Política Institucional de informação PII- FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG.

I - Toda a produção intelectual da Universidade Federal do Rio Grande deverá ser divulgada por meio impresso e/ou eletrônico.

II - Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos pela respectiva Unidade Acadêmica, seja publicada em meio impresso ou digital.

III – Como política Institucional de Informação, as Unidades Acadêmicas apoiarão a divulgação da produção intelectual, estabelecendo meios de publicação, seja impressa ou digital.

Art. 3º Como parte da Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande PII - FURG, será implementado um sistema de informações eletrônicas, no que tange ao registro, manutenção e acesso à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição, considerando a necessidade de:

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

Parágrafo Único. Com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição e proporcionar maior visibilidade a essa produção, deverá ser implementado o Repositório Institucional (RI-FURG), interligado ao sistema de informação nacional e internacional.

Art. 4º O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a

Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação - NTI.

Parágrafo Único. O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante do NID e 1 representante do NTI.

Art. 5º O comitê gestor do RI – FURG terá as seguintes atribuições:

I. implantar e viabilizar a utilização do repositório institucional (RI) da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;

II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;

III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a comparabilidade das séries históricas;

IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações;

V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

VII. propor normas e documentos que orientem as Unidades Acadêmicas da FURG ao registro da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

Art. 6º O RI-FURG será composto pelo depósito de toda a produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição de autoria ou co-autoria de servidores da FURG, passíveis de registro nos termos definidos pela PII - FURG.

§ 1º O depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é obrigatório e deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação.

§ 2º Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de seis (6) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI;

§ 3º A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.

§ 4º O Comitê gestor do RI-FURG disciplinará o depósito da produção intelectual discente, inclusive teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso da Universidade.

Art. 7º O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Art. 8º O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (Open Archives).

Art. 9º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin PRESIDENTE DO CONSUN

**ANEXO J – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO PORTAL INSTITUCIONAL DE
ACESSO ABERTO DA UFPA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BIBLIOTECA CENTRAL PROF. DR. CLODOALDO BECKMANN
SISTEMA DE BIBLIOTECAS

**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO PORTAL
INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA
UFPA**



A Universidade Federal do Pará (UFPA) considerando a necessidade de promover o acesso à produção científica e acadêmica, aumentar a difusão de seus resultados e registrar a sua memória institucional, irá:

- I. organizar sistematicamente sua produção intelectual e científica;*
- II. armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da instituição em formato digital;*
- III. proporcionar visibilidade a sua produção científica;*
- IV. apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;*
- V. apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento;*
- VI. participar da comunidade científica nacional e internacional no domínio do acesso livre a repositórios digitais;*
- VII. retroalimentar a pesquisa.*

A Instituição, ciente da importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica e acadêmica e na intenção de atendê-las, estabelece:

- I. o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) fica responsável pela implantação desta Política de Informação do Portal Institucional de Acesso Aberto da UFPA;*
- II. um comitê gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação dessa política;*
- III. o Sistema de Bibliotecas (SIBI), sob coordenação da Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento;*
- IV. o Serviço de Desenvolvimento de Produtos Tecnológicos Informativos (SEDEPTI) e a Coordenadoria de Gestão de Produtos Informativos ficam responsáveis pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura tecnológica necessária ao portal;*
- V. esse Portal, gerenciado pelo SIBI, será de livre acesso.*

Farão parte do Portal Institucional de Acesso Aberto da UFPA:

- I. o Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA);***
- II. a Biblioteca Digital de Monografia (BDM)***
- III. e o Portal do Livro Aberto da UFPA.***

1 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFPA(RIUFPA)

11 São documentos passíveis de depósito no RIUFPA: os artigos publicados em revista científica, os trabalhos publicados em Anais de eventos acadêmicos/científicos, ambos avaliados por pares, as dissertações e teses, e outros tipos de documentos que venham a ser considerados relevantes pela equipe técnica do RIUFPA, cujos autores(as) sejam servidores(as) (técnicos e docentes) ou acadêmicos(as) da instituição;

12 Aqueles documentos cujas informações sejam passíveis de patente ou que contenham informações sigilosas especificadas em cláusulas contratuais, deverão ser depositados com restrições, pelo período definido em contrato, mediante a devida justificativa do(a) autor(a).

13 A submissão de qualquer arquivo deverá ser realizada aderindo a Licença *Creative Commons* e a Licença de Distribuição Não-Exclusiva disponibilizadas no site do RIUFPA, viabilizando seu acesso aberto;

14 O RIUFPA deverá ser capaz de se integrar com sistemas nacionais e internacionais observando padrões e protocolos, que por meio do *Open Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiro (interoperabilidade);

15 Com vistas a facilitar o povoamento do RIUFPA, as bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA) poderão promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, efetuando a entrada de cada documento ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

2 BIBLIOTECA DIGITAL DE MONOGRAFIA(BDM)

21 Farão parte da BDM os Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação e de especialização produzidos por acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Pará;

22 Os documentos deverão ser depositados imediatamente após a sua aprovação final. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o(a) autor(a) ou orientador(a) deverá, mediante justificativa, definir uma nova data para posterior depósito;

23 A submissão de qualquer arquivo deverá ser realizada aderindo a Licença *Creative Commons* e a Licença de Distribuição Não-Exclusiva disponibilizadas no site da BDM, viabilizando seu acesso aberto;

24 Com vistas a facilitar o povoamento da BDM, as bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA) poderão promover o registro da produção acadêmica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, efetuando a entrada de cada documento ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

3 PORTAL DO LIVRO ABERTO DA UFPA

31 O Portal de Livros Abertos da UFPA será composto por livros ou capítulos de livros científicos, que estejam vinculados a instituição, seja por meio de seus servidores ou acadêmicos ou editados e/ou publicados pela Editora da UFPA, desde de que devidamente autorizado para publicação;

32 Ficam desobrigados de depósito no Portal, os livros e capítulos de livros que forem publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais referentes aos direitos autorais;

33 Para obras impressas, o(a) autor(a) poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no Portal;

34 Quanto ao povoamento, o Portal de Livro aberto da UFPA será alimentado pelos profissionais da Biblioteca Central, que por sua vez, assumirão o papel de Administrador dessas coleções.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Para o cumprimento desta política, a Universidade Federal do Pará estabelecerá ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade universitária e evitar duplicações de esforços. Assim como, o estabelecimento de mecanismos que possam garantir a plena alimentação do portal e, por conseguinte, a preservação da produção institucional e seu acesso aberto.

A Política de Informação do Portal pode ser revisada pelo Comitê Gestor, quando se fizer necessário, visando a garantia de sua adequação aos objetivos institucionais.

Esta Política de Informação entrará em vigor a partir da data de sua homologação.

Belém, 17 de janeiro de 2017.

Célia Pereira Ribeiro

Diretora da Biblioteca Central / Sistema de Bibliotecas da UFPA

ANEXO L – RESOLUÇÃO DA UFPA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEP)

RESOLUÇÃO 00/2017 – CONSEP

Estabelece normas e procedimentos operacionais para o depósito de trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, dissertações e teses no Portal Institucional de Acesso Aberto da UFPA.

O CONSEP, no uso das suas atribuições, considerando a necessidade de estabelecer as normas e os procedimentos operacionais para o depósito dos trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, das dissertações e das teses no Portal Institucional de Acesso Aberto da UFPA, determina:

1. Os trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, as dissertações e as teses dos cursos e programas da UFPA devem estar de acordo com o manual de elaboração de trabalhos, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), disponibilizadas na página do Sistema de Biblioteca;
2. As Coordenações dos Cursos e Programas devem entregar os trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, as dissertações e as teses somente em mídia CD ou DVD para a Biblioteca do Instituto, sendo dispensada a entrega destes em formato impresso;
3. Após concluído o período letivo, a Coordenação dos Cursos e Programas deve entregar na Biblioteca do Instituto, o CD ou DVD contendo todos os arquivos (em formato PDF/A) dos trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, das dissertações e teses defendidos e um arquivo texto do determinado período letivo, em acordo com esta instrução e conforme modelo a seguir:

Número sequencial	Nome do aluno ou Alunos	Título do trabalho	Identificação do arquivo (PDF/A)	É base para a geração de patente?
01	Aluno 1	Título 1	TCC_Fulano_2017_F A BIB_Belém	() Sim () Não
02	Aluno 2	Título 2	TESE_Fulano_2017_P PGDAM-Castanhal	() Sim () Não

4. A codificação padrão para os arquivos deve conter informações do: tipo de material (*TCC, Tese ou Dissertação*), Primeiro nome do aluno, ano, faculdade ou programa, Campus;
5. Caso uma mídia seja insuficiente para armazenar todos os TCC's do curso de um período letivo, deve-se utilizar a quantidade necessária, sendo que as mídias
6. devem ser separadas em volumes e essas informações devidamente explicitadas na capa do CD ou DVD;
7. A Capa do CD ou DVD deve apresentar o nome completo da instituição, do Departamento Acadêmico, quando houver, e do Curso ou Programa; o número do volume; o tipo de documento (TCC, Tese ou Dissertação); o local (cidade); o semestre e o ano;
8. Caberá à Coordenação do Curso ou Programa solicitar aos autores que sejam preenchidas a Declaração de Autoria, conforme modelo do Apêndice I, e o Termo de Autorização para publicação no Portal Institucional de Acesso Aberto da UFPA, conforme modelo no Apêndice II;
9. Os TCC's, TCCE's, dissertações ou teses que possuam algum tipo de restrição parcial ou total para publicação de informações serão considerados como sigilosos. O interessado em fazer consulta impressa ou dos arquivos dos trabalhos sigilosos deve formalizar o pedido de consulta para a Biblioteca responsável do curso ou programa, sendo analisado o pedido pelo Orientador do trabalho. Caso a autorização de consulta seja aceita, o interessado deverá assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo, solicitado junto à biblioteca responsável. A restrição total ou parcial será mantida pelo período especificado no Termo de autorização para publicação (Apêndice II);
10. Os TCC's, TCCE's, dissertações ou teses que forem base para a geração de patente ou registro serão considerados sigilosos e com restrição total para publicação até que seja feito o protocolo de registro ou depósito de Propriedade Intelectual (PI) junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). O interessado em fazer consulta impressa ou dos arquivos dos trabalhos sigilosos deve formalizar o pedido de consulta para a Biblioteca responsável do curso ou programa, sendo analisado o pedido pelo Orientador do trabalho. Caso a autorização de consulta seja aceita, o interessado deverá assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo, solicitado junto à biblioteca responsável. A restrição total ou parcial será mantida pelo período especificado no Termo de autorização para publicação (Apêndice II);
11. Nos arquivos existentes no CD ou DVD, não será permitida a existência de documentos digitalizados com assinaturas ou rubricas, sendo assim, importante suprimir a folha de aprovação com as assinaturas digitalizadas;
12. O arquivamento e catalogação dos TCC's, TCCE's, dissertações e teses será de responsabilidade da Biblioteca Central e das respectivas Bibliotecas setoriais que compõe o Sistema de Bibliotecas da UFPA, devendo ser mantida cópia de segurança junto à coordenação do curso ou programa, caso exista interesse;
13. A Unidade Acadêmica se responsabilizará pela conferência da conformidade dos arquivos digitais entregues, com a finalidade de verificar se existe a mídia, se abre sem erros e se o título do autor corresponde aos declarados pelo aluno;
14. Os casos não listados nessa Resolução serão resolvidos pelas Pro-Reitoria de Graduação, Pró-reitoria de Pós-graduação e pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará.

Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 17 de janeiro de 2017

CONSEP

Célia Ribeiro
Sistema de Bibliotecas

ANEXO M - DIRETRIZES PARA ACESSO E USO (UFPA)

**DIRETRIZES PARA SUBMISSÃO**

4. A entrega dos documentos para submissão no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA) poderá ocorrer de duas formas: através das secretarias e/ou programas de pós-graduação ou diretamente pelo autor junto à Biblioteca Central;
5. Em ambas as formas, serão necessárias a assinatura do Termo de Autorização para publicação e a entrega do CD ou DVD contendo o trabalho no formato PDF/A;
6. A submissão será realizada no Repositório pelo bibliotecário responsável e posteriormente, cumpridos os requisitos das Diretrizes de Conteúdo, de Acesso e Uso do RIUFPA, será disponibilizado no repositório;
7. A licença adotada é a *Creative Commons* Internacional 4.0, sendo que a concordância dos direitos autorais é assinada no Termo de Autorização.



DIRETRIZES DE CONTEÚDO

6. O Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA), para fins de promoção do acesso à produção científica e acadêmica, aumento da difusão dos resultados e registro da memória institucional, aceitará: Teses, Dissertações, Artigos publicados em revistas científicas e Trabalhos publicados em anais de eventos.
7. As teses e dissertações de autores da Universidade Federal do Pará, defendidas fora da instituição, serão disponibilizadas em comunidades específicas;
8. Trabalhos que possuem informações consideradas sigilosas, devem ser devidamente esclarecidas no Termo de Autorização e, posteriormente, definida a data de autorização para publicação;
9. O documento será publicado e submetido ao repositório no formato PDF/A;
10. Os trabalhos submetidos devem seguir os padrões técnicos de Normalização Acadêmica;
11. O RIUFPA somente aceita os trabalhos em texto completo e finalizados.



DIRETRIZES PARA ACESSO E USO

1. Podem ter seus trabalhos publicados no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA): Docentes, Discentes de Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) e Técnicos Administrativos da instituição;
2. Autores que tenham vínculo com a Universidade e, por ventura, tenham seus trabalhos publicados fora do âmbito institucional, poderão submeter ao Repositório;
3. Os trabalhos publicados no RIUFPA devem ter caráter científico e de acesso aberto;
4. O RIUFPA não poderá ser utilizado para propósitos comerciais;
5. A disponibilização dos trabalhos no RIUFPA está sujeita aos termos das Diretrizes de Submissão e de Conteúdo;
6. A entrega dos trabalhos ao Repositório deve ocorrer na forma final e definitiva;
7. A Direção do Sistema de Bibliotecas da UFPA é o responsável legal pelo Repositório Institucional.

ANEXO N – RESOLUÇÃO DA UFVJM

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

**RESOLUÇÃO Nº. 23 CONSEPE, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.**

**Regulamenta a Política de
Funcionamento do Repositório
Institucional da UFVJM.**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições, com base no art. 1º da Lei 9327/1996 e das disposições contidas na Lei 1081/1950 e no Decreto 6403/2008, resolve regulamentar a Política de Funcionamento do Repositório Institucional da UFVJM:

Art. 1º O Repositório Institucional da UFVJM – RI/UFVJM é uma ferramenta que visa armazenar e disseminar, através de acesso livre, a produção científica da Comunidade Acadêmica da Instituição.

Art. 2º O RI/UFVJM tem por objetivos a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da UFVJM.

Parágrafo único - São considerados produção científica os seguintes documentos gerados pela Comunidade Acadêmica:

- I - Teses e dissertações defendidas na UFVJM;
- II - Teses e dissertações defendidas por membros da Comunidade Acadêmica da UFVJM em outras Instituições;
- III - Artigos científicos publicados por membros da comunidade científica da UFVJM. IV - Trabalhos apresentados em eventos e publicados em anais;
- V - Livros ou capítulos de livros de autoria de membros da Comunidade Acadêmica da UFVJM;
- VI – Dados de pesquisas em andamento, quando disponibilizados pela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM.

Art. 3º Aos membros da Comunidade Acadêmica, autores e/ou co-autores, serão solicitados depósitos das respectivas produções científicas no Repositório Institucional da UFVJM.

Art. 4º Quando a produção científica for vinculada a periódicos que restrinjam a publicação do texto, será solicitada, por parte do autor e/ou co-autor, a disponibilização do endereço eletrônico do documento.

Art. 5º Os documentos disponibilizados ao RI/UFVJM deverão ter o termo de consentimento do autor para consulta geral dos usuários.

Art. 6º A PRPPG enviará à Superintendência de Bibliotecas da UFVJM – SisBi/UFVJM cópia em formato digital (PDF ou similar) das Teses e/ou Dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação da UFVJM no prazo máximo de 90 dias após a defesa.

Art. 7º Quando autorizado pelos autores as pesquisas em andamento de conteúdo não sigiloso poderão ser enviadas à SisBi/UFVJM por meio da PRPPG.

Art. 8º É de responsabilidade da SisBi/UFVJM, através da Coordenação do RI/UFVJM, o recebimento e a submissão dos documentos, a revisão de metadados e a alimentação do Repositório.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela SisBi/UFVJM, através da Coordenação do RI/UFVJM e submetidos ao CONSEPE para deliberação.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data de sua aprovação pelo CONSEPE, revogadas as disposições e contrário.

Diamantina, 15 de outubro de 2010.

Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu
Presidente do CONSEPE/UFVJM